

**ISABEL CRISTINA DOS SANTOS DUARTE DA  
CONCEIÇÃO MOURATO**

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA  
COM OS PALOP: CONTRIBUTOS DO ENSINO  
SUPERIOR POLITÉCNICO**

Orientador: Professora Doutora Regina Queiroz

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**  
**Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais**

**Lisboa**

**2011**

**ISABEL CRISTINA DOS SANTOS DUARTE DA  
CONCEIÇÃO MOURATO**

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PORTUGUESA  
COM OS PALOP: CONTRIBUTOS DO ENSINO  
SUPERIOR POLITÉCNICO**

**Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política no Curso  
de Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação, conferido pela Universidade  
Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Orientador: Professora Doutora Regina Queiroz**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais**

**Lisboa**

**2011**

## Agradecimentos

Chegados ao fim deste projecto, importa deixar registado um agradecimento àqueles que de um modo particular contribuíram para que este momento fosse possível.

Uma primeira palavra para a minha orientadora, a Professora Regina Queiroz. Para além de uma brilhante profissional, foi sempre uma presença constante, conseguindo eliminar os constrangimentos da distância física Portalegre – Lisboa.

Porque partilharam comigo a sua experiência enquanto investigadores e me ajudaram no esclarecimento de dúvidas quanto à forma e metodologia a seguir, um agradecimento aos Professores do Instituto Politécnico de Portalegre, António Casa Nova, Adelaide Proença, e Carlos Afonso.

Às minhas colegas de trabalho Catarina Martins e Maria José Quarenta, pela ajuda na recolha de referências bibliográficas e à Sandra Monteiro no precioso auxílio na formatação do documento, um grande obrigado.

À Dra. Célia Santos do GPEARI e Dra. Anabela Toscano do IPAD, pelo tempo que nos dispensaram e pelos dados fornecidos, que foram indispensáveis para a nossa investigação, também uma palavra de agradecimento.

Um reconhecimento especial à Professora Helderina Pires da Universidade de Évora e à Professora Ana Bénard da Costa do ISCTE, que sem qualquer conhecimento pessoal, contribuíram para esta investigação com documentação e referências bibliográficas, às quais, de outro modo, não teríamos acesso.

Ao meu marido que me lançou nesta aventura. Pela sua constante palavra de ânimo e entusiasmo e porque nunca me deixou perder de vista o objectivo final, um obrigado especial.

Por fim um agradecimento às minhas filhas. Porque muito ficou por fazer nestes meses e pelas horas em que estudámos juntas. A sua recompensa será a lição que conseguirem retirar do exemplo que lhes desejamos transmitir: o esforço, o trabalho e o empenho têm que ser uma constante na vida de quem quer crescer.

## Resumo

É longínqua e indiscutível a ligação que se estabelece entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

No entanto, a manutenção dos laços de entreajuda e cooperação, embora desejada e expressamente manifestada por ambas as partes, nem sempre se consubstancia em acções concretas.

É neste contexto que se insere o presente trabalho, tendo como objectivo investigar de que modo se materializa a Política de Cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ao nível do Ensino Superior. Avaliamos concretamente a actuação das Instituições de Ensino Superior Politécnico, junto dos alunos oriundos daqueles países, no domínio da Acção Social e de que modo pode existir uma acção diferenciadora entre Instituições, capaz de captar alunos e de os acolher em melhores condições.

Perante as carências e fragilidades encontradas naquela população, concluímos que existe um vasto campo de actuação onde as Instituições de Ensino Superior podem realizar os propósitos enunciados nos Acordos de Cooperação, estabelecidos com aqueles Países. Actuando em prol destes alunos efectivam assim as resoluções enunciadas para a Política de Cooperação Portuguesa em matéria de educação e divulgação da língua e cultura portuguesas, contribuindo ainda, para o desenvolvimento daqueles países.

Palavras-chave: Política de Cooperação, PALOP, Ensino Superior Politécnico

## Abstract

It is far and indisputable the link established between Portugal and the African Countries of Portuguese Official Language (PALOP).

However, the maintenance of ties of mutual aid and cooperation, though desired and explicitly expressed by both sides, has not always been embodied in concrete actions.

It is this context that frames the present work, aiming to investigate how the policy of cooperation between Portugal and the African Countries of Portuguese Official Language is materialized at the Higher Education level. We specifically evaluate the performance of Polytechnic Higher Education Institutions with the students from those countries in the field of social aid and how a differentiator action between institutions can be in place, capable of capturing students and welcoming them in a better way.

In face of the needs and weaknesses found in that population, we conclude that there is a vast field of activity where HEI can realize the goals set out in the Cooperation Agreements established with those countries. Acting on behalf of these students they put to practice the resolutions set out for the Portuguese Cooperation Policy in education and dissemination of the Portuguese language and culture, thus contributing to the development of those countries.

**Keywords:** Cooperation Policy, PALOP, Polytechnic

## Abreviaturas

ACP – África Caraíbas e Pacífico

APA – *American Psychological Association*

APAD – Agência Portuguesa para o Desenvolvimento

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DC – Dimensão Carreira

DE – Dimensão Económica

DI – Dimensão Integração

DL – Decreto – Lei

FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento

FMI – Fundo Monetário Internacional

GCC – Gabinete Coordenador para a Cooperação

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa

IP – Instituto Politécnico

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Integrado da Cooperação

Q – Questão

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RJIES – Regime Jurídico de Instituições de Ensino Superior

SAS – Serviços de Acção Social

SPSS – *Statistical Package for the Social Science*

VA – Variável Atributo

VD – Variável Dependente

VI – Variável Independente

## Índice Geral

Introdução .....	14
Parte I .....	19
1. A Política de Cooperação .....	21
1.1. Alguns conceitos .....	21
1.1.1. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento .....	21
1.1.2. Cooperação Descentralizada: o papel da Sociedade Civil.....	23
1.1.2.1. Cooperação Intermunicipal .....	24
1.1.2.2. As ONG .....	25
1.2. Evolução da Política de Cooperação.....	26
1.3. A Política de Cooperação Portuguesa.....	29
1.3.1. Evolução da Cooperação Portuguesa .....	32
1.3.2. Estrutura da Cooperação Portuguesa.....	32
1.3.3. Eixos de Actuação da Política de Cooperação Portuguesa.....	34
1.3.4. Agentes da Cooperação Portuguesa .....	38
1.3.5. Contributo Português para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio .....	40
1.3.6. Os Acordos de Cooperação entre Portugal e os PALOP.....	42
1.3.6.1. Angola .....	43
1.3.6.2. Cabo Verde.....	44
1.3.6.3. Guiné-Bissau .....	46
1.3.6.4. Moçambique.....	47
1.3.6.5. São Tomé e Príncipe.....	49
1.3.7. Política de Cooperação na educação, cultura e difusão da língua portuguesa.....	49
2. Evolução do Ensino Superior Público em Portugal.....	54
2.1. Ensino Superior Universitário <i>versus</i> Ensino Superior Politécnico.....	55
2.1.1. Alunos Inscritos no Ensino Superior Público.....	55
2.1.2. Alunos inscritos no Ensino Superior Universitário e no Ensino Superior Politécnico.....	56
2.2. Estudantes Bolseiros .....	57
2.2.1. Estudantes Bolseiros no Ensino Superior Público.....	57
2.2.2. Despesas com Bolseiros no Ensino Superior Público .....	58
3. Os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Público Português .....	60
3.1. Ensino Superior Politécnico <i>versus</i> Ensino Superior Universitário.....	61



3.1.1.	Angola .....	61
3.1.2.	Cabo Verde.....	62
3.1.3.	Guiné-Bissau .....	63
3.1.4.	Moçambique.....	64
3.1.5.	S. Tomé e Príncipe .....	65
3.2.	Os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Politécnico Português.....	65
3.2.1.	Instituto Politécnico de Beja.....	66
3.2.2.	Instituto Politécnico do Cávado e Ave .....	66
3.2.3.	Instituto Politécnico de Bragança.....	67
3.2.4.	Instituto Politécnico de Castelo Branco .....	68
3.2.5.	Instituto Politécnico de Coimbra .....	68
3.2.6.	Instituto Politécnico da Guarda .....	69
3.2.7.	Instituto Politécnico de Leiria .....	70
3.2.8.	Instituto Politécnico de Lisboa.....	71
3.2.9.	Instituto Politécnico de Portalegre .....	71
3.2.10.	Instituto Politécnico do Porto .....	72
3.2.11.	Instituto Politécnico de Santarém.....	73
3.2.12.	Instituto Politécnico de Setúbal.....	74
3.2.13.	Instituto Politécnico de Viana do Castelo .....	75
3.2.14.	Instituto Politécnico de Viseu.....	76
3.2.15.	Instituto Politécnico de Tomar .....	77
3.3.	Análise Global .....	78
4.	Apoio aos estudantes do Ensino Superior .....	81
4.1.	Política de Acção Social no Ensino Superior Português.....	81
4.2.	Os Apoios do Governo Português.....	89
4.2.1.	Bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação em Portugal.....	91
4.2.2.	Bolsas atribuídas pelo IPAD aos alunos PALOP para formação no terreno .....	94
4.2.3.	Valores das Bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP .....	96
5.	Os estudantes dos PALOP em Portugal .....	100
5.1.	A Integração dos estudantes PALOP no Ensino Superior .....	100
5.2.	A vivência dos estudantes dos PALOP no Ensino Superior .....	102
Parte II.....		104
6.	Metodologia.....	106

6.1.	Identificação dos eixos da investigação .....	106
6.2.	Identificação e classificação das variáveis .....	107
6.3.	Construção das definições operacionais .....	109
6.4.	O <i>design</i> da investigação .....	111
6.4.1.	População e Respostas Obtidas .....	112
6.4.2.	Os métodos da recolha de dados .....	112
6.4.3.	Construção do Questionário .....	113
6.4.4.	Validade do instrumento da recolha de dados .....	114
6.4.5.	Condições da recolha de dados .....	114
6.4.6.	Identificação e construção dos processos de medida.....	115
6.4.6.1.	Códigos atribuídos às variáveis atributo (parte I do questionário).....	116
6.4.6.2.	Códigos atribuídos às variáveis independentes (parte II do questionário).....	121
6.4.7.	O método de análise .....	124
7.	Análise dos Resultados.....	126
7.1.	Alternativas de cooperação entre os Institutos Politécnicos e os PALOP: análise das Entrevistas.....	126
7.2.	Perfil do aluno dos PALOP no Ensino Superior Politécnico: análise dos questionários .....	129
7.3.	Variáveis do processo de decisão do estudante relativamente à escolha do IP.....	136
7.3.1.	Análise dos pressupostos.....	136
7.3.2.	Análise das dimensões.....	141
7.4.	Integração dos estudantes dos PALOP em Portugal e no Ensino Superior .....	146
8.	Sugestões para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP.....	151
8.1.	Sugestões de Apoio Social dos Administradores dos Serviços de Acção Social dos Institutos Politécnicos .....	151
8.2.	Contributos para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP .....	153
	Conclusão .....	159
	Bibliografia .....	163
	Apêndices	
	Anexos	

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Composição da APD Portuguesa entre 2005 e 2008 (milhões de euros).....	41
Quadro 3 - Modelos de Apoio Social aos Estudantes do Ensino Superior .....	87
Quadro 4 - População e respostas aos questionários .....	112
Quadro 5 - Escalas de medida .....	115
Quadro 6 - Índice de sucesso escolar no Ensino Superior Português.....	131
Quadro 7 - Relação entre o ano de ingresso no ensino superior e o ano curricular .....	132
Quadro 8 - Resumo das respostas à questão 17 do questionário.....	138
Quadro 9 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão económica .....	142
Quadro 10 - Cálculo da média da dimensão económica .....	143
Quadro 11 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão carreira .....	143
Quadro 12 - Cálculo da média da dimensão carreira .....	144
Quadro 13 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão integração.....	145
Quadro 14 - Cálculo da média da dimensão integração.....	145
Quadro 15 - Resumo das respostas à questão 16 do questionário.....	147

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Alunos inscritos no Ensino Superior Público Português .....	56
Gráfico 2 - Alunos inscritos no Ensino Superior Público por tipo de ensino.....	57
Gráfico 3 - Número de Bolseiros no Ensino Superior Público .....	58
Gráfico 4 - Despesa com alunos Bolseiros no Ensino Superior Público.....	58
Gráfico 5 - Total de alunos nacionais dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Português ...	60
Gráfico 6 - Alunos nacionais de Angola inscritos no Ensino Superior Público Português.....	62
Gráfico 7 - Alunos nacionais de Cabo Verde inscritos no Ensino Superior Público Português .....	63
Gráfico 8 - Alunos nacionais da Guiné-Bissau inscritos no Ensino Superior Público Português.....	64
Gráfico 9 - Alunos nacionais de Moçambique inscritos no Ensino Superior Público Português.....	64
Gráfico 10 - Alunos nacionais de S. Tomé e Príncipe inscritos no Ensino Sup. Público Português.....	65
Gráfico 11 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Beja por país de origem.....	66
Gráfico 12 - Alunos dos PALOP inscritos no IP do Cávado e Ave por país de origem .....	67
Gráfico 13 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Bragança por país de origem.....	67
Gráfico 14 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Castelo Branco por país de origem.....	68
Gráfico 15 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Coimbra por país de origem .....	69
Gráfico 16 - Alunos dos PALOP inscritos no IP da Guarda por país de origem .....	70
Gráfico 17 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Leiria por país de origem .....	70
Gráfico 18 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Lisboa por país de origem .....	71
Gráfico 19 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Portalegre por país de origem.....	72
Gráfico 20 - Alunos dos PALOP inscritos no IP do Porto por país de origem .....	73
Gráfico 21 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Santarém por país de origem.....	74
Gráfico 22 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Setúbal por país de origem .....	75
Gráfico 23 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Viana do Castelo por país de origem.....	76
Gráfico 24 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Viseu por país de origem.....	77
Gráfico 25 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Tomar por país de origem .....	77
Gráfico 26 - Total de alunos dos PALOP inscritos no Ensino Sup. Público Politécnico Português.....	78
Gráfico 27 - Total de alunos dos PALOP inscritos no Ensino Sup. Público Universitário Português..	79
Gráfico 28 - Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP para formação em Portugal .....	92
Gráfico 29 - Número total de bolsas do IPAD utilizadas pelos alunos dos PALOP em Portugal .....	93
Gráfico 30 - Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP para formação no terreno .....	94
Gráfico 31 - Nº de bolsas utilizadas para formação no terreno (Angola e Moçambique).....	95
Gráfico 32 - Nº de bolsas utilizadas para formação no terreno (Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) .....	95
Gráfico 33 - Verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP por ano e por país de origem (euros) .....	96
Gráfico 34 - Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP de 2007 a 2009 (euros) .....	97
Gráfico 35 - Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano (euros)	98
Gráfico 36 - Distribuição das respostas por país de origem.....	130

Gráfico 37 - Área de formação escolhida pelos estudantes.....	133
Gráfico 38 - Meio de subsistência em Portugal .....	135

## Índice de Figuras

Figura 1 - Dimensão Económica .....	110
Figura 2 - Dimensão Carreira.....	110
Figura 3 - Dimensão Integração .....	111

## Introdução

O objectivo do presente estudo consiste em analisar de que modo a Política de Cooperação portuguesa se desenvolve com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no âmbito do Ensino Superior. Concretamente, pretendemos investigar a relação entre os apoios sociais concedidos aos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no Ensino Superior Politécnico em Portugal, ao abrigo da Política de Cooperação entre Portugal e aqueles países, e a sua eventual relação com as prioridades definidas, por parte dos alunos, na escolha da Instituição de Ensino que pretendem frequentar.

Desenvolvendo uma actividade profissional nos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Portalegre, acompanhamos a vida dos estudantes dos PALOP e apercebemo-nos das dificuldades económicas a que os mesmos têm que fazer face para viver em Portugal e prosseguir os seus estudos no Ensino Superior.

Verifica-se, porém, que não é de modo algum constante o número de alunos daqueles países que ingressa anualmente no Politécnico de Portalegre. Anos há em que não é colocado nenhum aluno, outros em que entra um número variável, não ultrapassando, nos últimos cinco anos, uma dezena por ano lectivo.

É assumido pelo Estado português que a relação com os PALOP constitui um dos pilares fundamentais da nossa política externa. Assim, o contributo que possamos dar para o desenvolvimento daqueles países deve constituir uma das prioridades da política externa nacional, porquanto as consequências positivas para a qualidade de vida das suas populações constituirão, ao mesmo tempo, estruturas favoráveis para os intercâmbios culturais e económicos que enriquecem a sociedade portuguesa.

Neste contexto, considera-se importante dar resposta a um conjunto de questões que nos preocupam, definindo-se para este trabalho os seguintes objectivos:

- Conhecer as variáveis que estão envolvidas no processo de decisão do estudante, relativamente à Instituição de Ensino Superior em que pretende estudar.
- Investigar como podem as Instituições, no âmbito das suas autonomias, materializar os acordos de cooperação estabelecidos com os PALOP.
- Investigar como as medidas de acção social aplicadas aos estudantes dos PALOP podem influenciar as suas decisões na escolha da instituição de ensino superior.

- Propor medidas de acção social a desenvolver junto dos estudantes dos PALOP que possam ser diferenciadoras no processo de escolha da Instituição de Ensino Superior.
- Promover novas formas de cooperação, materializadas num apoio concreto aos estudantes oriundos daqueles países.
- Oferecer, através deste trabalho de dissertação, um contributo no estabelecimento dessas medidas.

Como ponto de partida para o nosso estudo apresentamos a seguinte questão: Em que medida as diversas formas de concretizar a Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP, materializadas pelos diferentes Institutos Politécnico Portugueses, influenciam os estudantes na escolha da instituição em que pretendem estudar?

Para análise desta problemática procuraremos dar resposta a um conjunto de sub-questões que nos permitirão conhecer não só as motivações que impelem um estudante a escolher um Instituto Politécnico em detrimento de outro, mas também de que forma as medidas de acção social desenvolvidas pelos diferentes Politécnicos podem ser diferenciadoras na atracção dos alunos, sejam elas estabelecidas no processo de acolhimento ou no acompanhamento do percurso académico dos estudantes oriundos daqueles países.

Assim, definimos como sub-questões a que procuraremos dar resposta:

1) Quais as medidas definidas, ao abrigo da Política de Cooperação, para a promoção da qualidade do ensino e da cultura dos jovens dos PALOP que procuram Portugal para prosseguir os seus estudos e concluir uma formação de nível superior?

2) Quais as razões que impelem um jovem dos PALOP a escolher Portugal e não qualquer outro país para prosseguir os seus estudos superiores?

3) Poderá cada uma das instituições de ensino superior estabelecer, no âmbito das suas autonomias, medidas de acção social, materializadas em protocolos de cooperação, que se tornem diferenciadoras no momento da escolha pelos estudantes da Instituição de Ensino Superior que querem frequentar?

Orientámos a nossa investigação segundo quatro eixos, que nos levarão à confirmação ou rejeição dos seguintes pressupostos:

Primeiro – Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função dos apoios que lhe são concedidos.

Segundo – Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função do Curso que pretendem frequentar.



Terceiro – Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função das relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem.

Quarto – Se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de acção social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países.

Como refere Fortin “*Metodologia é o conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica*” (Fortin, 1999, p. 372).

Desenvolvemos o nosso estudo utilizando o método qualitativo e o método quantitativo.

Para construção do enquadramento teórico analisámos algumas referências bibliográficas sobre a temática da Cooperação, diversos diplomas legais, e trabalhos de investigação em estudos de Mestrado e Doutoramento. Para maior conhecimento do tema em estudo, entrevistámos os Administradores dos Serviços de Acção Social dos Institutos Politécnicos, bem como os responsáveis do núcleo de Bolsas do IPAD e da Direcção de Serviços de Planeamento Financeiro do GPEARI.

Na fase da recolha de dados sobre a população em estudo aplicámos um inquérito por questionário aos estudantes dos PALOP matriculados no Ensino Superior Politécnico português.

Como sabemos, o processo de investigação comporta três fases: a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica. Assim, no presente trabalho percorremos estas três fases, estruturando a nossa Dissertação em duas partes.

Numa primeira parte apresentamos cinco capítulos que tratam do enquadramento teórico e da revisão da literatura, que consubstanciam a fase conceptual.

A segunda parte é constituída por três capítulos que reflectem a fase metodológica e a fase empírica e também pela apresentação de conclusões.

No primeiro capítulo – A Política de Cooperação – apresentamos alguns conceitos relacionados com esta problemática e a evolução vivida pelos agentes desta Política, em especial no que se refere ao caso português. Analisamos a estrutura da Cooperação portuguesa e os seus principais eixos de actuação, dando particular destaque aos Acordos de Cooperação estabelecidos como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Concluímos o capítulo com uma breve caracterização das acções e agentes da Política de Cooperação desenvolvidos na área da educação, cultura e difusão da língua portuguesa.

Iniciamos o capítulo dois – Evolução do Ensino Superior Público em Portugal – com uma breve descrição do Ensino Superior Politécnico em Portugal. De seguida descrevemos a evolução do número de alunos inscritos no Ensino Superior, diferenciando o Ensino Politécnico do Ensino Universitário, nos anos lectivos de 1998/1999 a 2007/2008. Apresentamos ainda a evolução do número de estudantes bolseiros no Ensino Superior Público português e as verbas despendidas naquele sector, nos anos de 1999 a 2008.

No capítulo três – Os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Público Português – pretendemos descrever a população dos estudantes oriundos dos PALOP, distinguindo o Ensino Politécnico e Ensino Universitário, por país de origem, entre os anos lectivos 1999/2000 e 2008/2009. Apresentamos ainda a mesma descrição da população, fazendo a análise por Instituição de Ensino Superior Politécnico.

No capítulo quatro – Apoio aos estudantes do Ensino Superior – analisamos a Política de Acção Social no Ensino Superior e sua evolução até aos dias de hoje. Neste capítulo dedicamos particular atenção ao apoio concedido pelo Governo português aos estudantes oriundos dos PALOP através do IPAD. Esta análise é feita por país de origem, nos anos lectivos de 1999/2000 a 2008/2009.

No Capítulo cinco – Os estudantes dos PALOP em Portugal – reflectimos sobre a vivência dos estudantes oriundos dos PALOP no Ensino superior português, debruçando-nos especialmente sobre estudos efectuados acerca da sua integração e sobrevivência no nosso País.

No Capítulo seis – Metodologia – apresentamos a definição e classificação das variáveis em análise e a delimitação da população alvo, bem como os métodos utilizados na recolha de informação. Escolhemos os métodos estatísticos que melhor se adequam ao problema em estudo e os instrumentos e processos de recolha de informação.

No Capítulo sete – Análise de resultados – analisamos e interpretamos os dados recolhidos nos questionários e nas entrevistas, comunicando as conclusões obtidas com aquela análise.

No Capítulo oito – Sugestões para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP – apresentamos algumas sugestões e propostas de atitudes a rever por parte das Instituições de Ensino Superior, relativamente ao apoio disponibilizado aos estudantes dos PALOP.

Apresentamos por fim a conclusão geral de toda a investigação.

Nas citações e referência bibliográfica adoptamos a norma da *American Psychological Association* (APA). Utilizámos a referência em nota de rodapé na citação de legislação pela necessidade de indicação do diploma, artigo e por vezes número e alínea. Tomámos esta opção pois a citação no corpo do texto tornar-se-ia pouco legível.

## **Parte I**

## **Capítulo 1**

### **A Política de Cooperação**

## Parte I

### 1. A Política de Cooperação

Definida a questão de partida, importa analisar a problemática que enquadra o tema em estudo.

Assim, na primeira parte do presente capítulo apresenta-se uma análise de alguns conceitos envolvidos na Política de Cooperação e, no contexto europeu, enunciam-se os momentos mais significativos da evolução desta Política. Na segunda parte deste capítulo analisaremos concretamente a situação da Política de Cooperação Portuguesa, dando particular atenção à sua relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP.

#### 1.1. Alguns conceitos

Antes de nos debruçarmos sobre o entendimento dos propósitos da Política de Cooperação, iniciaremos a nossa abordagem pela clarificação de alguns conceitos, inerentes a esta temática.

##### 1.1.1. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) identifica-se como um instrumento que visa a materialização da Política de Cooperação dos diferentes Estados. É proporcionada pelos organismos públicos dos países doadores aos países em desenvolvimento e tem por objectivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das suas populações.

Pode ser concedida através de um projecto ou programa, uma transferência de dinheiro, um fornecimento de bens e serviços, uma operação de alívio de dívida ou uma contribuição para uma organização não governamental ou para um organismo multilateral.

Citando o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), Ferreira (2004), define a APD como:

*“Um conjunto de recursos humanos, financeiros ou materiais que, sob a forma de donativo ou empréstimo, são transferidos para os Países em Desenvolvimento, através de vários organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através dos organismos multilaterais financiados pelos países doadores, nomeadamente, os Bancos regionais, organismos da ONU, Comissão Europeia”* (Ferreira, 2004, p. 67).

De acordo com a natureza do instrumento utilizado para materialização da Ajuda assim esta cooperação se classifica como financeira ou técnica. Enquanto a cooperação financeira assume a forma de investimentos em equipamentos, operações de alívio ou redução da dívida e ajudas ao fornecimento de bens e serviços, a cooperação técnica assume a forma de intercâmbio de conhecimentos técnicos e de gestão com as instituições dos países beneficiários (Araújo, 2006, p. 36).

Ferreira (2004) acrescenta a esta classificação dois novos conceitos, a ajuda de emergência de carácter humanitário e a ajuda alimentar. A primeira diz respeito a uma resposta a situações de catástrofe e é executada em situações de calamidade. A segunda concretiza-se pelo fornecimento de alimentos aos países em desenvolvimento, com o objectivo da sua comercialização e consequente obtenção de fundos para a promoção dos projectos de desenvolvimento desses países (Ferreira, 2004, p. 69).

Dependendo do modo de difusão, a Ajuda pode ser bilateral ou multilateral. Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral é a ajuda fornecida directamente ao país beneficiário, através de Organizações Não Governamentais (ONG) que actuam na área do desenvolvimento ou de actividades relacionadas com o desenvolvimento promovidas no próprio país doador. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento multilateral materializa-se em contribuições para os orçamentos das organizações multilaterais que actuam na área do desenvolvimento, tais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como as diversas organizações das Nações Unidas (ONU).

Como refere Ferreira (2004) a ajuda externa pode assumir duas formas distintas: a ajuda ligada e a ajuda não ligada. Na ajuda ligada o doador faz depender da sua ajuda o fornecimento dos bens e serviços próprios, impedindo a sua aquisição noutros mercados a preços mais baixos, o que por si só se torna menos vantajoso para o país receptor. Na ajuda não ligada estas restrições não se colocam, sendo por isso preferida pelos Estados receptores.

A ajuda ligada é adoptada no âmbito da ajuda bilateral, enquanto que a ajuda não ligada é mais utilizada pela via multilateral (Ferreira, 2004, p. 70).

### 1.1.2. Cooperação Descentralizada: o papel da Sociedade Civil

Não será possível ao indivíduo exercer os seus direitos civis e políticos se não estiverem asseguradas as condições elementares de sobrevivência, conforto, segurança no trabalho, assistência no desemprego, na saúde e na educação.

Perante as desigualdades geradas pela economia de mercado e as disparidades de riqueza individual, assume particular importância a actuação da cidadania social no sentido de garantir a integração dos membros mais desfavorecidos e desprotegidos. Ora, esta vertente da cidadania depende em muito da participação da comunidade, uma vez que os direitos sociais podem ser vistos sob duas perspectivas. O direito de ser ajudado e a obrigação de colaborar na manutenção das condições sociais, decorrentes do padrão da sociedade, aos membros mais fragilizados e com menores condições de participação na comunidade.

Diremos, pois, que a satisfação dos direitos sociais dos indivíduos não é uma função e tarefa exclusiva do Estado. É neste contexto que assume primordial importância:

a) o exercício de uma efectiva Cidadania<sup>1</sup>, que exige ao cidadão o pleno reconhecimento dos seus deveres civis e políticos e o seu compromisso com o bem comum da comunidade. Deve, assim, o cidadão dedicar o seu esforço na garantia dos direitos sociais dos membros da comunidade, através, eventualmente, de formas de associação privada ou por via do voluntariado.

b) que a sociedade civil<sup>2</sup> se envolva nos projectos de cooperação e desenvolvimento em benefício das populações e grupos mais fragilizados, materializando desta forma acções de cooperação descentralizada.

---

<sup>1</sup> As mudanças políticas na última metade do século XX, como a queda do comunismo, o surgimento de movimentos populistas de expansão dos direitos sociais por grupos de pressão, a formação da União Europeia, a proliferação das alianças transnacionais, o crescimento de multinacionais e a globalização económica, alimentaram o debate e questões acerca da cidadania e democracia, promovendo entre os cidadãos uma maior consciência dos seus direitos e, paralelamente, deveres de actuação em prol do bem comum da sua comunidade.

<sup>2</sup> “A sociedade civil pode definir-se como a esfera historicamente constituída de direitos individuais, liberdades e associações voluntárias, cuja autonomia e concorrência mútua na persecução dos seus interesses e intenções privadas ficam garantidas por uma instituição pública, chamada Estado, a qual se abstém de intervir politicamente na sua vida interna” (Giner, 1996, p. 131). Sobre as diferentes acepções de Sociedade Civil ver Giner, 1996, pp. 117-144.



A Cooperação Descentralizada exprime-se, pois, pela descentralização das acções de cooperação e pela inclusão de novos actores naquelas actividades. Para além da participação de outros agentes que não o Estado em sentido formal, a Cooperação Descentralizada promove ainda o envolvimento dos elementos do país ou comunidade receptores dos programas e acções de cooperação.

*“A Cooperação Descentralizada não se trata apenas de um novo instrumento ou uma forma de acção da cooperação para o desenvolvimento, mas é, sobretudo, uma maneira diferente e inovadora de a conceber e de a pôr em prática, já que implica um processo de mudança progressiva das maneiras tradicionais de realizar a Cooperação para o Desenvolvimento”* (Coelho, 2004, p. 161).

A Cooperação Descentralizada materializa-se por diversas formas e identifica-se na acção de novos agentes de cooperação. Deixa assim de se assistir ao monopólio de actuação por parte do Estado, surgindo projectos de cooperação desenvolvidos pelos municípios, pelas ONG, bem como outras instituições da própria sociedade civil, sejam elas públicas ou privadas.

Coelho (2004) classifica a Cooperação Descentralizada como integradora e participativa. Isto porque, envolvendo diversos agentes que não exclusivamente o Estado em sentido formal, congrega as opiniões, recursos e aptidões de diversos agentes, surgindo como um projecto integrador de vontades que conta com a participação dos próprios agentes beneficiários das acções de cooperação (Coelho, 2004, p. 47).

#### 1.1.2.1. Cooperação Intermunicipal

A Cooperação Intermunicipal constitui uma das mais conhecidas formas de Cooperação Descentralizada. Pretende estimular o papel dos beneficiários, dos agentes locais e da sociedade civil, em detrimento do protagonismo exclusivo até então dado ao Estado, enquanto único agente das acções de cooperação. Pode assumir várias formas sendo as mais conhecidas as geminações, protocolos, acordos de cooperação e redes entre vários Municípios.

A Cooperação Intermunicipal *“estabelece-se através de laços de parceria entre Municípios dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, mediante uma relação de igualdade e reciprocidade”*(RCM nº 196/05 de 22 de Dezembro, p. 7194).

Associado à Cooperação Intermunicipal surge o conceito de geminações que Oliveira (2009) define como

*“Parcerias permanentes formalizadas por acordos entre as partes, reconhecidas oficialmente, entre dois ou mais municípios numa perspectiva transnacional, e que promovem a troca de conhecimentos e de experiências, podendo envolver diferentes sectores da sociedade civil, nomeadamente associações, organizações não governamentais ou outras organizações, sempre no âmbito de uma Cooperação Descentralizada”* (2009, p. 9).

#### 1.1.2.2.As ONG

Como refere Araújo, assistimos cada vez mais ao desenvolvimento de iniciativas por parte de cidadãos que *“inicialmente se juntam em função de valores, princípios ideológicos ou religiosos comuns e criam organizações autónomas e independentes do Estado”* (Araújo, 2006, p. 43). Estas organizações, denominadas Organizações Não Governamentais, são organizações sem fins lucrativos e cujos objectivos se centram no apoio às populações menos desenvolvidas, prestando auxílio na resolução das diversas situações de carência em que aquelas comunidades estão envolvidas.

Correia (2008, p. 58) refere que, em regra, os projectos desenvolvidos pelas ONG são de pequena dimensão e limitados a situações muito concretas. São de natureza diversa e envolvem acções que vão desde acções de assistência à saúde, doação de alimentos e bens de primeira necessidade, como resposta a situações de catástrofe. Podem ainda assumir a realização de projectos de várias naturezas como seja a protecção à infância ou outras situações de fragilidade das populações envolvidas.

*“As ONGD regem-se pelos princípios de respeito pelos Direitos Humanos e promovem a participação da sociedade civil na Cooperação para o Desenvolvimento”* (Plataforma ONGD).

Conforme disposto nos seus Estatutos

*“São objectivos das ONG, a concepção, a execução e o apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de acções nos países em vias de desenvolvimento (...) a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades”<sup>3</sup>.*

As ONG constituem assim uma resposta concreta à consciência crescente da necessidade de exercício da cidadania social, evidenciada no início do presente capítulo.

## 1.2.Evolução da Política de Cooperação

Gomes (2009) identifica o período do pós Segunda Guerra Mundial como o momento em que pela primeira vez se assume uma grande operação de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Refere-se, mais concretamente, à intervenção dos Estados Unidos na recuperação da Europa, actuação que ficou conhecida pelo Plano Marshall.

Refere a mesma autora que se durante os anos 50 o predomínio da APD se deveu à intervenção quase exclusiva dos Estados Unidos, na década de 60 deveu-se também à intervenção das organizações multilaterais. Estas agências multilaterais assumiram ao longo dos anos uma importância crescente no que se refere ao peso na APD, de tal modo que, na década de 70, os principais doadores foram instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a União Europeia, as Nações Unidas e os bancos regionais de desenvolvimento (Gomes, 2009, pp. 21–22).

Cardoso (2005, p. 115) aponta como marcos históricos da Cooperação para o Desenvolvimento a constituição da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento em 1964, a Cimeira de Argel em 1973 e a Conferência Internacional de Cooperação realizada em Paris em 1975.

A mesma autora assinala também a intervenção da Comunidade europeia ao nível dos países africanos. Indica assim, as duas Convenções de Yaoundé, em 1963 e 1969, que concederam aos países africanos a possibilidade de recorrer a subsídios e empréstimos

---

<sup>3</sup> Artigo 6º da Lei nº 66/98, de 14 de Outubro.

concedidos pelas estruturas financeiras da Europa, aludindo mais concretamente ao Fundo Europeu de Desenvolvimento e ao Banco Europeu de Investimentos (Cardoso, 2005, p. 116).

À Política de Cooperação estabelecida entre a Europa e os países Africanos, associam-se alguns países das Caraíbas e Pacífico, nas 4 Convenções de Lomé. Estas Convenções realizaram-se em 1975, 1980, 1984 e 1989, tendo vigorado até 2000, data da assinatura do Acordo de Cotonou. Esta comunidade constituída pela Comunidade Europeia e alguns países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), reúnem actualmente 79 países. Resultando de constantes actualizações às intenções firmadas na Convenção Lomé I têm como objectivos *“a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação; integração progressiva dos países ACP na economia mundial, de acordo com os objectivos do desenvolvimento sustentável”* (eurocid.pt).

Coelho (2004) assinala a década de 90 como o início de uma nova era da cooperação. Decorrentes do processo de globalização, as relações entre os Estados alteram-se e a Política de Cooperação assume novas preocupações.

*“A disponibilidade dos responsáveis políticos dos países doadores ou das organizações internacionais para a afectação de recursos destinados à resolução dos problemas e das dificuldades dos países em desenvolvimento diminui consideravelmente”* (Coelho, 2004, p. 34). A preocupação dos agentes de cooperação centra-se, então, não tanto na afectação de recursos, mas principalmente em articular e coordenar as diversas intervenções, de modo a garantir que os montantes disponibilizados para a Cooperação para o Desenvolvimento sejam utilizados de forma mais eficaz e racional.

Também Araújo (2006) regista esta inversão no sentido dado pelos países doadores à forma como a Política de Cooperação deve ser concretizada. Esta nova orientação apela a uma maior intervenção dos agentes das comunidades receptoras e um incremento das acções desenvolvidas pela sociedade civil. *“A partir dos anos 90 surge uma nova orientação sobre o papel do sistema das Nações Unidas que considera fundamental maior intervenção no desenvolvimento da comunidade por parte dos próprios actores”* (Araújo, 2006, p. 32).

Da Cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU), designada Cimeira do Milénio, e que teve lugar em Setembro de 2000, resultou o compromisso, assumido por todos os seus Estados Membros, da defesa dos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pelo ambiente e partilha de responsabilidades. Em resultado deste compromisso fixaram-se um conjunto de objectivos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Assim foram definidos, pelos países da ONU, oito objectivos a atingir até 2015:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome.
2. Alcançar a educação primária universal.
3. Promover a igualdade entre sexos e o reforço do papel da mulher.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças.
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental.
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

*“A Declaração do Milénio constitui assim um importante instrumento acordado pelas diferentes nações no sentido de fazerem face aos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio e aos problemas inviabilizadores do desenvolvimento”* (Ceita, 2009, p. 20).

Tratando-se de metas definidas conjuntamente e a nível mundial, convertem-se igualmente na linha orientadora da estratégia de cooperação individual de cada país, já que é com base nestes objectivos gerais que cada país doador estabelece as metas específicas da sua Política de Cooperação.

Costa (2009) classifica os ODM como *“um dos mais dramáticos e ambiciosos relatórios da história”* (2009, p. 59), pois vêm expor de forma muito clara as imensas assimetrias observadas entre os diversos países. Considera aquelas metas muito difíceis de atingir pelo curto espaço de tempo definido como limite para a sua concretização.

Nos anos seguintes à Cimeira do Milénio realizaram-se diversas conferências internacionais com o objectivo de acompanhar, avaliar e propor acções com vista à concretização dos ODM. Nestas conferências foram subscritos compromissos relativos ao aumento dos montantes de APD e à forma de ampliar os seus impactos.

Destacam-se as Conferências de Monterrey em 2002, de Doha em 2008, a Declaração de Paris em 2005 e a Agenda de Acção de Acra em 2008. As duas primeiras incidiram sobre o financiamento do desenvolvimento e as duas últimas sobre o aumento da eficácia da ajuda (IPAD, 2010, p. 1).

### 1.3.A Política de Cooperação Portuguesa

A Política de Cooperação portuguesa desenvolve-se em coerência com outras políticas nacionais que afectam o desenvolvimento dos países aos quais se dirige, rejeitando medidas que prejudiquem o ambiente e a preservação dos recursos naturais ou que agravem as desigualdades económicas e sociais (RCM nº43/99, p. 2648).

O reforço da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), a sua afirmação no sistema internacional, assim como a manutenção das relações de cooperação com os PALOP, são alguns dos objectivos definidos para a Política de Cooperação Portuguesa, evidenciados no documento «A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI» (RCM nº43/99). Surge, no entanto, neste documento uma nova visão de alargamento do campo de actuação da Política de Cooperação, nomeadamente pela diversificação das suas relações com outros países e introdução de novos instrumentos e tipos de acção. Pretende-se, pois, que Portugal possa assumir no curto prazo um papel mais activo no que respeita à componente multilateral da APD, particularmente no quadro da sua participação nas Nações Unidas e na União Europeia.

A Resolução do Conselho de Ministros de 1999 apresenta dois tipos de documentos em que deverá assentar a Política de Cooperação Portuguesa. São eles os Programas de Cooperação a celebrar com cada PALOP e o Programa Integrado de Cooperação anual, englobando este último as correspondentes fontes de financiamento (RCM nº43/99, p. 2654).

A Política de Cooperação Portuguesa é, simultaneamente, *“encarada como um veículo de afirmação e alargamento da influência portuguesa a nível internacional e como um instrumento de realização de objectivos estratégicos nacionais”* (Mesquita, 2005, p. 3).

Segundo Palma (2004) o combate à pobreza, a consolidação da democracia e das instituições e a promoção do desenvolvimento económico, com destaque para a educação, a formação e a saúde, são os eixos prioritários de actuação da Política de Cooperação Portuguesa, intervindo especialmente *“no espaço da língua e da cultura portuguesas”* (Palma, 2004, p. 2).

A Política de Cooperação constitui um dos pilares da Política Externa, fundamentalmente segundo três aspectos.

Um primeiro tem a ver com a relação prosseguida com os países de língua portuguesa, já que é uma importante aspiração da nossa política externa poder contribuir para o desenvolvimento e integração na comunidade internacional daqueles países.

O segundo, coloca a questão da promoção da língua portuguesa como objectivo da Política Externa, sendo esta concretizada na forte componente da Cooperação Portuguesa na área do ensino, apoio à educação e alfabetização dos países parceiros, em particular os PALOP e Timor Leste.

Finalmente, o terceiro reside na aspiração em promover a nossa capacidade de interlocução e influência junto dos centros de decisão supranacionais.

No âmbito da reforma da Política de Cooperação Portuguesa, anunciada na resolução do Conselho de Ministros de 1999, foram identificadas algumas fragilidades, nomeadamente a dificuldade na articulação e planeamento das acções dos diversos agentes de cooperação, tutelados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assim, foram definidas algumas medidas das quais resultaram a redefinição de funções e competências de alguns organismos. Esta reformulação da estrutura da Cooperação Portuguesa implicou a criação de novas estruturas que, nalguns casos, resultaram da fusão de outras, cujas actividades se completavam ou sobrepunham. Exemplo desta reestruturação foi a criação do IPAD, em 2003, como veremos mais à frente.

Tendo presente os novos desafios da era da globalização, e a posição privilegiada de Portugal enquanto intermediário entre os países da CPLP e a União Europeia, é apresentada em 2005 uma nova estratégia para a Política de Cooperação Portuguesa. Este programa é anunciado na Resolução do Conselho de Ministros nº 196/05 de 22 de Dezembro, diploma ao qual se atribui a designação «Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa».

A Resolução do Conselho de Ministros de 2005 refere a necessidade de se estabelecer uma harmonização entre a orientação e a execução da Política de Cooperação, definindo, para o efeito, três objectivos.

O primeiro consiste na adequação dos mecanismos de execução da APDA. O segundo e terceiro referem-se ao desenvolvimento de mecanismos de coordenação, no que se refere à acção interministerial e às iniciativas da sociedade civil, respectivamente (RCM nº 196/05, p. 7182).

*“Uma das prioridades para esta etapa da Cooperação Portuguesa reside no estabelecimento de uma relação correcta entre decisões e responsabilização política”* (RCM nº 196/05, p. 7181).

De facto, o modo de operacionalizar a Política de Cooperação tem sido sustentado num modelo descentralizado, o que tem criado sérias dificuldades em estabelecer ligações de controlo e responsabilização dos resultados por parte dos agentes envolvidos. Assim, surge a



necessidade de estabelecer mecanismos de revisão de procedimentos, coordenação e *accountability*<sup>4</sup>, cabendo a condução da Política de Cooperação para o Desenvolvimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Uma outra preocupação mencionada na Resolução do Conselho de Ministros de 2005 prende-se com necessidade de uma maior envolvimento da Cooperação Portuguesa no sistema multilateral, ainda que se mantenha o empenho na actuação bilateral, em particular no que se refere aos PALOP.

Entende-se que, para além de um contributo financeiro directo a disponibilizar através das organizações mundiais responsáveis pelas acções de cooperação onde já está envolvido e da integração em projectos multilaterais, Portugal não pode deixar de perseverar e reforçar a posição que ocupa nos grandes centros de decisão supranacionais, em particular nas Nações Unidas e União Europeia.

A Resolução do Conselho de Ministros de 2005 distingue duas formas de executar a Política de Cooperação.

A primeira identifica os programas de primeira geração, caracterizados pela autonomia dos diferentes serviços. Desta resultava a falta de coerência entre as diversas acções e o inerente desperdício de recursos, reflectida uma cooperação baseada na oferta.

A segunda reporta-se aos programas de segunda geração, que requerem, numa primeira fase, a identificação das áreas prioritárias de actuação através do diálogo com os países beneficiários da APD, seguidamente a programação das acções a desenvolver e, finalmente, o acompanhamento da execução, avaliando se este está de acordo com as prioridades definidas. Este programa consiste numa cooperação baseada na procura.

Para além de uma clara continuidade com os propósitos enunciados na Resolução de 1999, a Política de Cooperação ali proposta apresenta também alguns aspectos inovadores. Na Resolução 196/05 renova-se a preocupação a ter em conta com a coordenação das actividades procedentes dos diferentes sectores e agentes de cooperação, reafirmando-se a necessidade de um planeamento eficaz e consequente com os objectivos e prioridade definidos.

---

<sup>4</sup> Termo da língua inglesa, sem tradução, que remete para a obrigação de membros de um órgão representativo prestarem contas aos representados, auto-avaliarem os resultados, darem a conhecer os êxitos e justificarem os insucessos.



### 1.3.1. Evolução da Cooperação Portuguesa

A APD proporcionada pela Política de Cooperação Portuguesa tem sido caracterizada pelo desencadear de múltiplas acções, promovidas pelas mais variadas entidades, sejam elas públicas ou privadas. Esta situação tem dificultado em grande medida a sua coordenação, assim como a correcta articulação de tarefas e recursos, prejudicando igualmente a perfeita quantificação dos montantes envolvidos e benefícios conseguidos.

Mesquita (2005, p. 2) aponta o ano de 1989 como o primeiro momento em que, do ponto de vista institucional, se pode falar de uma verdadeira Política de Cooperação, coincidindo esta data com a preparação da reintegração de Portugal no Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, criado no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE).

Sendo um dos países fundadores da OCDE, Portugal abandonou a sua posição de membro do CAD, em 1974, data em que assume apenas a condição de país receptor de APD. Como consequência da sua adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, em 1991 recupera a sua condição de país doador e membro do CAD, passando a contribuir financeiramente para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Podemos considerar, ainda, como marcos significativos na definição dos princípios orientadores da Política de Cooperação Portuguesa, os anos de 1999 e 2005, datas em que foram publicados dois importantes documentos referentes a esta problemática, como descrevemos no ponto anterior. São estes a Resolução do Conselho de Ministros nº 43/99 de 18 de Maio – A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI e a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/05 de 22 de Dezembro – Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa.

### 1.3.2. Estrutura da Cooperação Portuguesa

Criado pelo Decreto-Lei nº 791/74, de 31 de Dezembro, o Gabinete Coordenador para a Cooperação (GCC) assume como uma das suas funções o estudo das condições de acolhimento de bolseiros nacionais das ex-colónias. É por isso considerado a primeira estrutura oficial de cooperação (MNE, 1995, p. 36). Em 1976 é criado o Instituto para a

Cooperação Económica, com funções ao nível dos domínios económico e financeiro, já que a estrutura do GCC se dedicava maioritariamente a questões no âmbito sociocultural.

Em 1979 é criada a Direcção Geral da Cooperação que seria responsável pela coordenação das acções de cooperação nos domínios científico, tecnológico o sociocultural, o que originaria a extinção do GCC em 1983, por vazio de funções daquele Gabinete (MNE, 1995, p. 37).

A Comissão Interministerial para a Cooperação, criada em 1985 como órgão consultivo, tem por missão a planificação e articulação de todas as actividades de cooperação desenvolvidas ao nível dos diferentes Ministérios.

Em 1994 é criado o Instituto da Cooperação Portuguesa em resultado da fusão do Instituto para a Cooperação Económica e da Direcção Geral da Cooperação, assumindo as funções daquelas duas estruturas.

Em 1998, são criados o Conselho Consultivo para a Cooperação Económica e Empresarial e o Conselho de Ministros para os Assuntos da Cooperação. A principal função do Conselho Consultivo consiste em estimular a acção dos agentes económicos privados, competindo ao Conselho de Ministros para os Assuntos da Cooperação fazer aprovar anualmente a proposta de um Programa Integrado da Cooperação (PIC) e o respectivo orçamento.

Pretende-se que o PIC inclua todos os projectos que os diferentes ministérios se propõem desenvolver, identificando com clareza as principais opções e prioridades.

Num esforço de efectivar a coordenação técnica dos projectos de cooperação, emanados dos diversos ministérios e com o objectivo de promover a integração dos diferentes programas e acções de cooperação, é reactivada em 1997 a Comissão Interministerial da Cooperação. Esta coordenação é complementada pela actuação do Instituto da Cooperação Portuguesa (Mesquita, 2005, p. 5).

Conforme estabelece a Resolução do Conselho de Ministros de 1999 “*o ICP deve passar a desempenhar o papel de órgão central de apoio à definição, elaboração e execução da política de cooperação (...) e ainda, o de centro de coordenação e avaliação do sistema*” (RCM nº43/99, p. 2637).

Em resultado da fusão da Agência Portuguesa para o Desenvolvimento (APAD) com Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), é criado o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) (Mesquita, 2005, p. 6). Criado pelo Decreto-Lei nº5/2003, o IPAD viria a ser reestruturado, em 2007, através do Decreto – Lei nº 120/2007.

*“O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD, I.P.) é um organismo central da administração pública portuguesa responsável pela supervisão, direcção e coordenação da política de cooperação, cabendo-lhe a condução da implementação da política pública de desenvolvimento. (...) prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob superintendência e tutela do respectivo ministro” (DL nº 120/2007, p. 2607).*

O IPAD desenvolve a sua actividade no território nacional e também no exterior, mediante a prestação de apoio técnico nos países beneficiários, em articulação com as missões diplomáticas e postos consulares ali sediados.

No exercício das atribuições definidas no Decreto – Lei nº 120/2007, de 27 de Abril, compete ao IPAD propor à tutela a definição da Política de Cooperação e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. O IPAD tem como incumbência coordenar o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa, bem como as acções de cooperação desempenhadas por outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública. É igualmente função do IPAD proceder ao acompanhamento e avaliação dos programas desenvolvidos, apoiando ainda as iniciativas da sociedade civil no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento (Decreto – Lei nº 120/2007, de 27 de Abril, p. 2607).

### 1.3.3. Eixos de Actuação da Política de Cooperação Portuguesa

Como já foi referido anteriormente, a Política de Cooperação Portuguesa assume, desde sempre, um importante papel na prossecução dos objectivos e princípios da Política Externa nacional.

Em nome de um património histórico e cultural procedente de um passado em comum, Portugal aposta primordialmente na manutenção e no aprofundamento das relações estabelecidas com os países de língua portuguesa, com particular atenção para as suas ex-colónias, reservando neste grupo um lugar privilegiado para os países africanos. Podemos considerar que este tem sido o eixo de actuação que tem vindo, ao longo dos anos, a ocupar a maior atenção e recursos das autoridades portuguesas, no que concerne às acções de cooperação desencadeadas.

Para além disso, enquanto membro da União Europeia, Portugal afirma-se como um intermediário privilegiado no alargamento das relações daqueles países com o espaço lusófono, sendo este o segundo eixo em que assenta a actuação da Política de Cooperação portuguesa.

Como se estabelece na Resolução do Conselho de Ministros de 1999,

*“O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo e de reaproximação a outros povos e regiões, a que nos ligam, nalguns casos, séculos de história (RCM nº 43/99, p. 2636).*

Na verdade, a actuação da cooperação portuguesa não se pode resumir apenas ao espaço lusófono, devendo igualmente empenhar-se na colaboração daqueles países com a comunidade internacional, nomeadamente a União Europeia.

Um último eixo prioritário da actuação da Política de Cooperação Portuguesa reside na promoção de ajuda ao sector privado e no apoio à reestruturação da economia dos PALOP.

No que respeita aos programas de cooperação com os países africanos merecem particular destaque as acções relacionadas com a promoção da educação àquelas populações, beneficiárias da APD portuguesa, mais especificamente no que se refere à política de concessão de bolsas de estudo.

*“O ingresso no ensino superior português em condições especiais<sup>5</sup> e a concessão de bolsas de estudo a cidadãos dos países africanos em desenvolvimento, em especial dos países africanos de língua oficial portuguesa, tem constituído um dos instrumentos mais relevantes da política de cooperação entre Portugal e estes Estados ”<sup>6</sup>.*

---

<sup>5</sup> Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro.

<sup>6</sup> Despacho conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, de 18 de Maio de 1995.

Materializando esta preocupação de execução da Política de Cooperação, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação emitem um Despacho Conjunto redefinindo as regras de concessão de bolsas de estudo pelo Estado Português a estudantes de países africanos com os quais Portugal tenha celebrado acordos de cooperação.

Porém, como refere Mesquita (2005, p. 16), “*O impacto da atribuição de bolsas de estudo em Portugal no desenvolvimento dos países beneficiários parece bastante discutível, na medida em que os bolseiros optam em grande parte dos casos por não voltar ao seu país de origem*”.

Verificamos assim que o facto de estes estudantes não regressarem ao seu país de origem merece uma reflexão na tentativa de encontrar medidas que possam inverter este comportamento. Isto porque o não retorno dos estudantes, ou regresso em número reduzido e inferior ao esperado, vem contrariar um dos pressupostos definidos nos regulamentos de acesso a estes benefícios, porquanto o número de beneficiários deste apoio que volta ao seu país de origem será tido em conta na definição do número de bolsas a conceder àqueles Estados em anos futuros.

Em termos gerais, o modelo de cooperação que tem vindo a ser posto em prática consiste no desenvolvimento de acções independentes, promovidas por instituições diversas, quer seja por organismos dos diversos Ministérios, quer seja através de Autarquias Locais, Universidades e ONG, que intervêm com base nos seus próprios orçamentos. Trata-se de um modelo descentralizado onde as acções de coordenação e avaliação têm um significado bastante reduzido.

Em 1999 o Governo apresenta uma nova estratégia para a Política de Cooperação Portuguesa, traduzida na Resolução do Conselho de Ministros nº 43/99 de 18 de Maio – A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI.

Nesta estratégia assinala-se, de modo especial, a necessidade de se construir uma Política de Cooperação com novas preocupações de planeamento, controlo e coordenação. Este planeamento, controlo e coordenação, deverá dirigir-se tanto às estruturas da Política de Cooperação como às próprias actividades desenvolvidas e recursos nelas envolvidos.

Com esta alteração de postura pretende-se que a Política de Cooperação promova uma maior coesão das actividades de APD, alicerçada em objectivos claros, de modo a conseguir os resultados mais harmoniosos com as necessidades dos países beneficiários. Pretende-se igualmente um maior envolvimento de todos os sectores interessados na Política

de Cooperação, nomeadamente Municípios, ONG, associações representativas do sector empresarial, Instituições do Ensino Superior, entre outras.

Importa que os agentes de Cooperação consigam assegurar um maior rigor na definição de objectivos, sendo estes coerentemente estruturados e definidos com base nas prioridades de actuação definidas.

O CAD/OCDE (2001) considera que, referindo-se à Política de Cooperação Portuguesa,

*“A definição do programa de cooperação se relaciona directamente com a herança colonial e a manutenção dos laços históricos, linguísticos e culturais com as antigas colónias. (...) Resultando num tipo de cooperação fortemente baseado em relações pessoais e conduzido de uma forma relativamente ad hoc”. (...) no futuro, são necessárias mudanças na estrutura da cooperação portuguesa para que o sistema se torne mais coerente e coordenado (Mesquita, 2005, p. 3).*

Pretende-se, pois, que a Política de Cooperação Portuguesa ultrapasse a relação quase exclusiva com os países africanos de língua portuguesa.

*“A Política de Cooperação portuguesa para o desenvolvimento tem em conta as opções de desenvolvimento dos países beneficiários, o princípio da parceria e a necessidade de promoção de uma melhor coordenação internacional da ajuda ao desenvolvimento. (...) e rege-se por princípios de sustentabilidade e equidade na repartição dos benefícios” (RCM nº43/99, p. 2647).*

Para além dos aspectos do controlo e coordenação da cooperação, na Resolução do Conselho de Ministros de 1999 refere-se ainda a necessidade de um planeamento de forma a reforçar a importância das ajudas não financeiras, dado o peso excessivo do sistema de perdão das dívidas no total da APD portuguesa<sup>7</sup>.

É igualmente identificada a fragilidade da componente multilateral, a desarticulação dos projectos bilaterais e a inexistência de um orçamento adequado, bem como da ineficiência das actividades de acompanhamento e a avaliação dos programas.

---

<sup>7</sup> A Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa tem privilegiado a Ajuda Financeira em detrimento da Ajuda Técnica, de acordo com as definições apresentadas na página 22.

Aquele diploma realça, ainda, a importância da actuação das delegações da cooperação portuguesa junto das missões diplomáticas, que para além de um reforço dos meios se devem revelar como “*uma renovação nos métodos de trabalho e um novo dinamismo na coordenação operacional das acções nos diferentes sectores*” (RCM n°43/99, p. 2637).

#### 1.3.4. Agentes da Cooperação Portuguesa

A Política de Cooperação pode ser materializada pela acção de diversos agentes. Naturalmente, o Estado constitui um dos principais agentes desta Política, actuando em termos isolados ou em conjunto com outros países doadores, referindo-se especialmente o CAD/OCDE.

Os Municípios e Associações de Municípios, as empresas e associações de empresas, as Instituições de Ensino Superior e as ONG, assumem uma importância progressivamente crescente na actuação enquanto agentes de Política de Cooperação.

Organizações como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Bancos Regionais e Fundos de Investimento Internacionais, desempenham igualmente um papel fundamental no desenvolvimento da Política de Cooperação, prestando assistência técnica e financeira aos Estados doadores (Araújo, 2006, p. 40).

O documento «Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa» (2005) visa dar resposta a um novo entendimento, comum aos diversos países doadores de APD, que considera a Política de Cooperação como elemento integrante das estratégias nacionais para a globalização. Este é, claramente, um aspecto inovador. Nesse sentido, é apresentado um conjunto de novos mecanismos e agentes de cooperação que possam concretizar uma resposta eficaz aos novos desafios da globalização, como sejam, nomeadamente, o envolvimento de novas entidades para a problemática da cooperação através de uma crescente mobilização e consciencialização da sociedade civil.

Actualmente é reconhecida a importância da actuação da sociedade civil na materialização de acções de cooperação, embora esta visão seja ainda muito recente. Na realidade, no documento «Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa», é assumida a necessidade de criação de novos regulamentos e formas de financiamento que possam facilitar a actuação dos agentes da sociedade civil.



Ainda no mesmo documento é realçada a actuação das empresas portuguesas, enquanto agentes da Política de Cooperação, designadamente ao nível de projectos de formação, assistência técnica e nas áreas de apoio à gestão.

Para dar resposta as dificuldades detectadas no que concerne aos resultados da Cooperação Portuguesa, nomeadamente a dispersão de recursos, disseminados por inúmeros projectos, surge, no documento «Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa» o conceito de *cluster da cooperação*.

*“Em economia, utiliza-se o termo cluster para falar de uma concentração geográfica de empresas interligadas, fornecedores especializados de bens e de serviços e de outras instituições associadas”* (RCM nº196/05 p. 7199).

O conceito de *cluster*, associado à política de cooperação, consiste na articulação de um conjunto de projectos, executados por diferentes instituições, numa mesma área geográfica, que de outro modo actuariam de forma desconcertada e autónoma, retirando desta articulação benefícios inatingíveis se as actuações fossem desenvolvidas de forma isolada.

Este conceito prevê a participação de entidades públicas e privadas que, actuando em parceria e sob a coordenação do IPAD, reconhecem nesta heterogeneidade uma vantagem para os doadores e indiscutivelmente para os receptores.

Estas iniciativas obtêm sucessos significativos, pois resultam da troca de experiências entre parceiros que, vivendo uma realidade próxima, conseguem mais facilmente encontrar soluções para satisfazer as necessidades dos beneficiários.

Para além da possibilidade da racionalização e partilha de recursos, a principal vantagem para os doadores, consiste na melhoria e enriquecimento dos seus próprios projectos, em resultado das sinergias geradas.

Estas vantagens são igualmente reconhecidas do ponto de vista dos receptores. Na verdade, a racionalização de meios poderá ser vantajosa, pois os recursos economizados por intermédio destas iniciativas podem ser canalizados para outras necessidades das comunidades. De igual modo as parcerias desenvolvidas e as sinergias geradas conduzem a resultados superiores àqueles que seriam alcançados se a acção fosse desenvolvida apenas por uma entidade.

Alguns autores associam o conceito de *cluster* da cooperação com o conceito de *benchmarking*, enquanto instrumento que visa atingir maior produtividade e uma avaliação padronizada da eficiência.



*“A essência desse instrumento é que cada sector, organização ou simples interveniente constitua um padrão de referência das melhores práticas existentes na sua área e que a procure aplicar criativamente aos resultados que pretende atingir, não aceitando que se faz «o melhor que podemos» mas sim exigir que se faça «o melhor que existe» ” (Sangreman, & Carvalho, 2007, p. 10).*

A implementação deste instrumento requer que antecipadamente se identifiquem as regiões e as áreas prioritárias de intervenção, envolvendo nesta planificação os agentes locais, os diferentes Ministérios, Municípios, Fundações, Instituições de Ensino Superior, Associações e todos os possíveis intervenientes no *cluster*, tendo em contas os fundos e recursos humanos disponibilizados por cada um dos parceiros.

O Programa do XVIII Governo Constitucional para a legislatura 2009-2013 consolida o trabalho de organização interna da estrutura da Política de Cooperação Portuguesa. Continua expressa a aposta no apoio aos PALOP, seja no plano bilateral, seja como membro da CPLP. Salienta igualmente a intenção de expandir as acções em parceria com as Organizações não Governamentais, Instituições de Ensino Superior, Autarquias, empresas e sociedade civil em geral, visando um maior envolvimento destes actores na promoção da Política de Cooperação portuguesa.

De modo a maximizar os efeitos destas sinergias Portugal dedicará particular atenção às questões da coordenação e avaliação das acções promovidas pelos diversos actores, insistindo no reforço da coordenação interministerial da cooperação e prosseguindo com a actuação dos *Clusters* da Cooperação.

### 1.3.5. Contributo Português para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Como resposta ao compromisso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é anunciada como missão da Cooperação Portuguesa

*"Contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito" (RCM nº 196/05, p. 7184).*

Para concretizar as intenções anunciadas na Cimeira do Milénio, as Políticas de Cooperação deverão, assim, convergir em dois sentidos. Por um lado, assume-se a necessidade de aumentar os recursos disponíveis para as acções de cooperação. Por outro, insiste-se na urgência de criar mecanismos de coordenação da afectação desses recursos, por forma a tornar mais rentável a sua utilização (RCM nº 196/05, p. 7183).

No primeiro caso, o compromisso de aumentar os recursos deverá traduzir-se na criação de instituições e instrumentos financeiros de suporte ao desenvolvimento. No segundo, assiste-se a uma preocupação por parte dos países doadores em se aproximarem das necessidades reais dos países receptores da APD. Promove-se, assim, a necessidade de os países receptores elaborarem planos que sejam convergentes com as suas necessidades, em prejuízo de acções definidas com base nas visões estratégicas de Política Externa de cada doador, favorecendo, deste modo, a eficácia na afectação dos recursos.

No actual Programa do Governo, referente à legislatura 2009-2013, continua patente a articulação da Política de Cooperação nacional com os ODM, nomeadamente no que respeita à intenção do desenvolvimento de acções de combate às alterações climáticas, acções de promoção do desenvolvimento económico ambiental e social sustentável e a promoção da igualdade de género (Programa do XVIII Governo Constitucional, p. 126).

Embora o contexto global dos dois últimos anos não tenha sido favorável à prossecução dos ODM, Portugal tem registado um aumento contínuo da APD, como se verifica no Quadro 1, dando resposta à preocupação internacional de aumento de recursos afectos ao desenvolvimento. Apesar de este incremento na APD corresponder a um dos maiores entre os países do CAD, não é, no entanto, suficiente para responder ao compromisso assumido em 2000 na Cimeira do Milénio (IPAD, 2010, p. 7).

Quadro 1 - Composição da APD Portuguesa entre 2005 e 2008 (milhões de euros)

	2005	2006	2007	2008
<b>APD Total</b>	304	315	343	430
<b>APD Bilateral</b>	176	168	197	259
<b>APD Multilateral</b>	128	147	146	171

Fonte: (IPAD, 2010, p. 8)

Portugal tem igualmente procurado dar resposta aos compromissos estabelecidos na Declaração de Paris, em 2005, que apontavam para a necessidade de uma maior coordenação de recursos com vista à melhoria da eficácia das acções de Cooperação para o Desenvolvimento.

Assim, em 2006, adoptou uma nova estratégia de planificação de actividades. Esta acção traduziu-se na eliminação dos Planos Anuais de Cooperação que foram substituídos pelos Planos Indicativos de Cooperação, sendo estes últimos, documentos cuja programação é alinhada como os programas dos países parceiros. Adoptou igualmente procedimentos internos que “ *permitiram melhorar qualitativamente as informações sobre os projectos/programas de cooperação e, consequentemente, o acompanhamento da sua execução, implementando uma gestão centrada nos resultados*” (IPAD, 2010, p. 14).

### 1.3.6. Os Acordos de Cooperação entre Portugal e os PALOP

A designação PALOP refere-se a um grupo de cinco países Africanos onde o Português é a língua oficial. Os países em questão são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Nos anos seguintes ao 25 de Abril de 1974, mais concretamente entre 1975 e 1978, decorrendo do processo de independência das ex-colónias portuguesas, foram realizados entre Portugal e aqueles novos Estados Acordos de Cooperação.

Foram designados por Acordos Gerais de Cooperação aqueles que se estabeleceram com Angola e Moçambique. No caso de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, a designação adoptada foi de Acordos Gerais de Cooperação e Amizade.

Qualquer destes Acordos anuncia como objectivos o propósito de consolidar as relações de amizade e solidariedade existentes entre os respectivos povos, “*o que seria realizado por uma política comum de cooperação*” (Carvalho, 1994, p. 8).

Assim, para além das intenções de reforço das ligações de Amizade entre os países signatários, os Acordos Gerais de Cooperação pretendem definir o enquadramento de todos os Acordos de Cooperação que se vierem a estabelecer posteriormente, dando cobertura a várias áreas, particularmente, no domínio cultural, científico, técnico, judicial e económico.

### 1.3.6.1. Angola

O Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e a República Popular de Angola, assinado em Junho de 1978, veio a ser ratificado pela Lei nº 6/79 de 9 de Fevereiro.

Desde logo, no Artigo II, prevê-se a celebração de um Acordo cultural que, “*com respeito mútuo das culturas portuguesas e angolana, visará o reforço do intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa (...)*”<sup>8</sup>. Esta intenção viria a ser concretizada em 1979.

Enuncia-se, igualmente, o propósito de cada Parte cooperar no processo de desenvolvimento científico e técnico da outra Parte, assumindo o compromisso de contribuir para a formação de Quadros, especialmente facilitando o acesso dos nacionais do outro país aos seus estabelecimentos de ensino e formação e participando na criação de centros de formação e organismos científicos<sup>9</sup>.

Com a celebração do Acordo Cultural entre o Governo Português e o Governo da República Popular de Angola, aprovado pelo Decreto nº 146/79, de 28 de Dezembro, reforça-se a intenção de cooperação em matéria de ensino e formação.

No seu Artigo 3º, estabelece-se que serão desenvolvidas acções de intercâmbio entre instituições de carácter científico, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo a nacionais da outra Parte, assim como o estudo das condições que permitam o reconhecimento e a eventual equivalência ou equiparação de graus ou títulos académicos.

Esta matéria virá a ser novamente evidenciada no Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros entre o Governo de Portugal e o Governo da República Popular de Angola, assinado em Setembro de 1987, sendo aprovado pelo Decreto nº 29/91 de 19 de Abril. Este Diploma aprova igualmente o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica, assinado na mesma data.

O Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros, compreende diversas formas de cooperação, designadamente, a colaboração entre estabelecimentos de ensino de nível superior, a concessão de bolsas de estudo e o acesso aos estabelecimentos públicos de ensino e

---

<sup>8</sup> Artigo II da Lei nº 6/79 de 9 de Fevereiro.

<sup>9</sup> Artigo III da Lei nº 6/79 de 9 de Fevereiro.

instituições de investigação, em condições não menos favoráveis do que as usufruídas pelos cidadãos nacionais<sup>10</sup>.

A cooperação em matéria de ensino e investigação é reforçada nos Artigos 14º e seguintes. No referido acordo é explicitado que as condições de admissão para os candidatos angolanos que pretendam frequentar as escolas superiores portuguesas não serão menos favoráveis do que as usufruídas pelos estudantes portugueses. Neste pressuposto é mencionada a titularidade dos mesmos direitos e obrigações, nomeadamente no que respeita a isenção de propinas, acesso a cantinas e residências, subsídios de estágio, entre outros, quando estes direitos forem concedidos aos estudantes nacionais.

Prevê-se igualmente a assinatura de convénios entre instituições de ensino superior com vista à cooperação em matéria de ensino e investigação.

No Acordo de Cooperação nos domínios sociocultural, científico e tecnológico, assinado em 1991 e aprovado pelo Decreto nº 18/92 de 2 de Março, acorda-se que Portugal promoverá a ida para a República Popular de Angola de cooperantes para a prestação de serviços naquelas áreas.

### 1.3.6.2.Cabo Verde

O Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e a República de Cabo Verde, assinado em 1975, é aprovado pelo Decreto nº 78/76, de 27 de Janeiro.

Neste Acordo o Estado Português compromete-se a cooperar no processo de desenvolvimento científico e técnico de Cabo Verde. Assim, são disponibilizadas ao Governo de Cabo Verde pessoas e entidades qualificadas, bem como meios técnicos adequados, que possam contribuir para a formação de quadros. Por meio do Acordo Geral de Cooperação e Amizade é igualmente facilitado o acesso dos cidadãos de Cabo Verde aos estabelecimentos portugueses de ensino e formação profissional<sup>11</sup>.

No mesmo ano é assinado o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a República de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto-Lei nº 110/76, de 7 de

---

<sup>10</sup> Artigos 2º e 4º do Acordo nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros.

<sup>11</sup> Artigo 3º do Decreto nº 78/76, de 27 de Janeiro.

Fevereiro, que vem reforçar as intenções de cooperação no domínio do ensino e formação de Quadros referido no Acordo Geral de Cooperação e Amizade.

Pelo Decreto nº 23/77, de 2 de Março aprova-se o Acordo de Cooperação nos domínios do Ensino e da Formação Profissional entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde. Neste Acordo são concretizadas as formas de cooperação a desenvolver naquelas áreas, prevendo a possibilidade de concessão de bolsas de estudo a estudantes de Cabo Verde<sup>12</sup>. Define-se ainda, no Artigo 11º a concessão da titularidade dos mesmos direitos e obrigações que os cidadãos portugueses, materializados, designadamente em benefícios de isenção de propinas, subsídios de estágio e frequência de cantinas e residências, entre outros.

No mesmo ano é celebrado o Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto nº 50/77, de 12 de Abril, onde se expressa, no seu Artigo 3º, a permissão de livre acesso aos estabelecimentos públicos de ensino de estudantes do outro país. Para além deste direito, prevê-se ainda como medidas facilitadoras do acesso ao sistema de ensino, a possibilidade de inscrições e matrículas fora do prazo estabelecido, caso os calendários escolares não sejam coincidentes, bem como a possibilidade de realização de exames *ad hoc*, quando não houver coincidência de planos curriculares e conteúdos programáticos.

O Artigo 7º reconhece ainda a possibilidade de concessão de bolsas de estudo aos estudantes do país cooperante, ao qual será dado o *“tratamento mais favorecido, dentro do quadro da sua legislação interna e numa base de reciprocidade”* (Artigo 7º).

Em 1979, aprovado pelo Decreto nº 44/79 de 31 de Maio, é estabelecido o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural que prevê a possibilidade, em condições a fixar, de inscrição em cursos superiores portugueses, por nacionais da República de Cabo Verde aí residentes, sem necessidade da sua estada permanente em Portugal.

No âmbito da Política de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde, estabelece-se ainda o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural no Domínio das Novas Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto nº 52/97 de 30 de Setembro e o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural na Área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico, aprovado pelo Decreto nº 54/97 de 2 de Outubro.

---

<sup>12</sup> Artigo 1º e 2º do Decreto nº 23/77, de 2 de Março.

### 1.3.6.3. Guiné-Bissau

Em Janeiro de 1976 o Decreto nº 75/76, de 27 de Janeiro aprova o Acordo Geral de Cooperação e Amizade celebrado entre a República da Guiné-Bissau e Portugal, assinado em 11 de Julho de 1975.

No Artigo 1º é reconhecida a existência de “*especiais laços de amizade e de solidariedade entre os respectivos povos*”<sup>13</sup>, pelo que declaram que seguirão uma política comum de cooperação.

É especialmente referida a cooperação a que Portugal se propõe no processo de desenvolvimento científico e técnico da Guiné-Bissau, nomeadamente “*pondo à disposição do Estado da Guiné-Bissau pessoas e entidades qualificadas e meios técnicos adequados, contribuindo para a formação de quadros guineenses (...) e facilitando o acesso dos cidadãos da Guiné-Bissau aos estabelecimentos portugueses de ensino e formação profissional*”<sup>14</sup>.

Esta intenção é reforçada no Acordo de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre Portugal e a República da Guiné-Bissau em Junho de 1975, aprovado, igualmente, em Janeiro de 1976, pelo Decreto nº 76/76, de 27 de Janeiro.

Dois anos mais tarde, em Abril de 1978, vem a ser aprovado pelo Decreto nº 38/78, de 18 de Abril, o Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional. Este Acordo havia sido assinado entre Portugal e a República da Guiné-Bissau, em Janeiro de 1978.

O Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional acrescenta aos anteriores novas formas de cooperação, especificadamente a intenção de conceder bolsas de estudo aos estudantes guineenses que pretendam estudar em Portugal, nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino superior.

Este Acordo estabelece ainda que aos estudantes guineenses serão garantidas as mesmas condições que as usufruídas pelos estudantes portugueses, designadamente no que se refere a isenção de propinas, subsídios de estágio e frequência de cantinas e residências, entre outros benefícios também concedidos aos estudantes nacionais.

---

<sup>13</sup> Artigo 1º do Decreto nº 75/76, de 27 de Janeiro.

<sup>14</sup> Artigo 3º do Decreto nº 75/76, de 27 de Janeiro.

O acesso aos estabelecimentos de ensino público portugueses é assegurado aos estudantes oriundos da Guiné-Bissau no Acordo Cultural celebrado entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, aprovado pelo Decreto nº 144 – A/79, de 28 de Dezembro, mais concretamente no seu Artigo nº2.

O propósito manifestado por Portugal em cooperar com a Guiné-Bissau em matéria de educação e formação de quadros reforça-se neste acordo pela repetição da intenção de conceder bolsas de estudo aos estudantes daquele país e, igualmente, na declaração de concessão àqueles estudantes da autorização para se matricularem nos estabelecimentos de estudo portugueses, fora do prazo previsto. Prevê igualmente a possibilidade destes estudantes realizarem exames *ad hoc* com vista a obtenção de equivalências, numa clara motivação em lhes facilitar o acesso ao sistema de ensino português, em igualdade de condições dos estudantes nacionais.

O Acordo Cultural sofre um aditamento, aprovado pelo Decreto nº 143 B -/80 de 26 de Dezembro, onde se considera a possibilidade de inscrição em cursos superiores portugueses por nacionais da República da Guiné-Bissau aí residentes, sem necessidade da sua estada em Portugal.

Também relativamente ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica são celebrados dois protocolos adicionais. O primeiro em 1984 e o segundo em 1991, aprovados pelos Decreto do Governo nº 47/84, de 8 de Agosto e Decreto nº 6/91 de 21 de Janeiro, respectivamente.

#### 1.3.6.4. Moçambique

O Acordo Geral de Cooperação entre o Governo de Portugal e o Governo da República Popular de Moçambique foi assinado em Outubro de 1975, sendo aprovado pelo Decreto nº 692/75, de 12 de Dezembro.

Neste Acordo, cada Parte compromete-se a contribuir para o progresso científico, tecnológico e económico do outro país, pondo à disposição da outra Parte cooperante recursos humanos especializados nos domínios científico e técnico bem como os recursos materiais necessários ao suporte das acções.



De um modo particular podemos enumerar como acções mais importantes, entre outras, o envio de docentes e investigadores para a outra Parte cooperante, a concessão de bolsas de estudo, a possibilidade de acesso a estágios profissionais em organismos privados e públicos e ainda a disponibilidade de equipamentos, instrumentos e materiais necessários à execução dos programas acordados<sup>15</sup>. É igualmente explicitado que será garantido a estes estudantes um tratamento idêntico aos estudantes nacionais.

O Decreto nº 37/90, de 5 de Setembro aprova o Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros, celebrado entre Portugal e a República Popular de Moçambique, assinado em Maio de 1985.

Assim, estabelece-se que Portugal e a República Popular de Moçambique se comprometem a “*promover, incentivar e desenvolver, em regime de reciprocidade, acções de cooperação nos domínios da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros*”<sup>16</sup>.

Estabelece o artigo 2º que aquela cooperação compreenderá, entre outras, a colaboração entre estabelecimentos de ensino de nível superior ou de investigação científica e a concessão de bolsas de estudo.

É igualmente assegurado o acesso aos estabelecimentos públicos de ensino e instituições de investigação da outra Parte, em condições não menos favoráveis que as concedidas aos estudantes nacionais e a possibilidade de estes se matricularem fora de prazo e realizarem exames *ad hoc* quando os calendários escolares e planos curriculares não forem coincidentes. Neste espírito de assegurar a igualdade entre estudantes, será concedida a isenção de propinas, a frequência de cantinas e residências, a concessão de subsídios, entre outros, aos estudantes provenientes de Moçambique do mesmo modo que é concedido aos portugueses.

Em 2004, por meio do Decreto nº 31/2004, de 26 de Outubro, é aprovado o Acordo de Cooperação entre Portugal e a República de Moçambique nos Domínios do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, assinado em Março de 2004. Prevê-se, pois, a colaboração entre instituições de ensino superior e de investigação, a atribuição de vagas e bolsas para formação graduada, atendendo às áreas de interesse manifestadas por Moçambique e o intercâmbio de professores, cientistas, investigadores e técnicos, entre outras acções conducentes ao aperfeiçoamento e reforço da cooperação entre os dois países.

---

<sup>15</sup> Artigo 1º do Decreto nº 692/75, de 12 de Dezembro.

<sup>16</sup> Artigo 1º do Decreto nº 37/90, de 5 de Setembro.

#### 1.3.6.5. São Tomé e Príncipe

O Acordo Cultural celebrado entre Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, assinado em Julho de 1978, é aprovado pelo Decreto nº 154/78 de 15 de Dezembro. Nele, estabelece-se o livre acesso aos estabelecimentos públicos de ensino de estudantes da outra Parte, em condições não menos favoráveis do que as usufruídas pelos nacionais. É ainda concedida a possibilidade de se realizarem matrículas fora de prazo e realização de exames *ad hoc*, quando não forem coincidentes os planos curriculares e calendários escolares no país de origem do estudante, conforme se estabelece nos artigos 2º e 3º.

O Acordo Cultural prevê a concessão de bolsas de estudo referindo que “*aos bolseiros de cada uma das Partes será dado, no território da outra, o tratamento mais favorecido, dentro do quadro da sua legislação interna e numa base de reciprocidade*”<sup>17</sup>.

#### 1.3.7. Política de Cooperação na educação, cultura e difusão da língua portuguesa

No presente capítulo, investigaremos, pois, de que modo se concretiza esta intenção portuguesa em participar na qualificação dos jovens dos PALOP, auscultando os princípios nos quais se baseia a Política de Cooperação, no âmbito da formação de quadros e desenvolvimento das instituições de ensino daqueles países.

As Universidades e os Institutos Politécnicos assumem um papel indispensável para essa Política de Cooperação, na medida em que possibilitam o apoio na qualificação dos povos dos países beneficiários, com particular destaque para os PALOP.

*“ No sentido de tornar estes apoios mais eficazes, o tipo de acções actualmente em curso será avaliado no sentido de rever quer a política de bolsas em vigor quer o modelo de apoio às universidades portuguesas que pretendam desenvolver acções de cooperação ” (RCM nº 196/05, p. 7197).*

---

<sup>17</sup> Artigo 6º do Decreto nº 154/78 de 15 de Dezembro.

Sousa (2001) aponta o ano de 1998 como aquele em que os objectivos da CPLP, Comunidade onde se incluem os PALOP “(...) *se estenderam formalmente à Educação em geral e, mais especializadamente, ao Ensino Superior, tendo-se celebrado uma plataforma para o acordo de cooperação entre as instituições de Ensino Superior dos Estados membros (...)*” (Sousa, 2001, p. 145).

Refere, porém, que é ainda muito incipiente a resposta dada por aquelas Instituições aos objectivos formulados pela Comunidade. Na verdade, na maioria das vezes, assiste-se a uma multiplicidade de protocolos e convénios, nem sempre postos em prática, o que põe em causa a concretização de verdadeiras acções de Cooperação.

Os objectivos formulados pela CPLP visavam a formação e especialização de docentes e o desenvolvimento de projectos em comum, com particular atenção para a qualificação dos jovens e o desenvolvimento da investigação científica daqueles países.

Verifica-se, porém, que essas acções são muito dispersas e pontuais, sem assumirem e reflectirem uma Política de Cooperação, ao nível do Ensino Superior, de acordo com os objectivos e estratégias definidos a nível nacional e em resultado de uma reflexão e da vontade dos estados Membros (Sousa, 2001, p. 169).

Pessoa (2004a) classifica de dispersa, anárquica e inorgânica a cooperação inter-universitária desenvolvida no seio da CPLP. Nesse estudo, aquela autora constata que as acções de cooperação promovidas entre instituições de ensino superior português e dos países da CPLP, onde se incluem os PALOP, se estabelecem na forma de acordos, protocolos ou convénios. As acções de cooperação desenvolvidas nesta área assumem, principalmente, a modalidade de bolsas de estudo, intercâmbio e formação de docentes, apoio à elaboração de currículos, projectos de investigação conjuntos e estabelecimento de extensões ou delegações de universidades portuguesas nos países da CPLP. Estas acções têm no entanto, em termos globais, uma dimensão pouco expressiva (Pessoa, 2004a, p. 2).

Também, no âmbito do Ensino e Formação Profissional Ferronha (2001) considera a Política de Cooperação em relação aos PALOP dispersa. Justifica esta situação pela “*falta de um organismo que centralizasse toda esta mesma cooperação*” (2001, p. 129).

Sendo a Formação Profissional uma área crucial para os países beneficiários e também para Portugal, enquanto país doador, deverá ser o Estado o elemento impulsionador e centralizador dos esforços de todos os intervenientes nos projectos de Formação. Contando com a colaboração das entidades privadas, empresas e ONG, cabe ao Estado a articulação e

envolvimento daqueles agentes, de forma a assegurar que as acções empreendidas se desenvolvem em torno das verdadeiras necessidades de cada beneficiário.

Aquele autor refere a necessidade de se estudar a situação concreta de cada país antes de se decidir qual a acção a implementar, ao contrário do estabelecimento de Planos de Formação indiferenciados, a aplicar a qualquer região ou Estado.

Deverá, pois, antes do início de qualquer iniciativa, começar por se avaliar, criticamente, as verdadeiras necessidades de cada país. Em simultâneo deverão ser constituídas missões de diagnóstico no terreno para, junto das populações, aferir os verdadeiros interesses dos indivíduos envolvidos (Ferronha, 2001, p. 137).

Sabedores das necessidades do país e interesses das pessoas assegura-se, pois, que a Formação a implementar será aquela que satisfaz os interesses das pessoas e ao mesmo tempo aquela que contribuirá verdadeiramente para o sucesso do plano de desenvolvimento pretendido.

É da maior importância que se implemente este modelo de avaliação, não só das necessidades, mas também dos resultados, pois verifica-se que, no período de 1989 a 1995, (...) *“a maioria dos orçamentos não foi cumprida, o que mostra que muitos projectos não se realizaram ou não foram totalmente executados financeiramente”* (Ferronha, 2001, p.140).

Esta situação, porém, não se justifica apenas pela ausência ou debilidade dos processos de avaliação e diagnóstico. Tratam-se, com efeito, de acções que são implementadas em regiões com muitas fragilidades ao nível de infra-estruturas e com baixos índices de pessoal qualificado, acrescendo a contingência de, muitas vezes, se viverem situações de instabilidade naqueles países.

Para além da actuação promovida pela CPLP, revista anteriormente, outros organismos públicos e privados têm desenvolvido uma acção de cooperação dirigida às questões da educação, cultura e difusão da língua portuguesa, nos PALOP. Neste âmbito assumem particular destaque o Instituto Camões, a Fundação Oriente e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O Instituto Camões tem centrado a sua actuação fundamentalmente no apoio às áreas de infra-estruturas e equipamento educativo, valorização de recursos humanos, apoio ao sistema de ensino, cultura e recuperação do património (Venâncio & Silva, 2001, p. 198).

Embora a acção da Fundação Oriente vise essencialmente Portugal e Macau, aquele organismo tem desenvolvido também algumas actividades dirigidas ao Brasil, Timor Leste e aos PALOP, sendo essencialmente acções de cariz cultural, educativo, artístico e filantrópico.

A sua actuação consubstancia-se no desenvolvimento de programas de bolsas de estudo, apoio a actividades desenvolvidas pelos próprios Estados, como organização de colóquios e exposições e ainda no apoio à publicação de obras de autores daqueles países ou cujas temáticas se relacionam com aquelas regiões (Venâncio & Silva, 2001, pp. 204-205).

A actuação da Fundação Calouste Gulbenkian tem por base o reforço da capacidade dos países alvo do seu apoio. Assim, formaliza as acções de cooperação através de subsídios e bolsas de estudo a conceder tanto aos nacionais daqueles países, como a indivíduos ou instituições nacionais que pretendam desenvolver trabalhos de investigação com vista à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico daquelas regiões. Promove ainda o apoio a projectos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior e a criação de estruturas de Investigação e Desenvolvimento (Venâncio & Silva, 2001, pp. 205-208).

Também o IPAD tem sido responsável pelo desenvolvimento e coordenação das acções de cooperação portuguesa. Pela sua importância ao nível das acções de cooperação em geral nos PALOP, fazemos referência a este organismo no ponto 1.3.2.

O Ensino Superior Politécnico acolhe, nos últimos anos, cerca de 100.000 estudantes oriundos dos PALOP, como registamos no capítulo 2 do presente trabalho. Porém, nos estudos a que tivemos acesso, são praticamente inexistentes as referências a este sistema de ensino, no que se refere às acções de Cooperação desenvolvidas. Assim, é nossa intenção apresentar um contributo nesta matéria de modo a avaliar de que modo se desenvolve, nesta área, a Política de Cooperação e em que medida essas acções se podem concretizar como um auxílio para o desenvolvimento daqueles países.

Em particular, procurámos saber de que forma o apoio prestado aos estudantes dos PALOP matriculados no Ensino Superior Politécnico diverge de Instituição para Instituição. Para além das práticas desenvolvidas em cada Instituto Politécnico tentámos perceber, junto dos seus Administradores, quais são as preocupações e intenções relativamente ao apoio prestado aos estudantes dos PALOP. As conclusões dessa observação serão apresentadas na segunda parte do nosso estudo.

## **Capítulo 2**

### **Evolução do Ensino Superior Público em Portugal**

## 2. Evolução do Ensino Superior Público em Portugal

Simão (2000) identifica o ano de 1977 como aquele em que, após um longo período de debate e reflexão, é dado um passo decisivo na criação do Ensino Politécnico, com a publicação do Decreto-Lei nº 427-B/77, de 14 de Outubro. Inicialmente criado com o objectivo de proporcionar a formação de técnicos especialistas e de profissionais de educação a nível superior intermédio, assumiu a designação de «Ensino Superior de curta duração». Esta designação é alterada para «Ensino Superior Politécnico» pelo Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro, diploma que insere este modelo de Ensino Superior no Sistema Nacional de Ensino Superior (Simão, 2000, p. 19-22)

O enquadramento do Ensino Politécnico no Sistema de Ensino Superior clarifica-se posteriormente com a publicação da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), regendo-se actualmente pela Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

O RJIES refere de novo a natureza binária do Sistema de Ensino Superior, no seu Artigo nº 3, estabelecendo que “ *Os institutos politécnicos (...) são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental*” (RJIES, art. 7º).

Segundo a visão do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP) a diferença entre o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico assenta essencialmente em três pilares fundamentais: a) competência para conferir graus académicos, b) natureza da investigação e c) natureza da formação (CCISP, 2006, p. 14).

Na verdade, a formação conferida nos Institutos reveste-se de um carácter teórico-prático enquanto que nas Universidades se desenvolve uma formação fundamentalmente conceptual. O mesmo se passa com a investigação, considerada “*fundamental e aplicada nas universidades e aplicada nos institutos politécnicos*” (CCISP, 2006, p. 14). Todas estas diferenças se revelam igualmente ao nível dos graus académicos conferidos, já que, enquanto nas Universidades os alunos podem obter o grau de Licenciado, Mestre ou Doutor, nos Institutos Politécnicos apenas podem aceder ao grau de Licenciado e Mestre, desde 1998 e 2006, respectivamente. Até 1998 os alunos dos Institutos Politécnicos apenas tinham acesso ao título de Bacharel.

Dotados de personalidade jurídica, gozando de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial “*os institutos assumem um importante papel na democratização do acesso ao ensino superior por parte das populações mais desfavorecidas, assumindo de forma clara a sua missão social perante as regiões em que se inserem e o país*” (CCISP, 2006, p. 17).

## 2.1. Ensino Superior Universitário *versus* Ensino Superior Politécnico

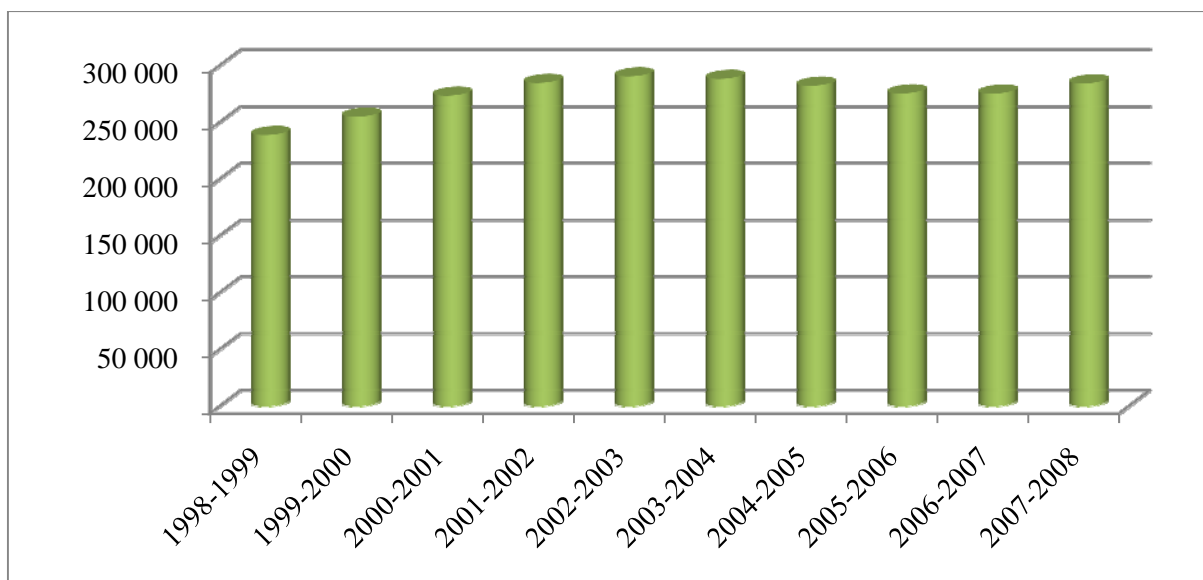
No presente ponto apresentamos uma breve caracterização do Ensino Superior público em Portugal no que respeita ao número de alunos inscritos e da sua distribuição pelos dois tipos de ensino. Faz-se igualmente uma caracterização dos bolseiros no ensino superior público. O período em análise corresponde aos anos lectivos entre 1998/1999 e 2007/2008.

### 2.1.1. Alunos Inscritos no Ensino Superior Público

Entre os anos lectivos 1998/1999 e 2002/2003 o número de alunos inscritos no Ensino Superior português apresenta uma tendência crescente, registando o valor máximo no ano lectivo 2002/2003, com um total de 290 532 alunos. Após uma ligeira queda nos anos seguintes, recupera a tendência crescente no ano lectivo 2007/2008.



Gráfico 1 - Alunos inscritos no Ensino Superior Público Português

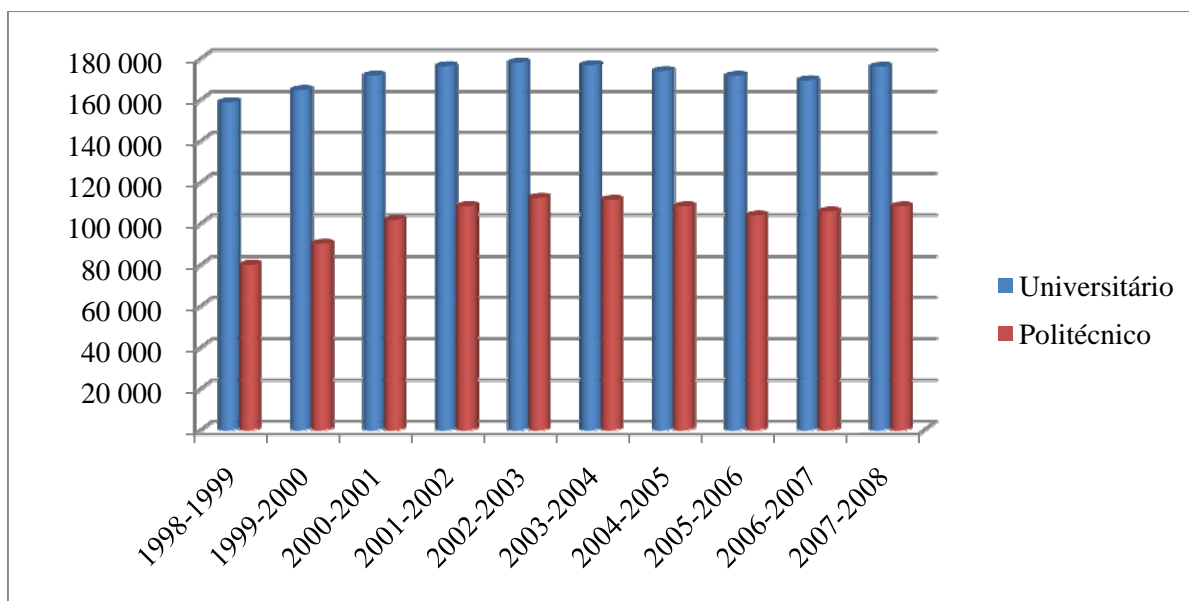


Fonte: GPEARI (1)

### 2.1.2. Alunos inscritos no Ensino Superior Universitário e no Ensino Superior Politécnico

O número de alunos inscritos no Ensino Superior Politécnico acompanha o crescimento do número total de alunos, registando ganhos progressivos, em relação ao Ensino Universitário, até ao ano lectivo 2003/2004, altura em que reduz a taxa de crescimento com uma ligeira recuperação no ano lectivo 2006/2007.

Gráfico 2 - Alunos inscritos no Ensino Superior Público por tipo de ensino



Fonte: GPEARI (1)

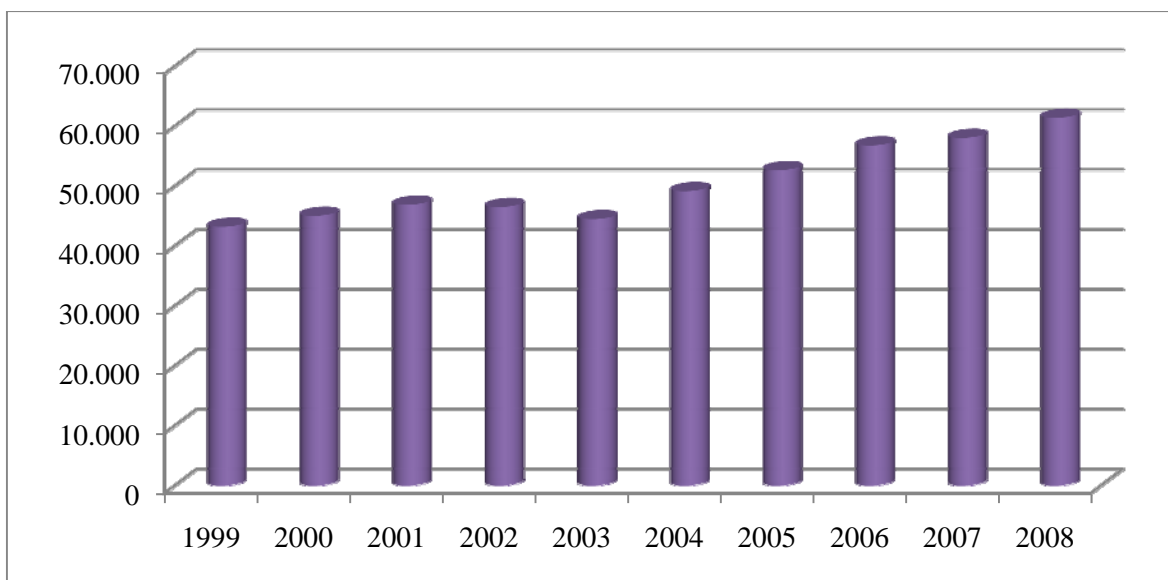
## 2.2. Estudantes Bolseiros

Analisada a distribuição de alunos pelos dois tipos de Ensino Superior, descrevemos de seguida a evolução do número de bolseiros e correspondente verba despendida com este grupo de estudantes.

### 2.2.1. Estudantes Bolseiros no Ensino Superior Público

O número de bolseiros no Ensino Superior Público português acompanha a tendência crescente do número total de alunos inscritos, com excepção para os anos 2002 e 2003, atingindo-se neste último ano o valor mais baixo, num total de 44 442 bolseiros. A partir de 2004 aquele número volta a crescer.

Gráfico 3 - Número de Bolseiros no Ensino Superior Público

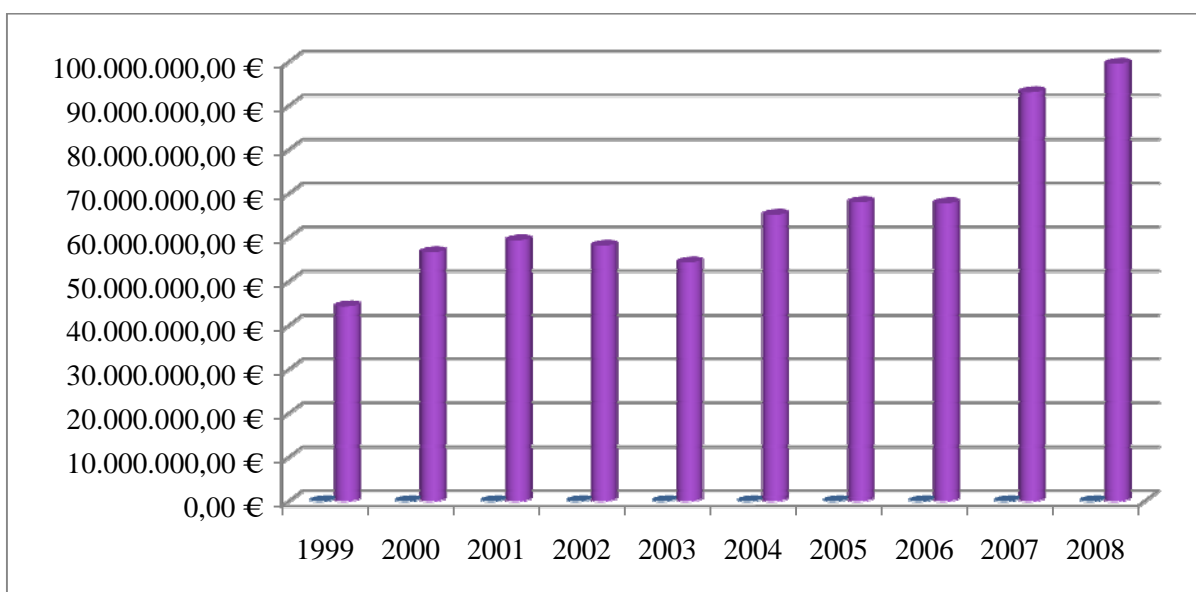


Fonte: PORDATA, Março/2010

### 2.2.2. Despesas com Bolseiros no Ensino Superior Público

A despesa com alunos bolseiros apresenta alguma irregularidade, registando uma descida nos anos 2002, 2003 e 2006. Nos anos restantes a tendência é crescente.

Gráfico 4 - Despesa com alunos Bolseiros no Ensino Superior Público



Fonte: PORDATA, Março/2010

## **Capítulo 3**

### **Os Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Público Português**

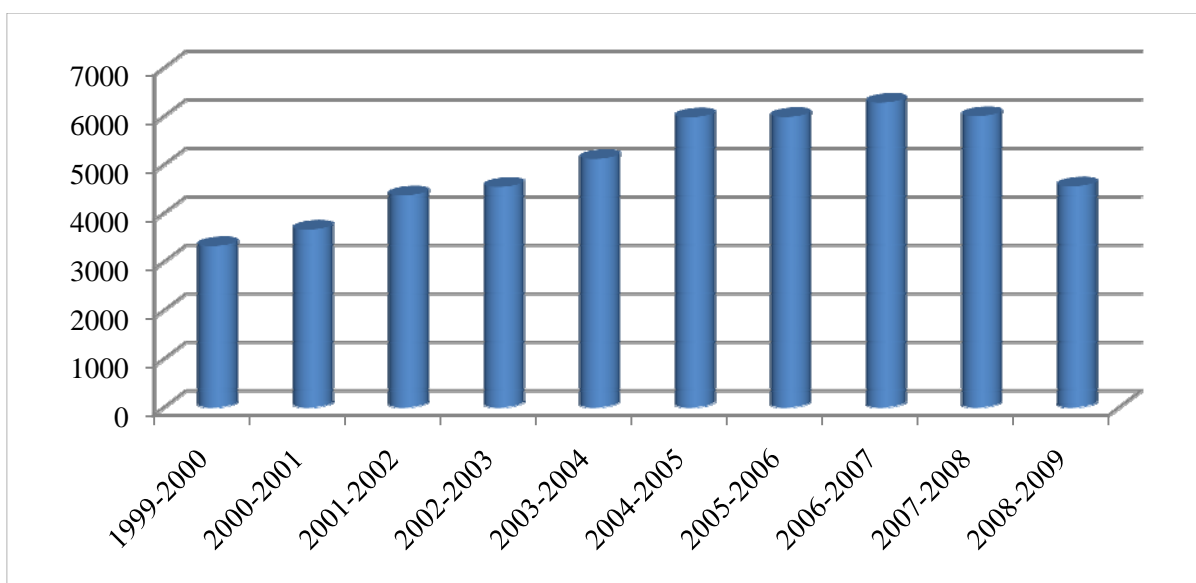
### 3. Os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Público Português

No presente capítulo apresentaremos uma breve caracterização do universo composto pelos alunos oriundos dos PALOP, no Ensino Superior Público Português, entre os anos lectivos 1999/2000 e 2008/2009.

Conforme estabelecido nos Acordos de Cooperação em matéria de Educação e Ensino, o Governo português determina um regime especial de acesso ao Ensino Superior português aos estudantes oriundos dos PALOP. Este regime encontra-se explicitado no Decreto – Lei nº 393 – A/99, de 2 de Outubro, regulamentado pela Portaria nº 854 – B/99, de 4 de Outubro.

Segundo aqueles diplomas, e desde que os alunos reúnam as condições exigidas, podem candidatar-se a vagas nos estabelecimentos de ensino superior portugueses, criadas especialmente para estes estudantes.

Gráfico 5 - Total de alunos nacionais dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Português



Fonte: GPEARI (2)

O número alunos PALOP inscritos no ensino superior público português apresenta uma tendência crescente, embora se revele um pouco irregular ao longo dos anos. Apresenta o valor máximo de 6282 alunos no ano lectivo 2006/2007, data em que o número de alunos matriculados começa a decrescer.

### 3.1. Ensino Superior Politécnico *versus* Ensino Superior Universitário

O número de estudantes PALOP matriculados no Ensino Superior público português reparte-se de modo bastante desigual entre o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, sendo largamente maioritário o grupo de alunos que opta pelo Ensino Universitário em detrimento do Ensino Politécnico.

Registam-se igualmente diferenças significativas dependendo do país de origem destes estudantes.

Assim, apresentamos de seguida uma caracterização dos estudantes PALOP matriculados no Ensino Superior Público português por tipo de ensino e por país de origem.

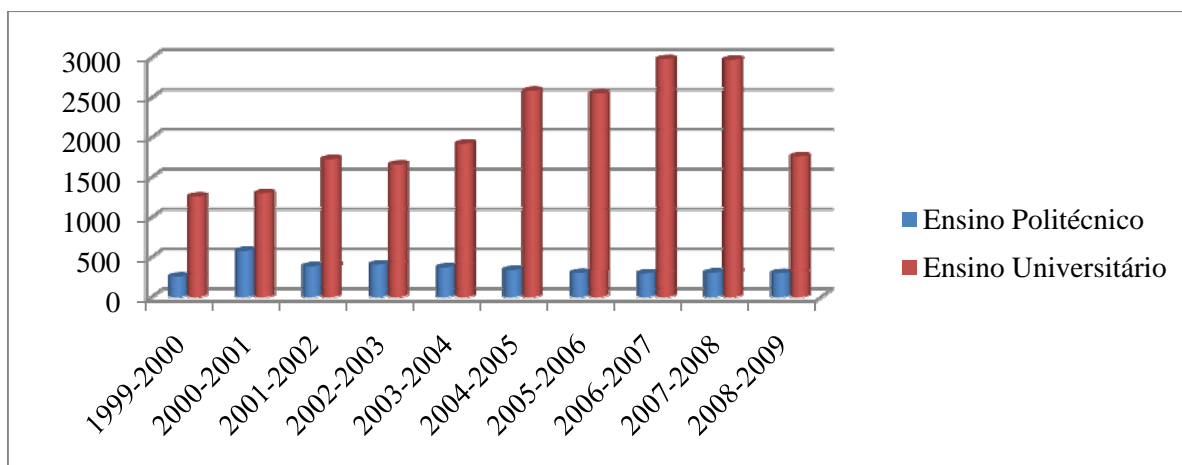
#### 3.1.1. Angola

Os estudantes Angolanos revelam uma clara preferência pelo Ensino Superior Universitário.

Com exceção para os anos 2002/2003 e 2005/2006, o número de alunos matriculados naquele tipo de ensino tem vindo sempre a aumentar, registando uma tendência inversa a partir do ano lectivo 2007/2008.

Relativamente ao Ensino Politécnico, o cenário é ligeiramente diferente uma vez que o número de estudantes matriculados se mostra mais irregular. Atinge o seu valor máximo no ano 2001/2002, num total de 577 alunos e o valor mínimo, bem mais inferior em 1999/2000, atingindo 253 alunos. Nos anos restantes o número de alunos ronda as três centenas, atingindo valores ligeiramente superiores entre 2001/2002 e 2003/2004.

Gráfico 6 - Alunos nacionais de Angola inscritos no Ensino Superior Público Português



Fonte: GPEARI (2)

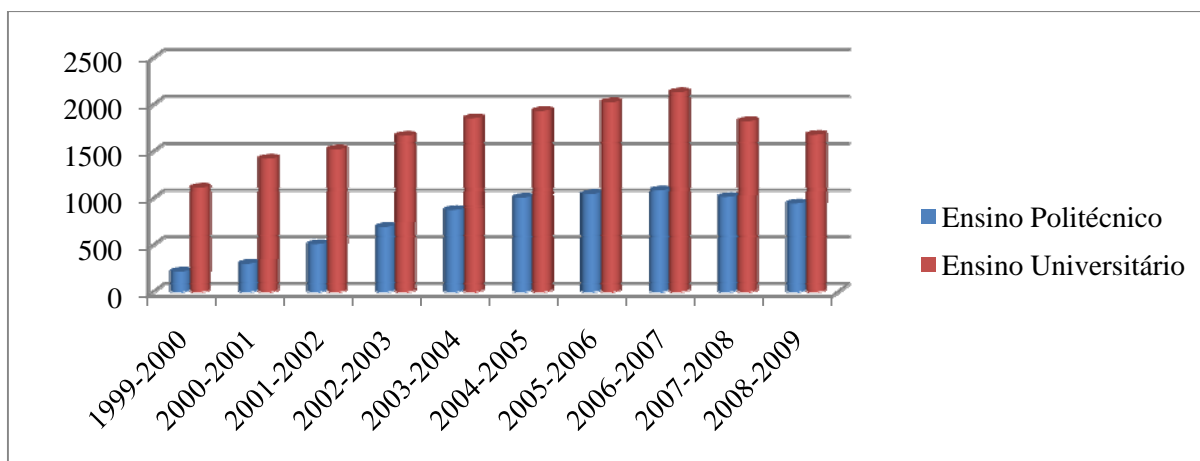
### 3.1.2. Cabo Verde

À semelhança do que acontece com Angola, também os estudantes Cabo-verdianos optam maioritariamente pelo Ensino Superior Universitário. Porém, a diferença do número de alunos entre os dois tipos de ensino não é tão significativa.

O número de alunos matriculados no Ensino Politécnico apresenta um comportamento crescente, invertendo esta tendência a partir do ano lectivo 2007/2008.

O comportamento do número de alunos matriculados no Ensino Universitário é semelhante, sendo igualmente o ano lectivo 2007/2008 aquele em que começa a redução no número de alunos matriculados.

Gráfico 7 - Alunos nacionais de Cabo Verde inscritos no Ensino Superior Público Português



Fonte: GPEARI (2)

### 3.1.3. Guiné-Bissau

O comportamento dos estudantes oriundos da Guiné-Bissau é algo diferente do observado nos dois casos anteriores.

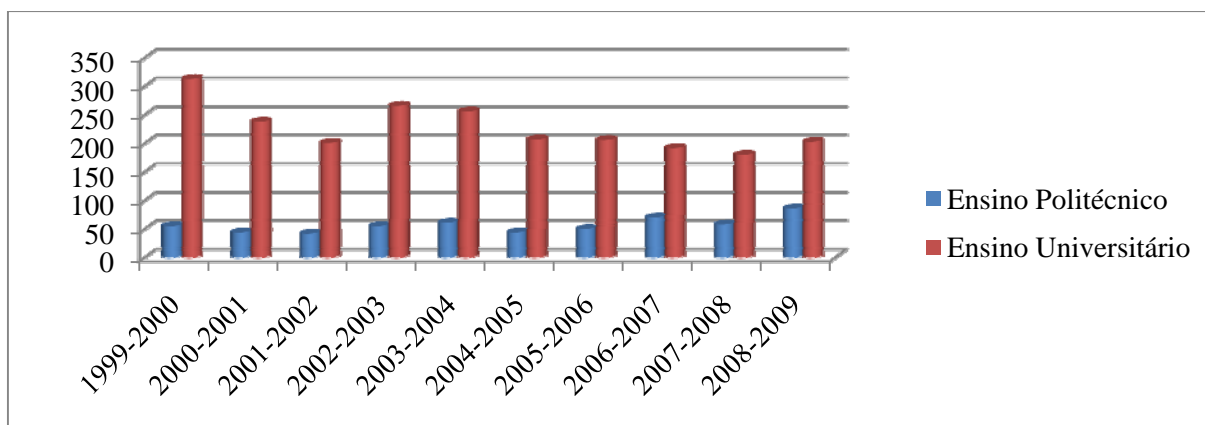
Embora se manifeste igualmente a preferência pelo Ensino Universitário, verifica-se porém, que aquela tendência começa a inverter-se.

Na verdade, o Ensino Politécnico começa a aumentar ao longo dos anos enquanto que o número dos alunos matriculados no Ensino Universitário começa a diminuir, abrandando, consequentemente, a diferença entre os dois sistemas ao longo dos anos.

Atinge o seu valor máximo em 2008/2009 correspondendo a 86 alunos e o valor mínimo de 42 alunos no ano lectivo 2001/2002.



Gráfico 8 - Alunos nacionais da Guiné-Bissau inscritos no Ensino Superior Público Português



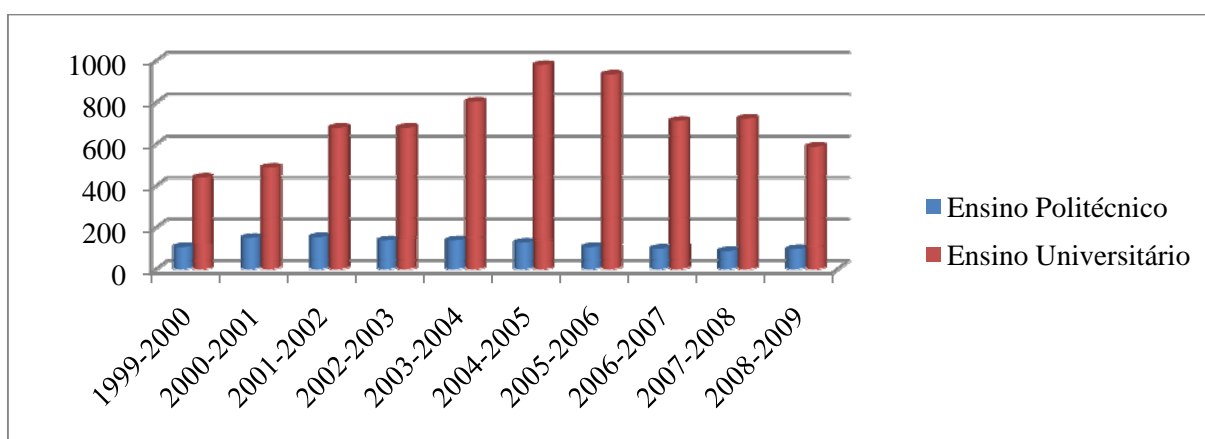
Fonte: GPEARI (2)

### 3.1.4. Moçambique

Os alunos oriundos de Moçambique escolhem predominantemente o Ensino Universitário.

Verifica-se uma tendência crescente, quer do número global de alunos no Ensino Universitário, quer do diferencial relativamente ao número de inscritos no Ensino Politécnico, até ao ano lectivo 2004/2005. A partir desse ano começa a decrescer o número de inscritos no Ensino Universitário e no Ensino Politécnico, embora neste último caso em menor escala.

Gráfico 9 - Alunos nacionais de Moçambique inscritos no Ensino Superior Público Português



Fonte: GPEARI (2)

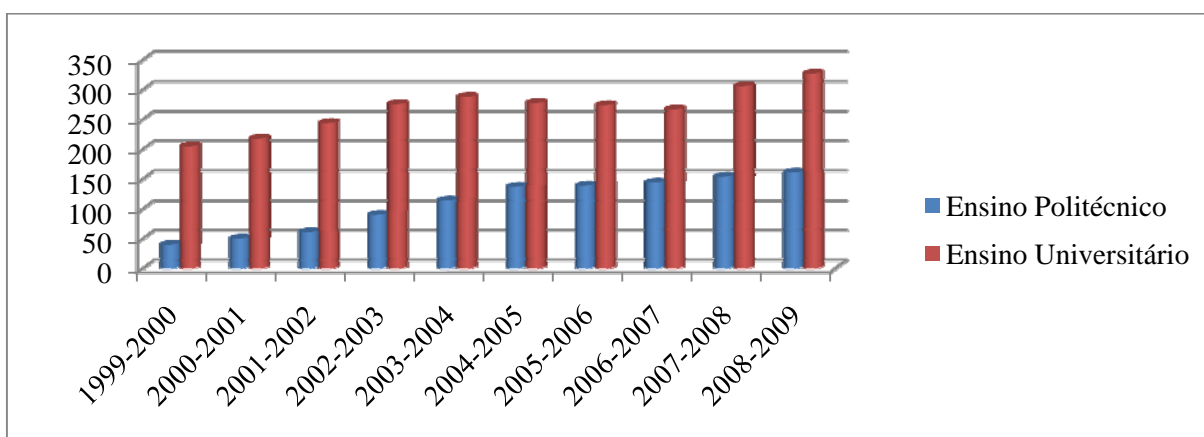
### 3.1.5. S. Tomé e Príncipe

À semelhança do que acontece com Cabo Verde, o número de alunos inscritos no Ensino Universitário e no Ensino Politécnico apresentam um comportamento semelhante.

Embora continue a ser maioritário o número de alunos matriculados no Ensino Universitário, a diferença registada entre este sistema e o Ensino Politécnico é menor do que nos restantes países.

Relativamente ao Ensino Superior Politécnico, verificou-se um aumento do número de alunos matriculados ao longo dos anos, atingindo em 2008/2009 um número quatro vezes superior ao que se havia registado em 1999/2000.

Gráfico 10 - Alunos nacionais de S. Tomé e Príncipe inscritos no Ensino Sup. Público Português



Fonte: GPEARI (2)

## 3.2. Os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Politécnico Português

Actualmente existem 15 Institutos Politécnicos, localizados em todos os distritos do Continente com excepção dos distritos de Aveiro, Évora, Faro e Vila Real. Por sua vez, o distrito de Santarém conta com duas estruturas do Ensino Superior Politécnico: o Instituto Politécnico de Santarém e o Instituto Politécnico de Tomar.

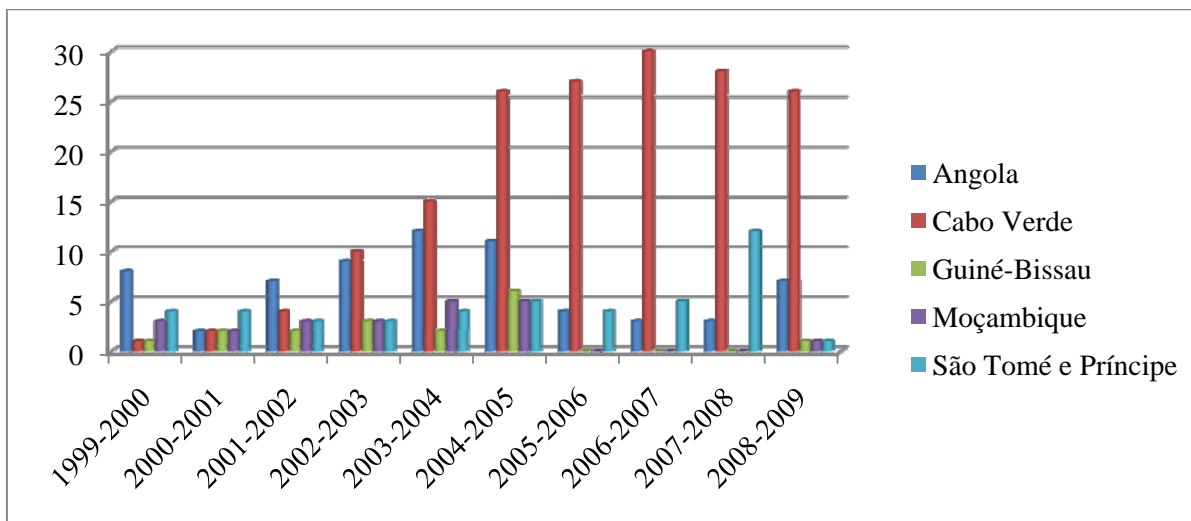
Apresentamos de seguida uma caracterização dos estudantes PALOP matriculados no Ensino Superior Politécnico português por Instituição e por país de origem, nos anos de 1999/2000 a 2008/2009.

### 3.2.1. Instituto Politécnico de Beja

O número de estudantes oriundos de Cabo Verde que estudam no IP de Beja tem vindo a aumentar, registando-se a partir do ano lectivo 2004/2005 um incremento significativo.

Os países que viram reduzido o número de alunos, de forma mais acentuada, foram a Guiné-Bissau e Moçambique. Relativamente a Angola, regista-se um decréscimo nos últimos anos, verificando-se uma tendência contrária no que se refere a S. Tomé e Príncipe.

Gráfico 11 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Beja por país de origem

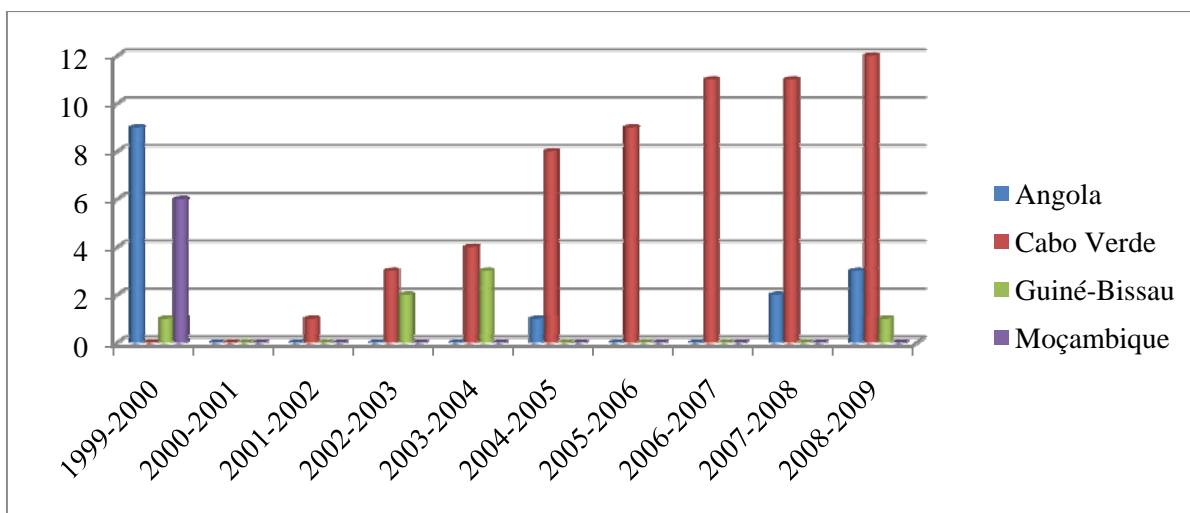


Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.2. Instituto Politécnico do Cávado e Ave

No IP do Cávado e Ave o país que tem maior representatividade é Cabo Verde, embora não tenha registado grande expressão até ao ano 2003/2004. A representação dos restantes países tem um significado bastante reduzido, com excepção de Angola que regista 9 estudantes matriculados em 1999/2000.

Gráfico 12 - Alunos dos PALOP inscritos no IP do Cávado e Ave por país de origem

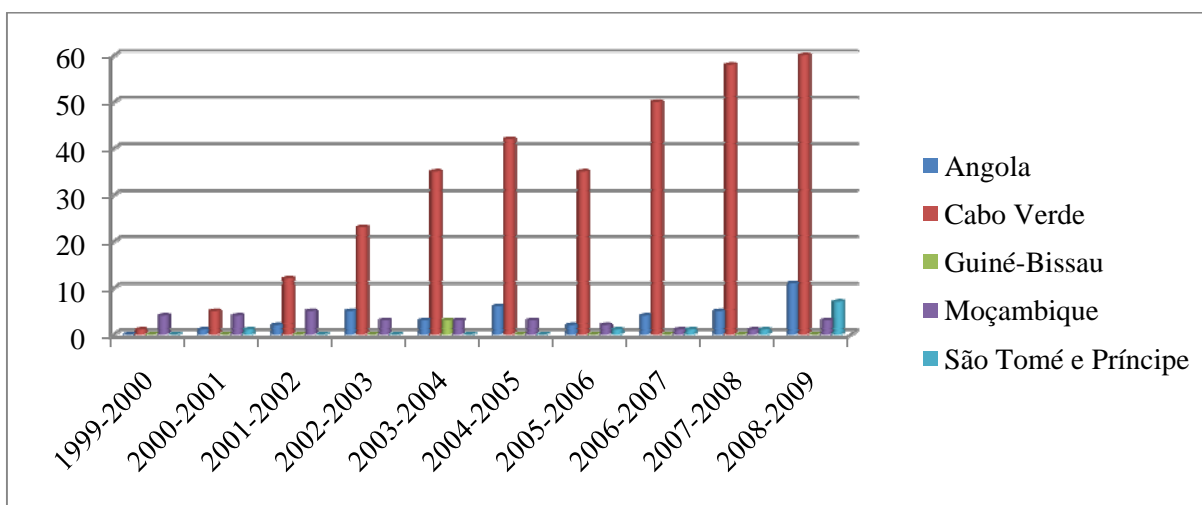


Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.3. Instituto Politécnico de Bragança

Pode dizer-se que a representação dos alunos PALOP no IP de Bragança se resume a Cabo Verde, sendo crescente o número de alunos que ao longo dos anos procura aquela Instituição. Guiné-Bissau tem apenas três alunos matriculados no ano lectivo 2002/2003, enquanto que os estudantes dos outros países nunca ultrapassa a dezena, com excepção para Angola no ano lectivo 2008/2009.

Gráfico 13 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Bragança por país de origem



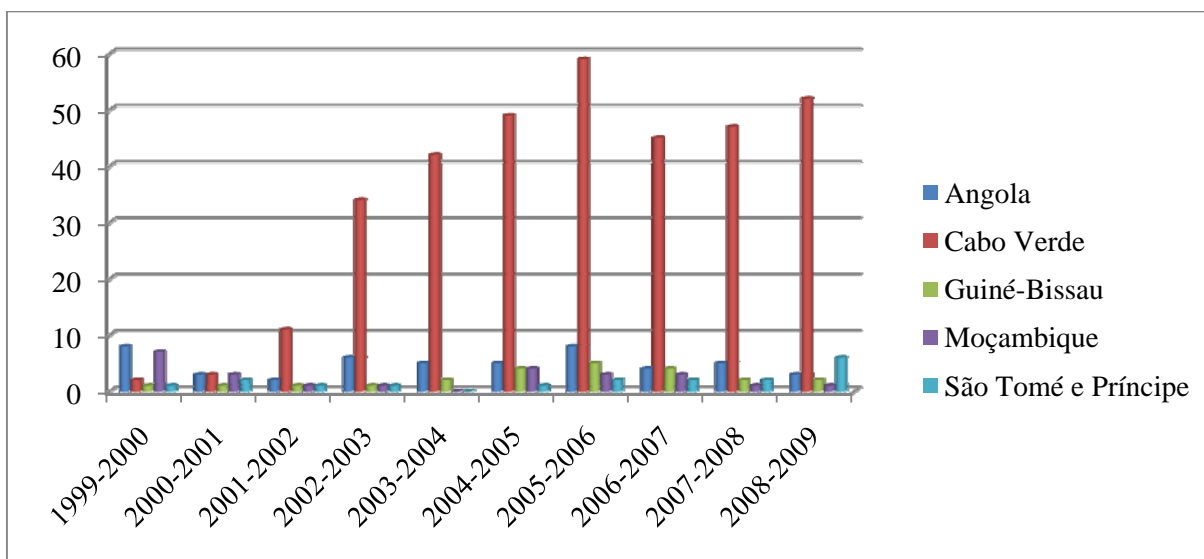
Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.4. Instituto Politécnico de Castelo Branco

No que se refere ao predomínio e tendência crescente do número de alunos oriundos de Cabo Verde, no IP de Castelo Branco a situação é semelhante à de Bragança.

Os restantes países têm uma expressão muito reduzida, verificando-se alguma representação de Angola e Moçambique em 1999/2000 e da Guiné-Bissau a partir do ano 2004/2005. Nos dois últimos, em 2007/2008 e 2008/2009, Guiné-Bissau volta a reduzir o número de alunos.

Gráfico 14 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Castelo Branco por país de origem



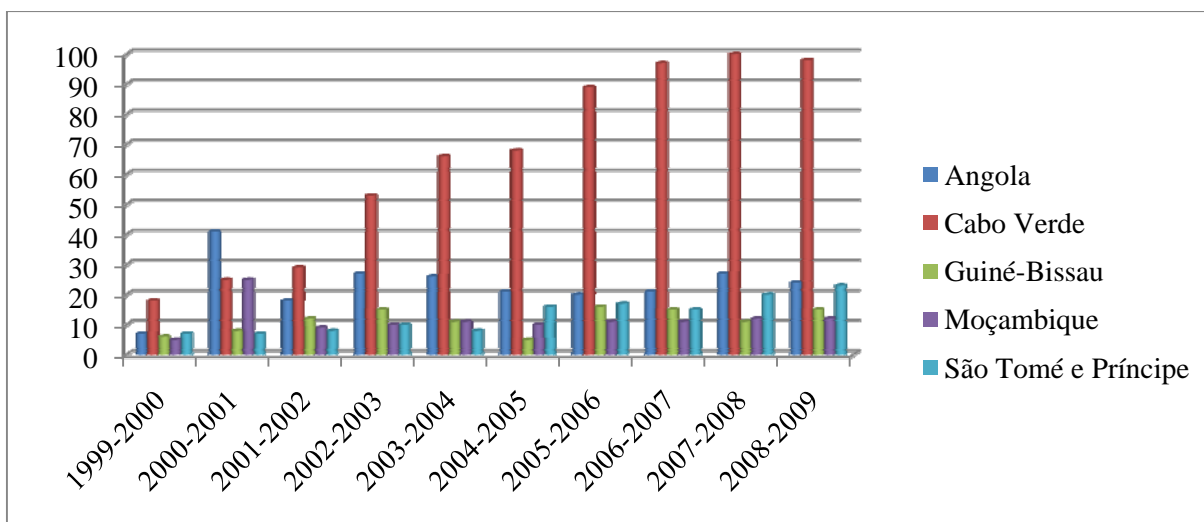
Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.5. Instituto Politécnico de Coimbra

A maior representação de alunos provenientes de Moçambique e de Angola verifica-se no ano lectivo de 2000/2001. Nos anos seguintes, estes países revelam um comportamento sem grandes oscilações, o mesmo acontecendo com Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

No que respeita a Cabo Verde a situação é bastante diferente, não só porque o número de alunos é muito superior aos outros países, mas também por se verificar uma evolução crescente ao longo dos anos.

Gráfico 15 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Coimbra por país de origem



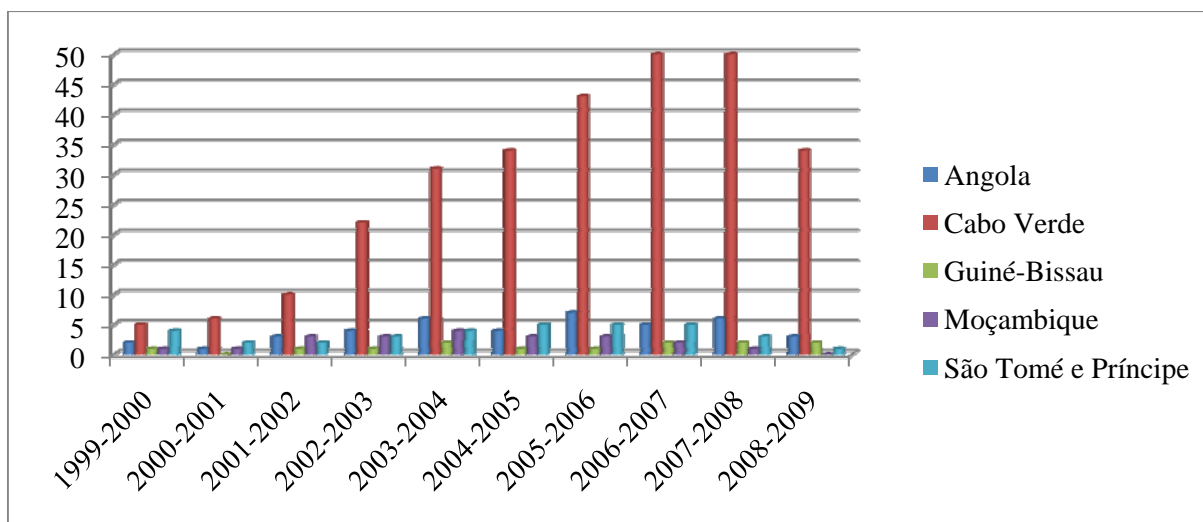
Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.6. Instituto Politécnico da Guarda

Com excepção dos dois primeiros anos de análise, a representação de alunos PALOP, é quase exclusiva de Cabo Verde, sendo crescente ao longo dos anos o número de alunos daquele país.

O número de alunos dos restantes países é praticamente constante ao longo dos anos, não ultrapassando os cinco alunos, excepto no caso de Angola em três dos anos lectivos analisados, isto é, em 2003/2004, 2005/2006 e 2007/2008.

Gráfico 16 - Alunos dos PALOP inscritos no IP da Guarda por país de origem



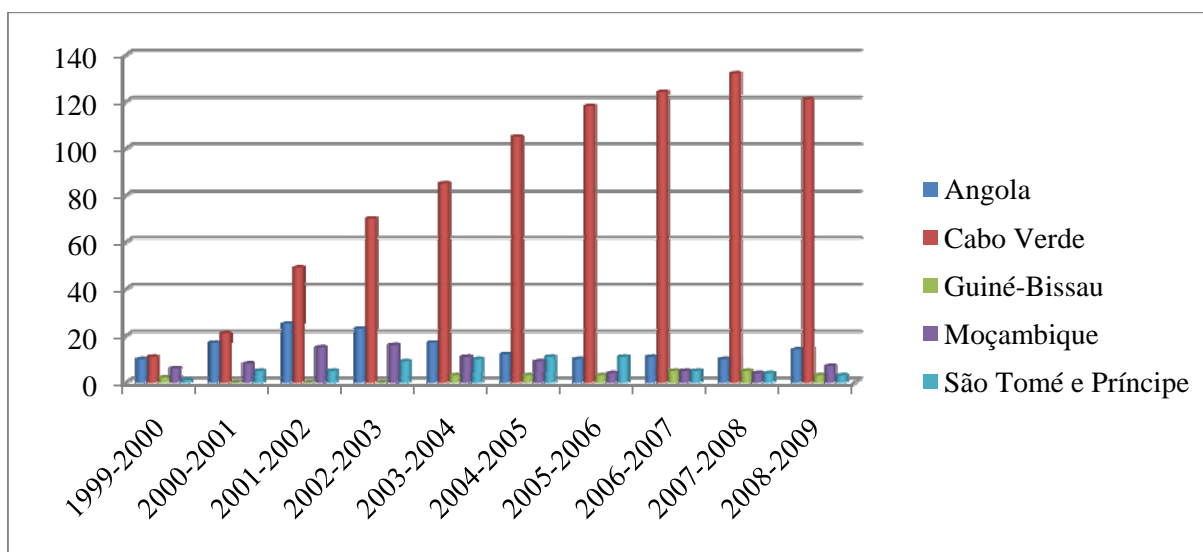
Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.7. Instituto Politécnico de Leiria

No IP de Leiria verifica-se, ao longo dos anos, um aumento do número de alunos oriundos de Cabo Verde.

A representação dos outros países é, comparativamente a Cabo Verde, irrelevante, com excepção para Angola nos anos de 2000/2001 a 2002/2003.

Gráfico 17 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Leiria por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

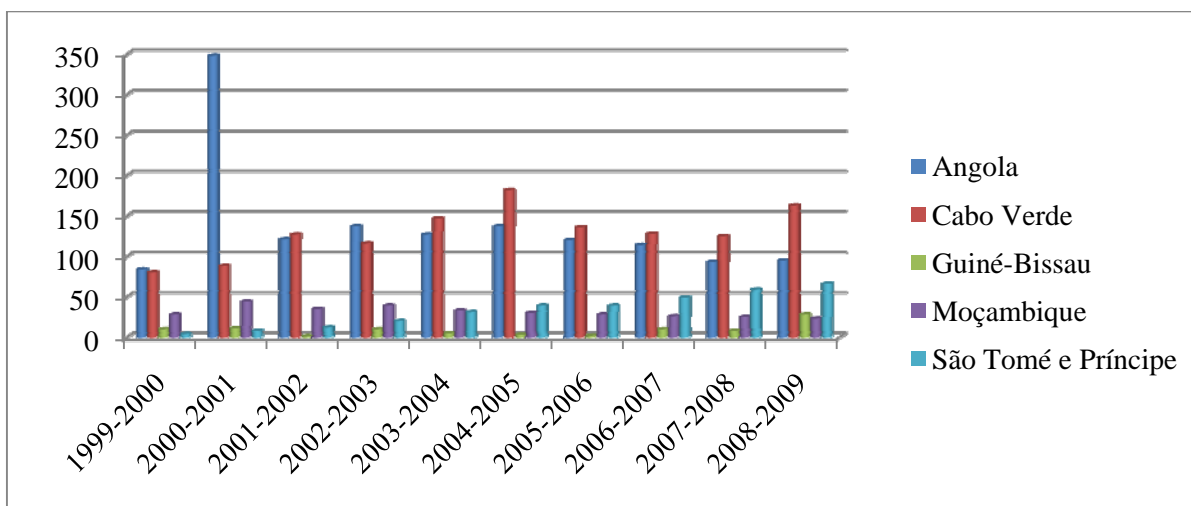
### 3.2.8. Instituto Politécnico de Lisboa

A representação Angolana no IP de Lisboa assume um valor muito significativo no ano lectivo 2000/2001, sendo bastante mais reduzida nos anos seguintes e registando um decréscimo constante a partir de 2004/2005.

Cabo Verde acompanha praticamente todos os anos aquela tendência, com excepção para o ano lectivo 2008/2009, vendo crescer nesse ano o número de alunos matriculados.

Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, têm, comparativamente, uma expressão com pouco significado, registando um ligeiro aumento em 2008/2009.

Gráfico 18 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Lisboa por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.9. Instituto Politécnico de Portalegre

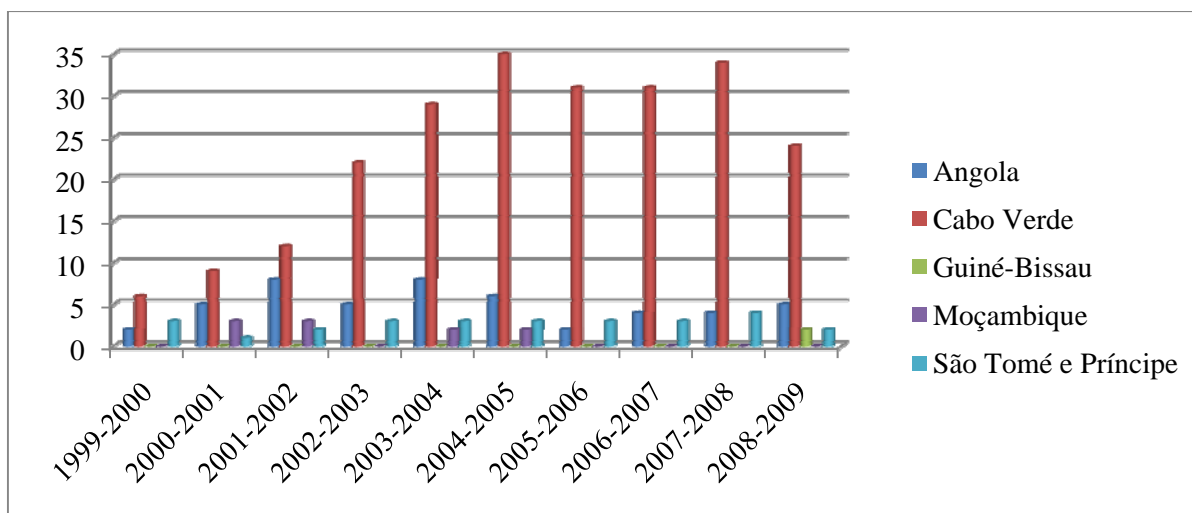
No IP de Portalegre é claro o predomínio dos estudantes oriundos de Cabo Verde, registando, porém, um decréscimo no ano lectivo 2008/2009.

Angola tem algum significado, ainda que muito menor, até 2003/2004 e Guiné-Bissau apenas conta com alunos naquela Instituição em 2008/2009.

Embora em número reduzido, todos os anos registam representantes de São Tomé e Príncipe.



Gráfico 19 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Portalegre por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

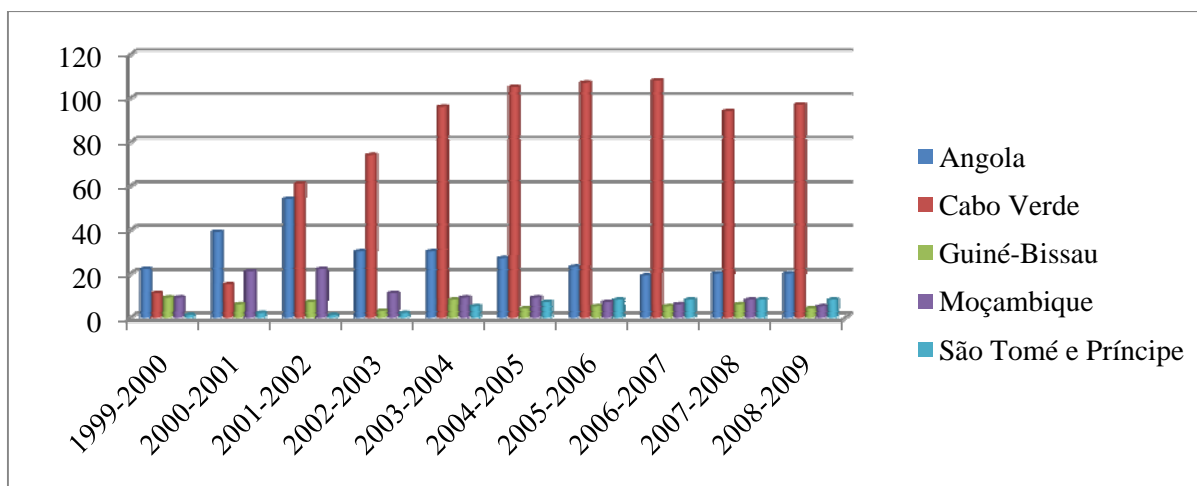
### 3.2.10. Instituto Politécnico do Porto

O país com maior representação no IP do Porto é Cabo Verde, registando um número de alunos que, em alguns anos, ultrapassa a centena de matriculados, enquanto que relativamente aos outros países o número máximo de alunos ronda as três dezenas.

No ano lectivo 2001/2002 Angola regista um valor máximo de cinquenta e quatro alunos matriculados, enquanto que Moçambique conta apenas com vinte e dois.

A representação de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau não atinge, em qualquer ano, uma dezena de alunos.

Gráfico 20 - Alunos dos PALOP inscritos no IP do Porto por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

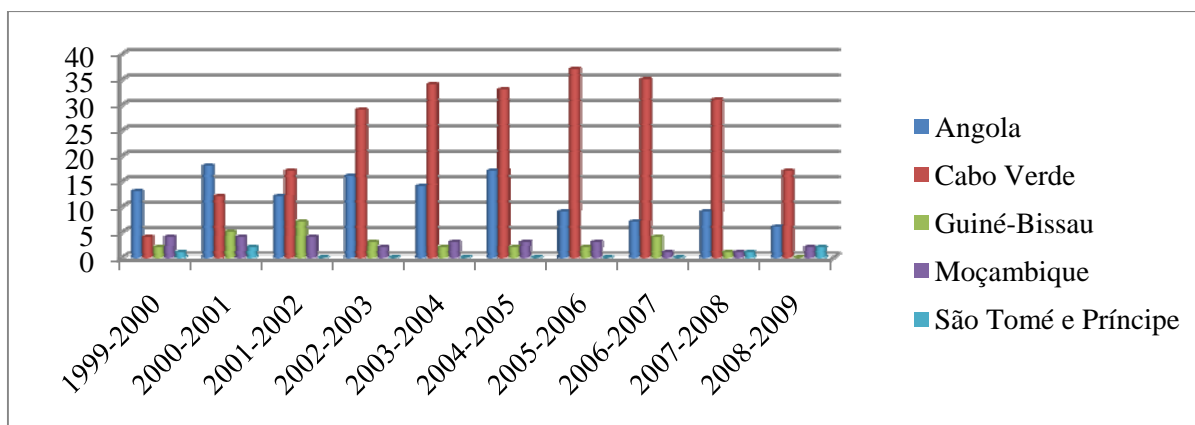
### 3.2.11. Instituto Politécnico de Santarém

Até ao ano lectivo 2004/2005 a presença dos alunos Angolanos no IP de Santarém apresenta um comportamento regular, data em que começa a reduzir o número de alunos naquela Instituição, registando em 2008/2008 apenas seis alunos.

No que se refere aos alunos Cabo-verdianos, exceptuando o ano 2004/2005, assistimos a um crescimento até ao ano lectivo 2005/2006, invertendo-se esta tendência a partir de 2006/2007.

A presença dos alunos de Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, atinge em praticamente todos os anos um número inferior a cinco alunos.

Gráfico 21 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Santarém por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

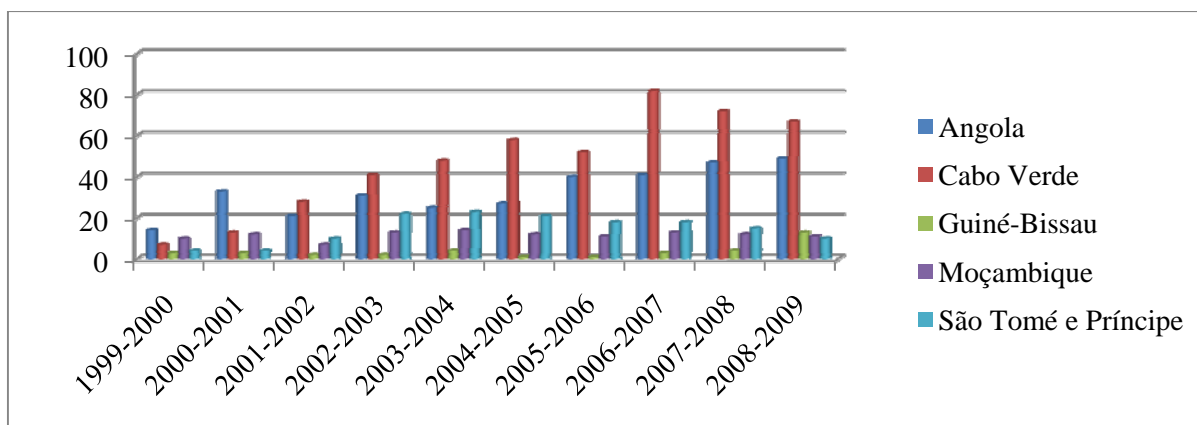
### 3.2.12. Instituto Politécnico de Setúbal

O país que regista menor presença em todos os anos, no IP de Setúbal é a Guiné-Bissau e logo de seguida Moçambique. Embora tenha uma presença de alunos naquele Politécnico também reduzida, São Tomé e Príncipe apresenta valores na ordem das duas centenas em alguns anos, nomeadamente nos anos 2002/2003 a 2006/2007.

Angola regista uma quebra no número de alunos nos anos 2001/2002, 2003/2004 e 2004/2005. Apresenta, no entanto, uma tendência crescente nos outros anos, atingindo em 2008/2009 um máximo de quarenta e nove alunos.

A presença Cabo-verdiana é crescente até 2006/2007, data em que se inverte aquela tendência. Também o ano lectivo 2005/2006 regista um decréscimo significativo em relação ao ano lectivo anterior.

Gráfico 22 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Setúbal por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

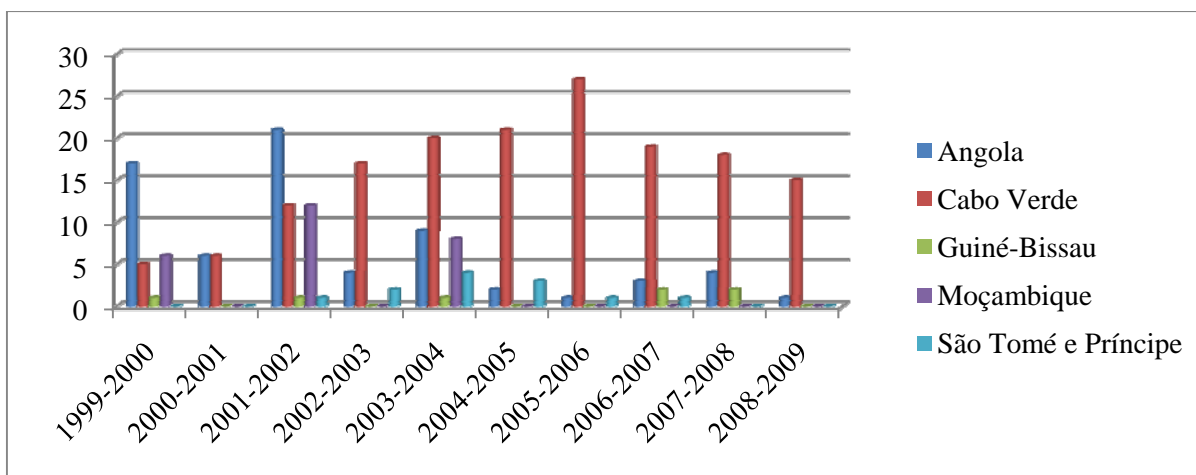
### 3.2.13. Instituto Politécnico de Viana do Castelo

No IP de Viana do Castelo a presença de alunos oriundos dos PALOP, nos anos 2004/2005 a 2008/2009, é quase exclusivamente assegurada pelos alunos de Cabo Verde. Até essa data o número de alunos oriundos daquele país foi sempre crescente, registando em 2005/2006 um total de vinte e sete alunos.

A presença dos alunos originários de Angola e Moçambique tem significado apenas em três anos lectivos – 1999/2000, 2001/2002 e 2003/2004 – sendo muito reduzida ou inexistente, nos restantes anos.

São Tomé e Príncipe regista um número máximo de quatro alunos matriculados no IP de Viana no ano lectivo 2003/2004.

Gráfico 23 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Viana do Castelo por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

### 3.2.14. Instituto Politécnico de Viseu

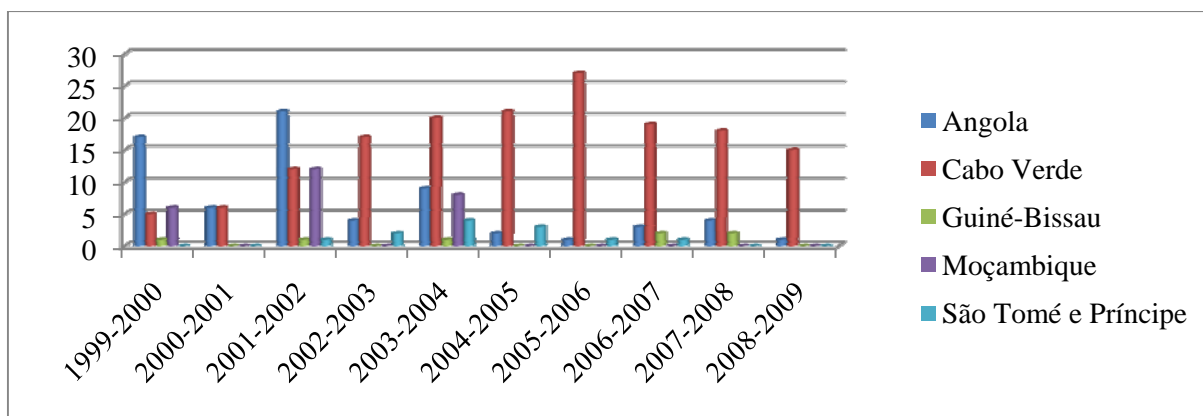
No que se refere à presença de alunos oriundos dos PALOP, a situação que se assinala no IP de Viseu é semelhante à registada no IP de Viana do Castelo.

A representação angolana tem significado apenas em três dos anos em análise, mais concretamente em 1999/2000, 2001/2002 e 2003/2004.

Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé, vêm a sua representação reduzida a um máximo de três alunos para o primeiro e seis alunos para os outros dois, nos anos lectivos de 2007/2008, 2001/2002 e 2008/2009, respectivamente.

Cabo Verde assegura uma representação com bastante significado, relativamente aos outros países, atingindo um número máximo de trinta e nove alunos matriculados naquela Instituição no ano lectivo 2006/2007.

Gráfico 24 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Viseu por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

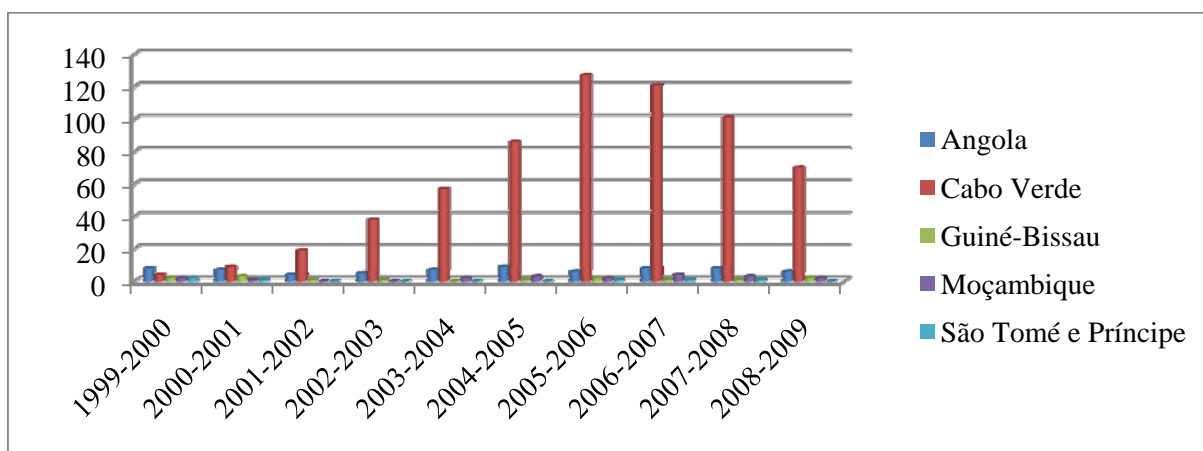
### 3.2.15. Instituto Politécnico de Tomar

Também no IP de Tomar é indiscutível a supremacia de Cabo Verde relativamente à representação dos outros países.

Verifica-se, ao longo dos anos, um forte crescimento do número de alunos matriculados, registando-se uma descida a partir de 2006/2007. Ainda assim, o número de alunos em 2008/2009 é de setenta matriculados, valor que é claramente superior ao número máximo do segundo país com maior representação. Referimo-nos a Angola que regista, em 2004/2005, apenas nove alunos matriculados.

A representação dos outros países não ultrapassa os quatro alunos matriculados.

Gráfico 25 - Alunos dos PALOP inscritos no IP de Tomar por país de origem



Fonte: GPEARI (2)

### 3.3. Análise Global

Apresenta-se em seguida o número total de alunos matriculados no Ensino Superior público por tipo de ensino e por país de origem, nos dez anos que analisámos.

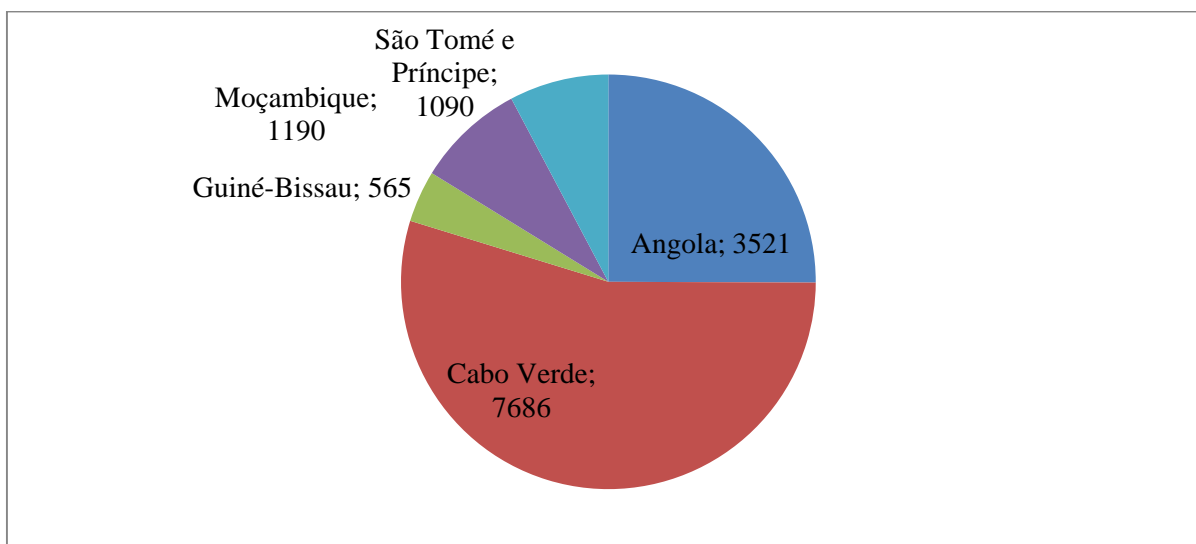
Verificamos que ao nível do Ensino Superior Politécnico (Gráfico 26) a maior representação se deve a Cabo Verde, com 7686 alunos, como tínhamos, aliás, apurado na análise que fizemos aos diferentes Institutos Politécnicos. Esta situação verificou-se em todos eles.

Angola surge em segundo lugar com um total de 3521 alunos matriculados.

No que respeita ao Ensino Superior Universitário (Gráfico 27) esta relação inverte-se, assumindo Angola o primeiro lugar com 20707 alunos, seguindo-se Cabo Verde com 17169 matriculados.

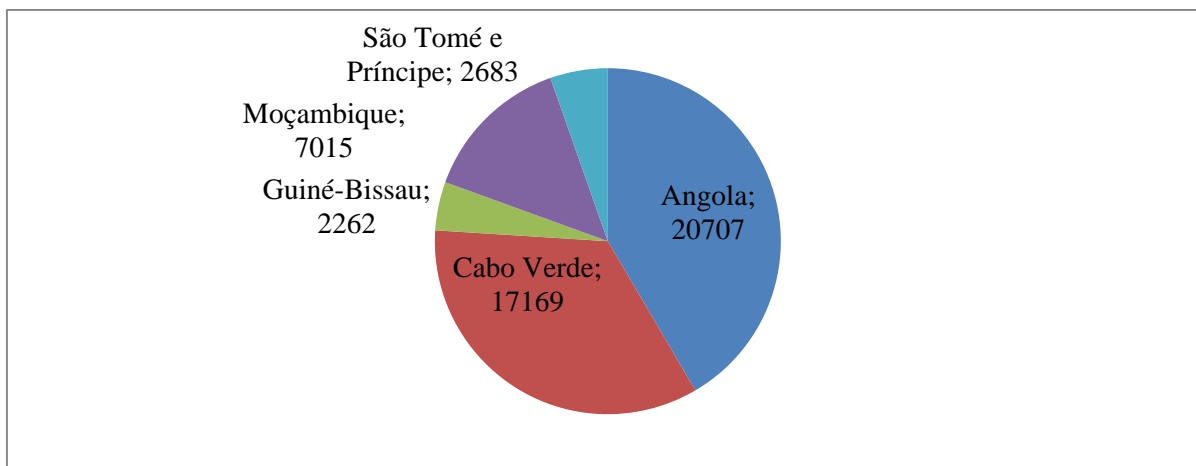
Em ambos os casos Moçambique assume o terceiro lugar, São Tomé e Príncipe o quatro e Guiné-Bissau o último.

Gráfico 26 - Total de alunos dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Politécnico Português



Fonte: GPEARI (2)

Gráfico 27 - Total de alunos dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Universitário Português



Fonte: GPEARI (2)



## **Capítulo 4**

### **Apoio aos estudantes do Ensino Superior**

## 4. Apoio aos estudantes do Ensino Superior

Iniciamos o primeiro ponto do presente capítulo com a caracterização da Política de Acção Social aplicada aos estudantes do Ensino Superior português. Num segundo ponto apresentamos os apoios disponibilizados pelo governo português, no âmbito da acção social, aos estudantes dos PALOP.

### 4.1. Política de Acção Social no Ensino Superior Português

Os primeiros estatutos da Universidade de Coimbra, associados à *Charta Magna Privilegiorum* do Rei D. Dinis, de 15 de Fevereiro de 1309, podem ser considerados como a primeira Lei de Bases da Acção Social no Ensino Superior, “*atendendo à natureza das preocupações reais e às medidas de carácter social aí preconizadas (...)*” (Teixeira et. al., 2003, p. 5).

Não constituindo uma prioridade institucional das Universidades, a Acção Social no Ensino Superior começou por se desenvolver pela prestação de serviços de alimentação, alojamento, informação e reprografia, saúde, cultura e desporto, num conjunto de actividades que mais tarde se designaria por Apoios Indirectos.

Durante o Estado Novo surgem alguns movimentos, associados ao regime político, como a Mocidade Portuguesa e a Juventude Universitária Católica que, controlados por professores universitários, criaram as primeiras residências de estudantes, disponibilizando igualmente serviço de refeitório. Para além do apoio na integração e sucesso escolar aos estudantes deslocados, sem preocupação especial para a sua condição económica, estas estruturas tinham igualmente uma preocupação de cariz político, pretendendo paralelamente a integração destes jovens nos movimentos de juventude do regime.

Até ao 25 de Abril de 1974, os jovens que frequentavam o ensino superior eram maioritariamente oriundos de classe sociais mais abastadas, embora existisse sempre um pequeno grupo que contrariava aquela tendência. Assim, não descurando o apoio aos estudantes mais carenciados, a preocupação manifestada pelos responsáveis dos movimentos de apoio à fundação daquelas estruturas residenciais era, fundamentalmente, a apropriação dos interesses corporativos, por parte dos estudantes alojados.

As residências de estudantes daquela época “(...) apoiavam os estudantes deslocados, designadamente os que provinham das Colónias, em particular os filhos da classe política e administrativa desses territórios” (Teixeira et. al., 2003, p. 7).

A Revolução de 74 vem inverter a tendência a que se assistia relativamente à origem socioeconómica dos estudantes que ingressavam no ensino superior. Verifica-se, pois, um crescimento extraordinário do número de jovens provenientes de agregados familiares mais desfavorecidos sem que as universidades tivessem estruturas de apoio preparadas para os receber e apoiar.

Esta conjuntura levou a que o Governo tivesse que intervir de forma mais objectiva na política de Acção Social vigente.

*“Em 1980 foi publicado o Decreto-Lei nº 132/80, de 17 de Maio que definiu, como objecto da Acção Social, a concessão de auxílios económicos aos estudantes carecidos de recursos, na forma de bolsa de estudo e empréstimos, de isenção de propinas e da prestação de serviços a estudantes, através da criação, manutenção e funcionamento de residências e refeitórios, do desenvolvimento de actividades de informação e de procuradoria e ainda outras actividades, que, pela sua natureza, se enquadrassem nos fins gerais da Acção Social.”* (Teixeira et. al., 2003, p. 11).

Com base neste Diploma os Serviços Sociais passam a ser pessoas colectivas de direito público, dotados de autonomia administrativa e financeira, funcionando junto de cada Universidade, ou outros estabelecimentos de Ensino Superior.

O sistema de Acção Social foi-se desenvolvendo e em 1993 o Governo reforça a política da Acção Social, garantindo o princípio de igualdade de oportunidades, através da operacionalização de vários apoios directos e indirectos, procedendo, designadamente, à organização e funcionamento dos Serviços, bem como à revisão dos processos de atribuição dos benefícios previstos. Esta revisão da política de acção social é efectivada através do Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de Abril.

Os Serviços Sociais passam a designar-se Serviços de Acção Social, assistindo-se igualmente à alteração de denominação de alguns dos seus órgãos e respectivas funções.

Teixeira et. al., refere como grande benefício desta reforma a “*integração dos Serviços de Acção Social nas respectivas Instituições do Ensino Superior, como unidades*

*orgânicas, o que permitiu usufruir dos mecanismos de flexibilização da gestão de que já gozavam as Universidades e Politécnicos”* (Teixeira et. al 2003, p. 13).

Sustentada neste diploma,

*“a acção social escolar no ensino superior passa a desenvolver-se no âmbito das respectivas instituições de ensino, cabendo-lhe definir o modelo de gestão a implantar e a escolha dos instrumentos mais adequados para executar a política definida pelo Governo, através do Ministro da Educação”* (DL nº 129/93, de 22 de Abril).

Cabe ao Conselho de Acção Social composto pelo reitor, por um gestor e por dois representantes dos estudantes, sendo um deles bolseiro, a definição da política de Acção Social de cada Instituição. Conforme previsto no Artigo 11º, compete ainda ao Conselho de Acção Social *“fixar e fiscalizar o cumprimento das normas de acompanhamento que garantam a funcionalidade dos respectivos serviços”* (Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de Abril).

O Despacho nº 10324-D/97, de 31 de Outubro, que estabelece o Regulamento de atribuição de bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior Público, no seu Artigo 2º, prevê que as *“regras técnicas necessárias à aplicação do Regulamento são aprovadas pelo órgão legal e estatutariamente competente de cada instituição de ensino superior”*. Esta norma, que vigora ainda actualmente, reflecte uma perspectiva de prevalência de autonomia das Instituições. Visando poder atender em particular ao espírito de proximidade entre os alunos e Instituições, no respeito pelas especificidades da situação de cada estudante, veio, no entanto, criar desigualdade relativamente aos montantes das bolsas atribuídas com base em rendimentos semelhantes. Esta será, pois, uma questão a ser apontada como uma fragilidade a ser corrigida.

Anualmente, por meio de diferentes Despachos emanados pelo Ministério que tutela o Ensino Superior, têm sido introduzidas alterações ao Regulamento de atribuição de bolsas de estudo. Estas alterações anuais referem-se ao estabelecimento de limites para a bolsa de referência, escalões e enquadramento dos diferentes níveis de delimitação do rendimento do agregado familiar. Pontualmente são ainda incluídos, entre outros, esclarecimentos quanto ao modo de cálculo da bolsa de estudo a conceder ao aluno.

No ano lectivo 2009/2010 vigora o regulamento de atribuição de bolsas de estudo estabelecido no Despacho nº 4 183/2007, de 6 de Março.

O sistema de Acção Social no Ensino Superior, instituído pelo Decreto-lei 129/93, de 22 de Abril, veio a sofrer algumas alterações em 1997. Estas decorrem da publicação da Lei de bases do financiamento do ensino superior, definida na Lei 113/97, de 16 de Setembro, que estabelece um novo modelo de relacionamento entre o Estado, as Instituições de Ensino Superior e os estudantes.

*“Dentro deste quadro, os apoios directos que compreendem as bolsas de estudo e os empréstimos, inscrevem-se no âmbito das relações entre o Estado e os estudantes, ao passo que os apoios indirectos, tais como a alimentação, alojamento, saúde, desporto e cultura, são enquadrados no âmbito das relações entre os estudantes e as Instituições de Ensino Superior”* (Teixeira et. al., 2003, p. 14).

Pela Lei nº 113/97, de 16 de Setembro, o Estado assume o compromisso de garantir a igualdade de acesso ao ensino superior a todos os estudantes, independentemente da situação socioeconómica do seu agregado familiar, garantindo que nenhum estudante será excluído do subsistema do ensino superior por incapacidade financeira. Este compromisso materializa-se nos apoios directos e apoios indirectos<sup>18</sup>.

A afectação das verbas destinadas à acção social escolar será da responsabilidade do Fundo de Apoio ao Estudante, criado no âmbito do Ministério da Educação. O Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior exerce as funções de órgão consultivo do Fundo de Apoio ao Estudante, conforme estabelecido no Artigo 27º da Lei nº 113/97, de 16 de Setembro.

A Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior viria a ser alterada em 2003, pela Lei nº 37/2003 de 22 de Agosto. Manteve, no entanto, no que respeita ao Sistema de Acção Social no Ensino Superior, os mesmos objectivos e compromissos assumidos anteriormente. Este diploma prevê igualmente a necessidade de serem considerados apoios específicos a conceder a estudantes portadores de deficiência e a estudantes deslocados de e para as Regiões Autónomas.

---

<sup>18</sup> “São modalidades de apoio social directo: a) bolsas de estudo; b) auxílio de emergência. O apoio social indirecto pode ser prestado para: a) acesso à alimentação e ao alojamento; b) acesso a serviços de saúde; c) apoio a actividades culturais e desportivas; d) acesso a outros apoios educativos” (Lei nº 113/97, de 16 de Setembro, artigo 17º, nº 2 e 3).

Segundo o actual sistema de acção social no ensino superior, definido no Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de Abril, são beneficiários do sistema de acção social

*“os estudantes portugueses; os estudantes nacionais dos estados membros da comunidade europeia; os estudantes apátridas ou beneficiando do estatuto de refugiado político; os estudantes estrangeiros provenientes de países com os quais hajam sido celebrados acordos de cooperação prevendo a aplicação de tais benefícios ou de Estados cuja lei, em igualdade de circunstâncias, conceda igual tratamento aos estudantes portugueses”<sup>19</sup>.*

De acordo com aquele Diploma, estavam afastados dos apoios directos no âmbito da Acção Social do Ensino Superior, os estudantes estrangeiros, residentes em Portugal, que aqui tinham concluído o ensino secundário e que tinham ingressado no Ensino Superior ao abrigo do regime geral de acesso.

Através do Decreto-lei nº 204/2009, de 31 de Agosto, promove-se o acesso a este grupo de estudantes aos benefícios de Acção Social no Ensino Superior. O citado Diploma vem igualmente clarificar que todos os estudantes matriculados nas Instituições de Ensino Superior podem ser beneficiários dos apoios indirectos, nomeadamente no que se refere ao acesso às residências, refeitórios entre outros, situação que até então vinha sendo alvo de diferentes interpretações.

A Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, reafirma, em diversos pontos do seu articulado, o compromisso do Estado em apoiar os custos com a frequência do ensino superior aos estudantes provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas. Esta intenção manifesta-se, particularmente, no estabelecimento dos requisitos gerais para a criação e o funcionamento de um estabelecimento, nomeadamente quanto à exigência que se aponta às Instituições de Ensino Superior de “(...) assegurar os Serviços de Acção Social.” (Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, Artigo 40º, h)).

Teixeira et. al., considera o modelo de Acção Social “*marcadamente assistencialista e centralizador*”, uma vez que tudo está na dependência do Governo. Justifica aquela posição referindo que o Governo define os propósitos da Política de Acção Social, formas de

---

<sup>19</sup> Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de Abril, Artigo 3º.

financiamento e operacionalização, bem como os preços a praticar, sendo residual a hipótese de intervenção reservada às diferentes Instituições de Ensino Superior (Teixeira et. al., 2003, p. 15).

Por seu turno Cerdeira identifica quatro modelos de Apoio Social aos estudantes do Ensino Superior, que designa como: Modelo centrado no estudante, Modelo centrado na família, Modelo do estudante independente e Modelo de compromisso, incluindo Portugal no Modelo centrado na família, conjuntamente com a França, Alemanha, Itália e Espanha (Cerdeira, 2009, p. 217).

Quadro 2 - Modelos de Apoio Social aos Estudantes do Ensino Superior

Modelo	Características	Países
Modelo centrado no estudante	O apoio social está focado no aluno e não nas suas famílias (ainda que sejam tomadas em conta). As bolsas, os subsídios e os empréstimos são concedidos tendo por base as necessidades do aluno para frequentarem o ensino superior.	Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos
Modelo centrado na família	O cálculo da bolsa de estudo assenta fundamentalmente no rendimento do agregado familiar; as famílias são apoiadas, em termos fiscais, em consequência das deduções efectuadas decorrentes das despesas com educação; as bolsas são de valor baixo e concedidas a um número reduzido de estudantes.	Países da Europa Ocidental: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal
Modelo do estudante independente	Os estudantes são vistos como independentes das suas famílias. Os apoios concedidos cobrem fortemente as despesas de vida. Cerca de 40 a 60% dos apoios são dados através de empréstimos e os restantes sob a forma de bolsas.	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia
Modelo de compromisso	Neste modelo há uma política de um apoio social que mantém um compromisso entre os estudantes serem independentes e terem apoio dos pais para parte dos custos. Todos os estudantes em tempo parcial são elegíveis para a concessão de bolsas de estudo, cujo valor varia se o estudante vive ou não com os pais. Cerca de 30% de todos os estudantes são elegíveis para bolsas suplementares com base no nível dos rendimentos das suas famílias.	Países Baixos

Fonte: Cerdeira, 2009, p. 217



Uma vez que o apoio social directo, concretizado na forma de bolsas de estudo, concedidas a alunos provenientes de famílias de rendimentos mais baixos, tem representado uma importante componente da ajuda cedida pelo Estado Português aos estudantes do Ensino Superior, em 2007 o Governo fortaleceu aquele montante, recorrendo aos fundos comunitários previstos no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), concretamente através do Programa Operacional Temático – Potencial Humano 2007-2013.

Atendendo ao princípio de que nenhum estudante será excluído do sistema por falta de recursos e no intuito de melhorar as condições de permanência no Ensino Superior dos estudantes provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas, o Governo decreta, em 2009, uma série de medidas que visam o reforço dos Apoios Sociais concedidos aos estudantes do Ensino Superior.

Estas medidas estão expressas na Resolução do Conselho de Ministros nº59/2009, de 1 de Julho. Destacam-se para o ano lectivo 2009-2010 o aumento extraordinário em 10% das bolsas concedidas aos estudantes não deslocados e 15% das bolsas concedidas aos estudantes deslocados. É ainda concedido um aumento de 50% do valor da Bolsa *Erasmus* para os estudantes que sejam beneficiários de bolsas de estudo.

Em termos de apoios sociais indirectos o Governo estabelece, para aquele ano, manter o preço das refeições servidas nas cantinas dos Serviços de Acção Social, bem como o do alojamento concedido nas residências a estudantes bolseiros.

Aguarda-se, em 2010, a publicação de um novo regulamento para atribuição de bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior, que vem sendo elaborado conjuntamente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelos representantes dos Serviços de Acção Social de todas as Universidades e Institutos Politécnicos.

Ainda que não se conheça o teor daquele diploma, adivinha-se que haverá uma redução do apoio da Acção Social, no que respeita ao universo e montante das Bolsas de Estudo a atribuir. Isto porque foram redefinidas, através do Decreto-lei nº70/2010, de 16 de Junho, as condições de acesso aos apoios sociais, onde se incluem as bolsas de estudo no ensino superior. Referimo-nos, em concreto, a alterações que foram introduzidas no conceito de agregado familiar e nos rendimentos a considerar no cálculo do rendimento *per capita* dos alunos.

Desde 1997 que está previsto o apoio do Estado a um sistema de empréstimos aos estudantes do Ensino Superior, contratualizado em condições especiais e com a garantia do Estado, de modo a minorar as dificuldades económicas com a permanência dos jovens

naquele nível de ensino. Porém, como refere Cerdeira (2009), pode considerar-se que este sistema de apoio nunca foi implementado, sendo muito reduzida a sua adesão por parte dos Estudantes.

Também na Resolução do Conselho de Ministros nº59/2009, de 1 de Julho, este assunto é retomado, sendo citado como uma medida que “*este Governo finalmente efectivou*” (RCM nº 59/2009, p. 1).

#### 4.2. Os Apoios do Governo Português

No âmbito dos acordos de cooperação estabelecidos pelo Estado português, os estudantes oriundos dos PALOP são abrangidos pelos regimes especiais de acesso ao Ensino Superior, tal como estabelecido na alínea d) do nº1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro. E esta é a forma mais explícita de cooperação, ao nível do Ensino Superior, estabelecida entre Portugal e aqueles países. Conforme disposto no citado Diploma, os interessados deverão efectuar o pedido de admissão à matrícula no ensino superior português, pela via diplomática, indicando o estabelecimento de ensino e curso em que pretende vir a ser colocado.

Tal como refere Pires (2000), o acesso ao Ensino Superior português, por parte destes estudantes, não apresenta dificuldades de maior, desde que o governo do seu país apresente a candidatura e existam vagas. “*O que é pouco claro são as condições em que ocorre a progressão através do Ensino Superior para esses estudantes*” (Pires, 2000, p. 151).

A questão que se coloca prende-se com a forma de assegurar as condições de subsistência em Portugal, que permitam aos estudantes daqueles países fazer face a todas as despesas inerentes à frequência de um curso no ensino superior e à sua permanência num país estrangeiro.

Segundo o Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro, para se poderem candidatar ao Ensino Superior através deste Regime Especial, os estudantes “*têm que ser bolseiros do Governo Português, dos governos respectivos, (...), ao abrigo de convenções internacionais celebradas com a União Europeia, da Fundação Calouste Gulbenkian*”<sup>20</sup>. À partida, esta

---

<sup>20</sup> Alínea d), nº1 do Artigo 14º do Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro.

condição parece afastar o problema da subsistência destes jovens. Na realidade, muitas vezes tal acaba por não acontecer, como veremos nos capítulos seguintes.

De acordo com o previsto no artigo 3º do Decreto-lei nº 129/93, de 22 de Abril, os estudantes provenientes dos PALOP não são abrangidos pelo sistema de acção social do ensino superior português, pelo que não poderão candidatar-se às bolsas de estudo atribuídas por aquela via. O processo de candidatura e eventual concessão da bolsa de estudo processa-se através do IPAD, de acordo como o definido em regulamento próprio, pelo Despacho nº 21371/2009, de 11 de Setembro de 2009, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Conforme se traduz no preâmbulo do Despacho nº 21371/2009, *“a concessão de bolsas de estudo a estudantes oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa constitui uma componente importante do apoio que a cooperação portuguesa dá aos países em desenvolvimento, em particular os de língua portuguesa”*.

Neste contexto, constitui-se como uma das atribuições do IPAD a gestão das bolsas de estudo a atribuir aos estudantes oriundos dos PALOP. Estas funções de gestão começam pelo estabelecimento de contingentes de bolsas por cada país, em articulação com os países beneficiários, definindo, concretamente, o nº de bolsas por cada grau de ensino, o valor a que corresponde cada bolsa, bem como as áreas consideradas elegíveis em cada país (Despacho nº 21371/2009, Artigo 3º). Numa fase posterior, o IPAD colaborará com a selecção dos candidatos, tarefa cuja responsabilidade é atribuída aos países beneficiários. *“Concluída a selecção dos bolseiros o IPAD remeterá todos os processos dos candidatos à Direcção-Geral do Ensino Superior, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, para efeitos de colocação nos estabelecimentos de ensino superior público português”* (Despacho nº 21371/2009, Artigo 8º).

Para além de uma prestação mensal de montante variável conforme os níveis de ensino frequentados, a bolsa de estudo atribuída a cada estudante inclui um subsídio de instalação desde que o candidato resida no País de origem há pelo menos 12 meses e, ainda, um subsídio anual para pagamento de propinas. Para estudantes que se encontrem a frequentar o nível de licenciatura a bolsa de estudo inclui, ainda, um subsídio mensal de alojamento ou pagamento integral do alojamento em residências universitárias, caso o aluno aí fique colocado, bem como um subsídio para custear a aquisição de material didáctico (Despacho nº 21371/2009, Artigo 10º).

A política de bolsas concedidas pelo IPAD tem vindo a ser progressivamente reformulada, verificando-se um crescente aumento nas bolsas concedidas a doutoramentos e mestrados, em detrimento das bolsas de licenciatura. Por outro lado, com o objectivo de fortalecer a capacidade das estruturas de ensino superior, investigação e quadros superiores dos respectivos países, tem sido dada prioridade às bolsas internas, reduzindo progressivamente o número de bolsas atribuídas aos alunos que estudam em Portugal. (IPAD, 2009, p. 52).

Decorrente dos objectivos definidos pela Política de Cooperação é intenção do IPAD facilitar e fomentar o regresso dos estudantes ao seu país de origem, pelo que se propõe implementar um programa de bolsas que compreenda a criação de estágios e programas de inserção para o primeiro emprego, no país originário do estudante (IPAD, 2009, p. 54).

Apresentamos de seguida uma análise aos apoios concedidos pelo IPAD aos estudantes dos PALOP, em termos de bolsas atribuídas e verbas dispendidas.

Os dados apresentados correspondem aos diversos graus de ensino superior público e privado.

Não foi possível discriminar os dados por de tipo de ensino, uma vez que o IPAD não distingue, em termos estatísticos, os alunos que se matriculam no ensino superior politécnico ou universitário.

#### 4.2.1. Bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação em Portugal

Os Acordos de Cooperação em matéria de ensino, assinados entre Portugal e os PALOP, têm como pressuposto a participação na formação de jovens que possam, por esta via, contribuir para o desenvolvimento dos países dos quais os estudantes são originários.

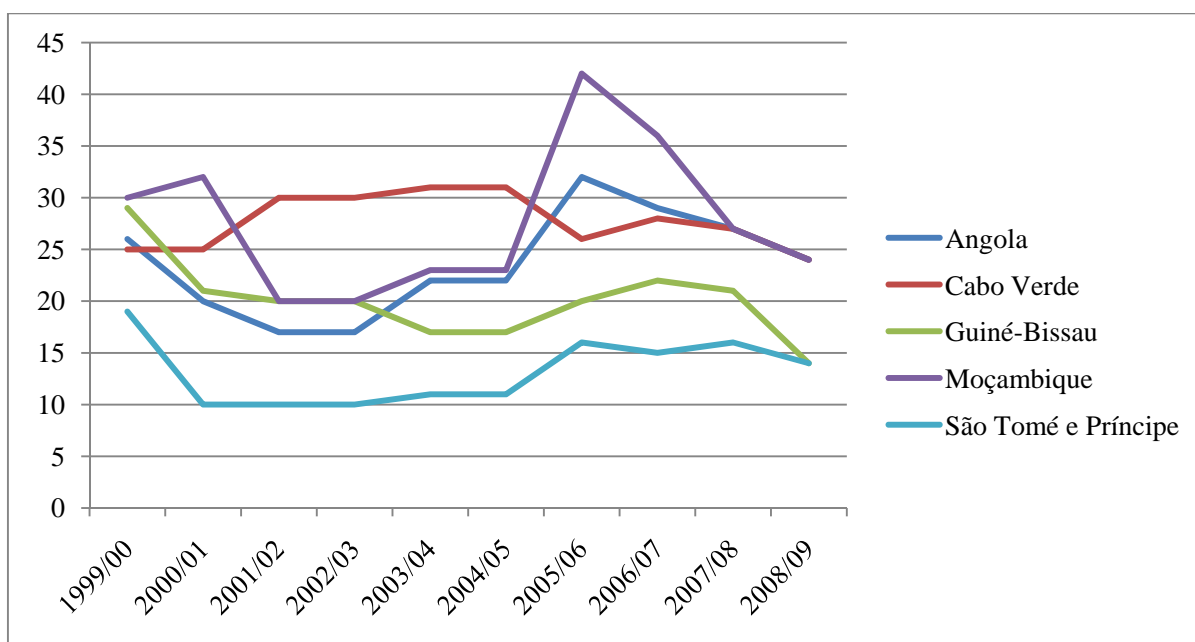
Verifica-se, porém, que muitos destes jovens, após concluída a sua formação, não regressam ao seu país, quebrando assim o propósito pelo qual os mesmos foram aceites no ensino superior português. Este fenómeno é denominado por *brain drain*, sendo traduzido pela expressão portuguesa «fuga de cérebros».

Como refere Januário (2007) as razões para o fenómeno *brain drain* são resultantes das disparidades económicas, sociais e políticas, existentes entre os países de origem dos

estudantes e os países receptores. A estes factores juntam-se outros como as guerras e instabilidade política nos países dos quais os estudantes são oriundos (Januário, 2007, p. 43).

Numa tentativa de evitar o *brain drain* tem sido dada prioridade às bolsas internas, reduzindo progressivamente o número de bolsas atribuídas aos alunos que estudam em Portugal. Esta inversão na política de atribuição de bolsas de estudo resulta também das recomendações expressas no relatório de avaliação da política de cooperação portuguesa, apresentada pelo CAD em 2006<sup>21</sup>. Na verdade, no Gráfico 28, apuramos que essa redução se tem verificado, no que respeita a todos os países a partir do ano lectivo 2006/2007 e de modo mais acentuado em 2007/2008.

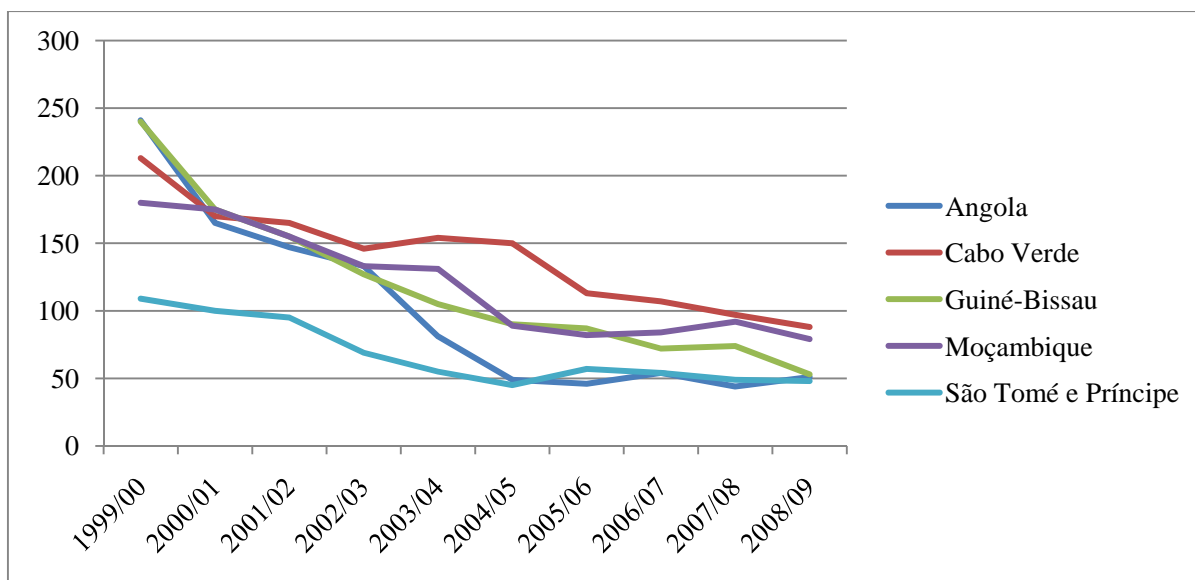
Gráfico 28 - Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP para formação em Portugal



Fonte: IPAD (1)

<sup>21</sup> Resumo do relatório do CAD/2006, p.5. disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/examecad.pdf>.

Gráfico 29 - Número total de bolsas do IPAD utilizadas pelos alunos dos PALOP em Portugal



Fonte: IPAD (1)

Acompanhando, naturalmente, a redução do número de alunos PALOP no ensino superior português, registado a partir de 2006/2007 (Gráfico 5), também o número de bolsas utilizadas é decrescente a partir daquele ano, com excepção de Moçambique no ano lectivo 2007/2008.

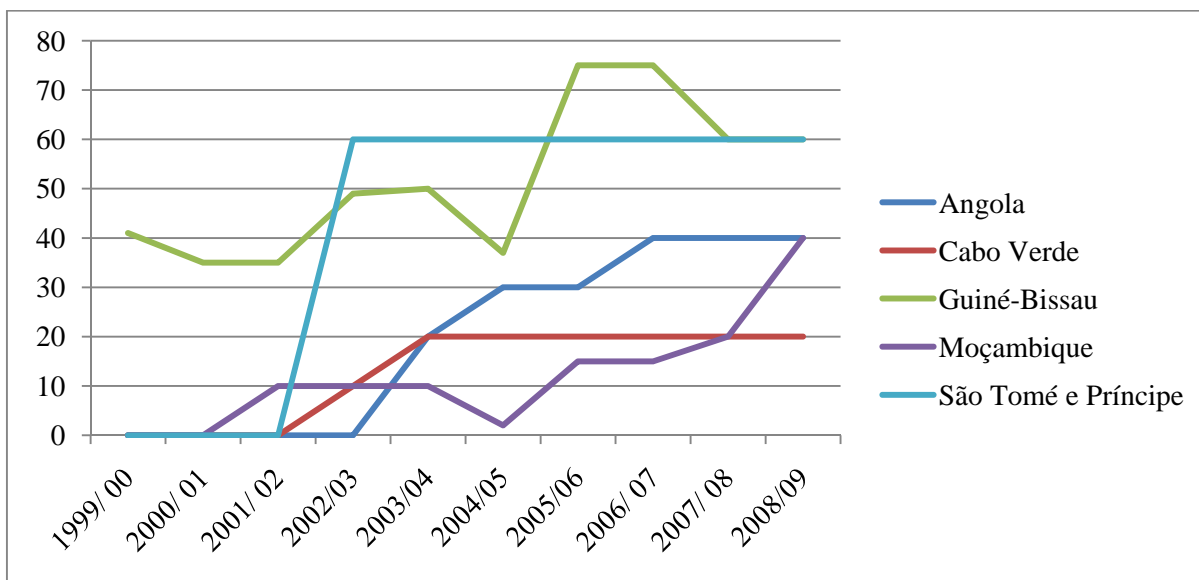
O país onde se verifica uma maior quebra é Angola seguido de Guiné-Bissau, registando um diferencial de 190 e 187, respectivamente, tendo como referência aos anos 1999/2000 e 2008/2009.

O país onde se verifica uma menor quebra é São Tomé e Príncipe, com um diferencial de 61 bolsas.

Moçambique regista uma redução de 101 bolsas e Cabo Verde 125.

## 4.2.2. Bolsas atribuídas pelo IPAD aos alunos PALOP para formação no terreno

Gráfico 30 - Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP para formação no terreno



Fonte: IPAD (1)

O Contingente oferecido para formação no terreno<sup>22</sup> apresenta uma tendência crescente, convergindo com a política preconizada de incentivar a formação dos jovens no seu país de origem. Este acréscimo verificado, de forma bastante significativa nos anos 2001/2002 para São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, resultou num contingente que se mantém constante desde esse ano.

Relativamente a Moçambique, verifica-se um decréscimo no ano 2004/2005, sendo de registar que coincide com o aumento registado, nesse ano, do número de bolsas concedidas àquele país para formação em Portugal. A partir desse ano lectivo o contingente oferecido tem vindo sempre a aumentar.

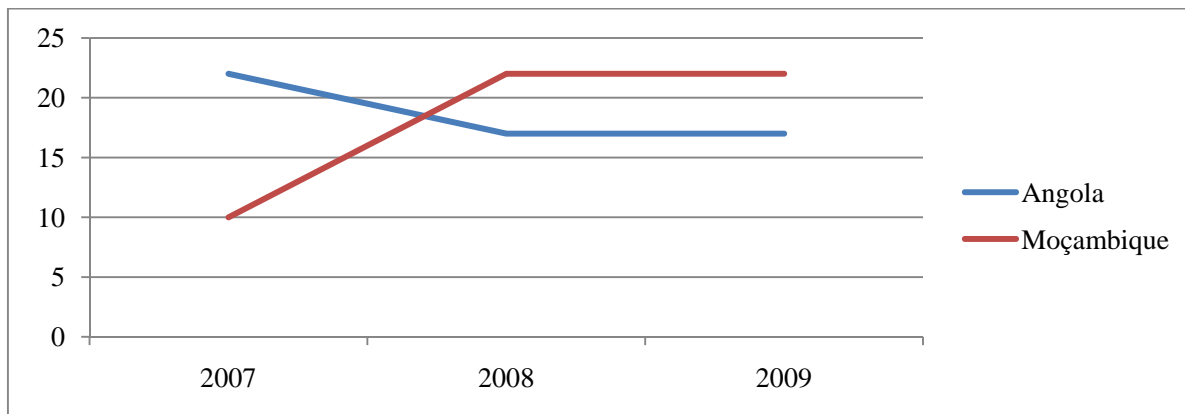
Angola regista um significativo aumento de contingente oferecido em 2002/2003, mantendo essa tendência ao longo dos anos embora de forma menos marcada.

Relativamente ao número de Bolsas utilizadas para formação no terreno apenas dispomos de dados relativamente aos anos de 2007 a 2009. Os dados referentes a Angola e Moçambique estão expressos por ano civil, enquanto que no que respeita a Cabo Verde,

<sup>22</sup> Bolsas disponibilizadas para os estudantes que pretendam prosseguir estudos no seu país de origem.

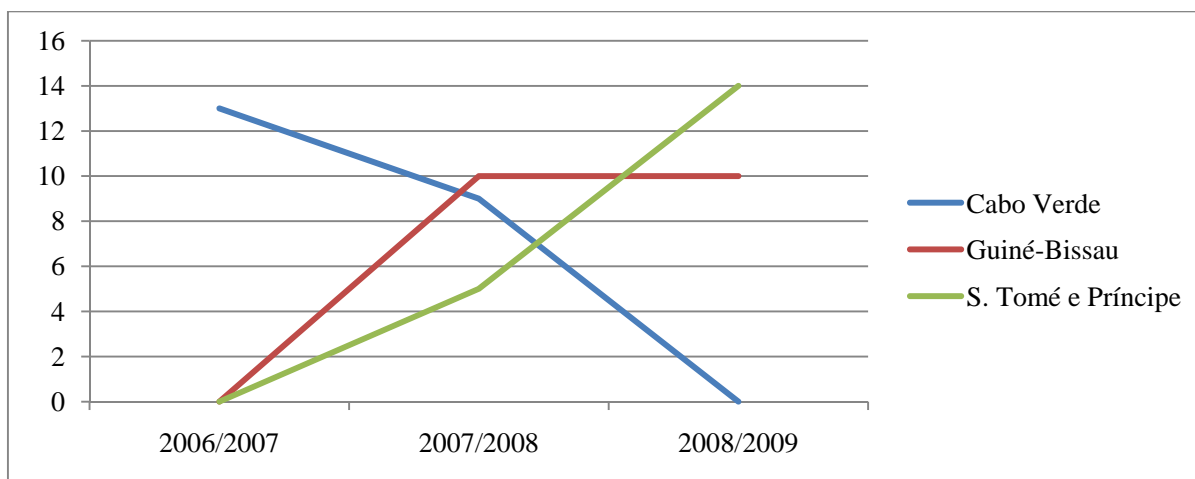
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, o número de bolsas utilizadas estão indicados por ano lectivo.

Gráfico 31 - N° de bolsas utilizadas para formação no terreno (Angola e Moçambique)



Fonte: IPAD (1)

Gráfico 32 - N° de bolsas utilizadas para formação no terreno (Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe)



Fonte: IPAD (1)

Não podemos fazer uma avaliação em termos comparativos do número de bolsas utilizadas relativamente ao Contingente oferecido, pois esse contingente engloba também o Ensino Secundário e Profissional, para além de que o número de anos em análise é bastante reduzido.

Referimos apenas que, apesar da inversão da Política de atribuição de Bolsas do IPAD, que pretende dar maior importância às Bolsas para formação no terreno, esta realidade não é ainda muito bem acolhida pelos estudantes. Na verdade, os estudantes oriundos dos



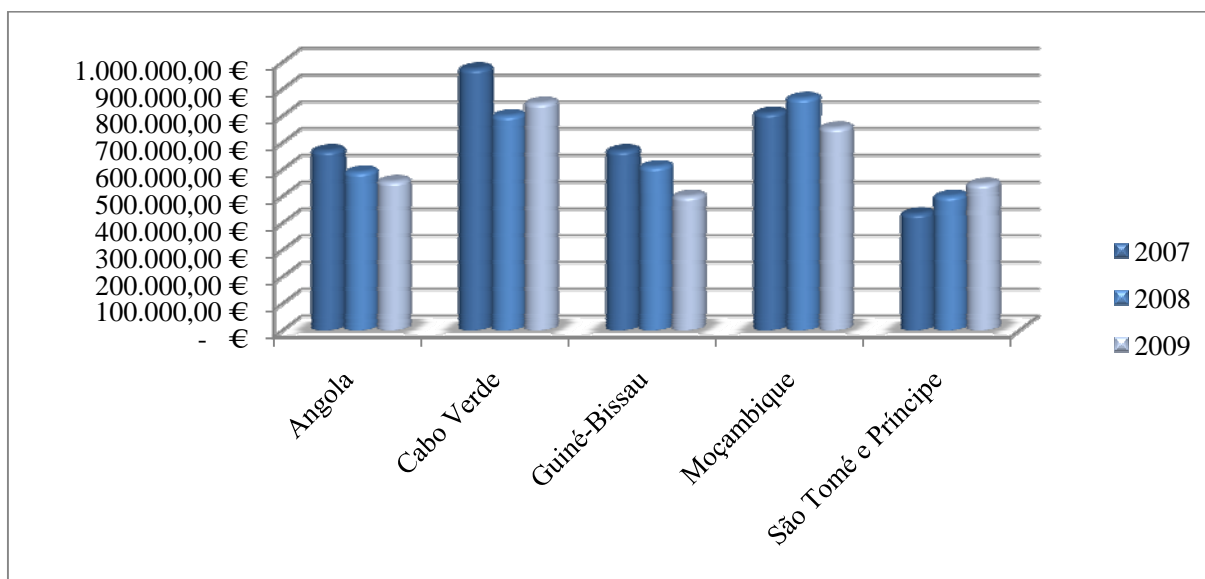
PALOP continuam a usufruir, maioritariamente, das bolsas de estudo para formação em Portugal.

#### 4.2.3. Valores das Bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP

Os gráficos a seguir apresentados representam os valores disponibilizados pelo IPAD no que concerne a Bolsas de estudo concedidas a estudantes dos PALOP.

Apresentaremos apenas a análise correspondente aos anos 2007, 2008 e 2009, por não haver dados disponíveis relativamente a anos anteriores.

Gráfico 33 - Verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP por ano e por país de origem (euros)



Fonte: IPAD (1)

Verificamos (Gráfico 33) que o valor das bolsas atribuído a Angola e à Guiné-Bissau tem decrescido ao longo dos anos, enquanto que relativamente a São Tomé e Príncipe, aquele valor regista um aumento, embora de menor dimensão no último ano, atingindo um acréscimo de 65.000€ e 45.000€, respectivamente.

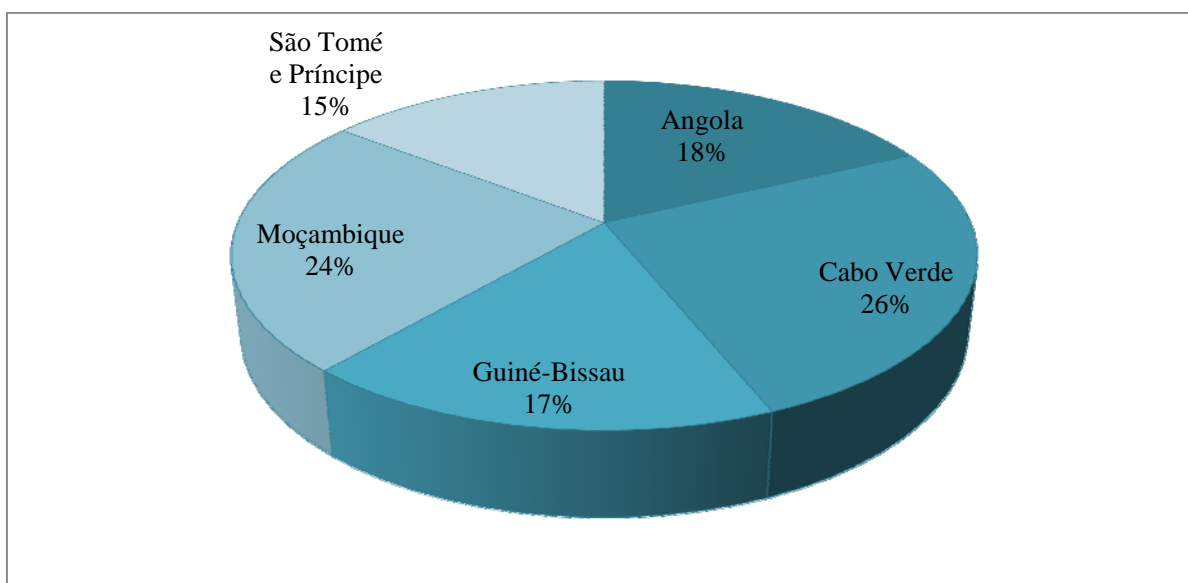
O decréscimo verificado no valor das bolsas atribuídas a Angola é de 80.000€ no primeiro ano e 35.000€ no segundo, enquanto que no que respeita a Guiné-Bissau aquele

diferencial é superior, principalmente no último ano, registando-se uma redução de 60.000€ em 2008 e 110.000€ em 2009.

As verbas atribuídas a Cabo Verde registam um decréscimo em 2008, recuperando, embora em menor escala, em 2009, pelo que não chega a tingir o montante registado em 2007, que totalizava 975.000€

Moçambique regista em 2008 um acréscimo de 55.000€, relativamente a 2007, verificando-se, em 2009, um decréscimo de 110.000€

Gráfico 34 - Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP de 2007 a 2009 (euros)

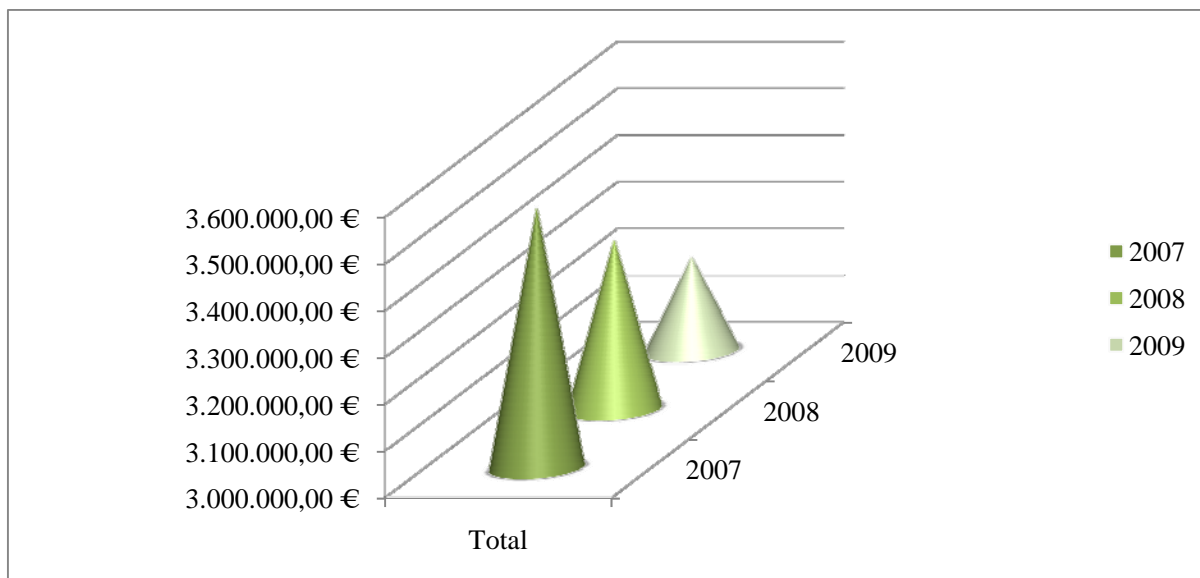


Fonte: IPAD (1)

Em termos globais, de 2007 a 2009, o país que mais beneficiou das bolsas de estudo do IPAD foi Cabo Verde, consumindo 26% daquela verba, seguido de Moçambique com 24% (Gráfico 34).

O país que menos usufruiu daquela ajuda foi São Tomé e Príncipe, utilizando apenas 15% do valor global atribuído pelo IPAD (Gráfico 34).

Gráfico 35 - Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano (euros)



Fonte: IPAD (1)

Pela análise do Gráfico 35 concluímos que o valor de bolsas atribuídas aos PALOP nos últimos três anos tem vindo a diminuir gradualmente, atingido um diferencial global, entre 2007 e 2009, de 358.000€ Esta situação é consequência, naturalmente, da redução do número de bolsas atribuídas àqueles estudantes, especialmente no que se refere à componente da formação em Portugal.

## **Capítulo 5**

### **Os estudantes dos PALOP em Portugal**

## 5. Os estudantes dos PALOP em Portugal

Uma vez caracterizada a distribuição dos estudantes dos PALOP no Ensino Superior português e as formas de apoio social que lhe são concedidas, no presente capítulo descrevemos as condições que caracterizam a sua integração e continuidade em Portugal e de que modo estas interferem no prosseguimento dos seus estudos.

### 5.1. A Integração dos estudantes PALOP no Ensino Superior

Pela análise apresentada nos capítulos anteriores, verificamos que Portugal mantém com os PALOP uma relação de grande proximidade, ocupando estes um lugar de destaque nos propósitos da Política de Cooperação portuguesa enunciados. Esta intenção manifesta-se, particularmente no facto de acolher nas suas Instituições de Ensino Superior um grupo considerável de estudantes oriundos daqueles países.

Pessoa (2004) aponta alguns factores de motivação para que os jovens dos PALOP escolham Portugal como país de acolhimento para prosseguimento de estudos. Identifica o património comum, a língua e o passado histórico partilhado com o seu país de origem. Estas relações de proximidade consubstanciam-se, por vezes, na actualidade, pela presença familiares e de amigos do seu país com residência em Portugal, o que acaba por condicionar de modo positivo a sua vinda para este país. Também a existência de Acordos de Cooperação na área da cultura e educação e a possibilidade de obtenção de uma Bolsa de estudo para frequência do Ensino Superior em Portugal são factores que determinam a opção pelo nosso país (Pessoa, 2004, p. 3).

Esta visão é partilhada por outros autores. Designadamente, Pires (2001) afirma a existência de muitos quadros dos PALOP que obtiveram o seu grau de licenciatura em países ocidentais, nos quais se inclui Portugal que, pelo seu passado histórico, e pelas ligações que tem mantido ao longo dos anos com aqueles países, tem constituído o país de acolhimento para um elevado número daqueles estudantes (Pires, 2001, p. 242).

Porém, sabemos que a entrada no Ensino Superior é, para os jovens estudantes, um momento marcado por alguma ansiedade. Para a grande maioria dos alunos é o início de uma vida longe da família, dos amigos e de todo o ambiente que lhes é familiar.

Para os estudantes dos PALOP esta circunstância é agravada pela distância que os separa do seu país de origem e pela entrada num país estrangeiro que, na maioria das vezes, lhes é completamente desconhecido. Para além do afastamento dos seus grupos primários, estes jovens têm igualmente que enfrentar as dificuldades de adaptação ao novo clima, hábitos alimentares e de vestuário (Figueiredo, 2005, p. 46).

No Ensino Superior os estudantes são confrontados com novos métodos de ensino, para os quais nem sempre estão preparados e esta situação assume particular importância no caso dos estudantes dos PALOP.

Oriundos de países economicamente desfavorecidos, frequentam o ensino secundário em condições muitas vezes adversas, com grandes carências ao nível das estruturas físicas das escolas, insuficiência de materiais didácticos, assistindo a aulas dirigidas por professores, cuja preparação nem sempre é a adequada para o nível que leccionam (Almeida, 2005, p. 68). A este propósito Camacho (1997) aponta a necessidade de formação de professores como um dos pilares da reestruturação dos sistemas de ensino africanos. Refere que a grande maioria dos professores pouco mais estudou do que o nível de escolaridade que está a leccionar e nunca teve qualquer formação específica de natureza pedagógico-didáctica, assinalando uma motivação para o ensino, em geral baixa, provocada pelos baixos salários e a falta de uma carreira profissional (Camacho, 1997, p. 17)

Estes alunos são ainda confrontados com grandes diferenças nos currículos do ensino secundário, comparativamente com aqueles que são leccionados em Portugal, o que dificulta ainda mais a sua adaptação ao sistema de ensino superior português. Pires (1993) assinala uma significativa inadaptação destes estudantes que se vêm confrontados com conteúdos, métodos de ensino e currículos, adaptados à realidade dos países ocidentais e industrializados, realidade essa que se afasta muito das vivências dos seus países. *“As experiências, as investigações, os exemplos dados nas aulas, correspondem à realidade das nações industrializadas e, raras vezes se reportam à realidade dos países do terceiro mundo”* (Pires, 1993, p. 12).

Nos estudos efectuados sobre a adaptação destes jovens ao ensino superior português, também a diferença de valores, costumes e cultura, as condições insuficientes de acolhimento, bem como o domínio da língua, são dificuldades apontadas por aqueles estudantes e que condicionam a sua integração nas instituições de ensino que os acolhem (Pacheco, 1996, p. 171; Pires, 2001, p. 257; Figueiredo, 2005, p. 46;).

## 5.2. A vivência dos estudantes dos PALOP no Ensino Superior

Almeida qualifica os estudantes oriundos dos PALOP como indivíduos organizados e sistemáticos<sup>23</sup> (Almeida, 2005, p. 143). Conhecedores das regras que determinam a manutenção da bolsa de estudo concedida e que depende do seu aproveitamento escolar, são normalmente estudantes empenhados e aplicados nas tarefas académicas que lhes são propostas. Pacheco justifica esta postura pelo desejo de concluir o seu curso e *“pela urgência em atingir os objectivos que foram o motor da sua vinda para Portugal”* (1996, p. 443).

Esta postura ajuda-os a superar as dificuldades de vária ordem, enquanto jovens estudantes num país estrangeiro.

Figueiredo agrupa em quatro categorias as dificuldades a que estes estudantes estão sujeitos, referindo-se concretamente a dificuldades financeiras, de alojamento, académicas e extra-académicas (Figueiredo, 2005, p. 47), enquanto Pires enquadra as mesmas dificuldades em três grupos, ou seja, dificuldades de ordem social, económica e afectiva (Pires, 2001, p. 252).

Seja qual for a perspectiva de análise desta problemática, todos os autores são unânimes em identificar as situações que estes estudantes enfrentam e que poderão condicionar a concretização dos objectivos que os motivaram a vir estudar para Portugal.

Como qualquer estudante do ensino superior têm que superar as dificuldades relacionadas com a aquisição dos conhecimentos próprios do curso que frequentam, vivendo muitas vezes situações de isolamento face aos colegas. São descritas situações de algum racismo, ainda que não declarado, acompanhado de uma dificuldade sentida por estes estudantes em fazer reconhecer as suas necessidades pessoais e culturais.

O estudante está a aprender a viver sozinho e a construir a sua autonomia, tarefas para as quais não pode contar com o apoio da sua família e amigos, o que lhe causa sentimentos de insegurança.

Uma das maiores dificuldades sentidas pelos estudantes PALOP prende-se com as questões financeiras. As bolsas de estudo nem sempre são suficientes para fazer face às necessidades relacionadas com as propinas, a alimentação, o alojamento, o vestuário, os livros, o material didáctico, e todas as despesas inerentes à sua estadia em Portugal. Existem

---

<sup>23</sup> Na generalidade, os estudantes dos PALOP apresentam uma atitude responsável e empenhada mostrando-se metódicos no seu desempenho académico.

situações em que é frequente o atraso no recebimento daqueles valores, o que os coloca numa situação de grande fragilidade.

O facto de viverem com grandes dificuldades impede-os de visitarem a família durante o período de estudos em Portugal, acabando por voltar ao seu país de origem apenas quando conseguem concluir a sua formação. Esta situação agrava ainda mais o sentimento de perda de apoio das estruturas familiares.

Sendo bolseiros no ano de ingresso, por vezes os alunos perdem aquela condição, na maioria das vezes, por falta de aproveitamento escolar. Oriundos muitas vezes de famílias com fracos recursos económicos os estudantes vêm-se, assim, obrigados a procurar um trabalho que lhes garanta a sua subsistência.

Frequentemente as dificuldades de adaptação ao meio que os acolhe mantêm-se ao longo dos anos da sua permanência em Portugal. Um primeiro obstáculo prende-se com a dificuldade em obter um alojamento a preços acessíveis e em condições facilitadoras para o seu trabalho enquanto estudantes. Na verdade, a maioria dos estudantes tem dificuldades em obter colocação nas residências de estudantes, o que para além de lhes ficar mais dispendioso, dificulta as condições de estudo e a interacção com outros alunos.

É pois claro que estes estudantes carecem de um apoio institucional efectivo que lhes permita concluir os seus estudos em condições favorecedoras tanto da sua integração como da sua progressão académica.

Em suma, estes alunos são recebidos em Portugal amparados pelos Acordos de Cooperação estabelecidos com os seus países de origem. Mas se tudo está regulamentado no que respeita ao seu acesso ao Ensino Superior, parece-nos ter sido negligenciada a questão do apoio necessário à sua subsistência em Portugal e à progressão dos seus estudos.

Serão certamente responsabilidades que deveriam ser partilhadas pelos países de origem e, enquanto país de acolhimento, também por Portugal.

Como refere Pacheco

*“Estas responsabilidades vão do âmbito mais geral de uma política de cooperação coerente ao quadro mais particular dos espaços em que se movem estes estudantes, abrangendo medidas no domínio das condições de sobrevivência como no domínio de um investimento para o sucesso escolar” (1996, p. 360).*



## **Parte II**

## **Capítulo 6**

### **Metodologia**

## Parte II

### 6. Metodologia

Concluído o enquadramento teórico da problemática em estudo, procurámos conhecer mais detalhadamente o contexto em que se insere a presente investigação, isto é, o Ensino Superior Politécnico em Portugal, concretamente no que se refere aos estudantes dos PALOP.

Iniciamos agora a segunda parte do nosso trabalho, pretendendo encontrar uma resposta para a nossa questão de partida – Em que medida as diversas formas de concretizar a Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP, materializadas pelos diferentes Institutos Politécnico Portugueses, influenciam os estudantes na escolha da Instituição em que pretendente estudar? – utilizando para o efeito a metodologia que de seguida apresentamos.

#### 6.1. Identificação dos eixos da investigação

Segundo Tuckman, *“Uma hipótese é uma expectativa sobre acontecimentos, baseada nas generalizações de uma relação que se assume como tal, entre determinadas variáveis”* (Tuckman, 2005, p. 97). Também Quivy apresenta uma reflexão sobre este conceito, referindo que uma hipótese é uma preposição provisória que, prevendo a relação entre dois ou mais termos, deve ser verificada (Quivy, 1992, p. 137).

No presente estudo não utilizaremos o teste de hipóteses uma vez que a nossa investigação se dirige a toda a população e não a uma amostra, o que inviabiliza aquele tipo de testes.

No entanto, pela questão formulada inicialmente, apercebemo-nos que poderão existir diferentes explicações para o acontecimento que queremos conhecer. Assim, definimos quatro eixos que irão orientar a nossa investigação, baseando-nos nos seguintes pressupostos:

Primeiro – os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função dos apoios que lhe são concedidos.

Segundo – os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função do Curso que pretendem frequentar.

Terceiro – os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função das relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem.

Quarto – se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de acção social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países.

## 6.2. Identificação e classificação das variáveis

Tuckman (2005) identifica cinco tipos de variáveis cuja análise visa dar resposta ao problema em estudo. São elas a variável independente, variável dependente, variável moderadora, variável de controlo e variável interveniente (Tuckman, 2005, p. 121).

Podemos definir variável independente como *“o factor que é medido, manipulado e seleccionado pelo investigador, para determinar a sua relação com um fenómeno observado”* (Tuckman, 2005, p. 121). Segundo o mesmo autor, variável dependente é *“o factor que é observado e medido, para determinar o efeito da variável independente (...)”* (Tuckman, 2005, p. 122). Tuckman define variável moderadora como um tipo especial de variável independente. Para este autor, a variável moderadora é *“uma variável independente secundária, seleccionada no estudo para determinar se ela afecta a relação entre a variável independente essencial e as variáveis dependentes”* (Tuckman, 2005, p. 126). A variável de controlo é *“um factor que o experimentador controla, para anular um efeito que, de outro modo, poderia ter sobre o fenómeno observado”*, sendo a variável interveniente definida como *“o factor que, teoricamente, afecta o fenómeno observado, mas não pode ser observado nem manipulado”* (Tuckman, 2005, pp. 129-131).

Por seu lado, Fortin (1999) identifica quatro tipos de variáveis que são normalmente utilizadas numa investigação: variáveis independentes, variáveis dependentes, variáveis atributo e variáveis estranhas. Para Fortin *“a variável independente é a que o investigador manipula num estudo experimental para medir o seu efeito na variável dependente”*. Consequentemente, variável dependente *“é a que sofre o efeito esperado da variável independente”* (Fortin, 1999, p. 37). Fortin define variável atributo como a *“característica dos sujeitos de um estudo, (...) que serve para traçar o perfil dos sujeitos”* e variável estranha *“a que pode ter efeitos inesperados e modificar os resultados de uma investigação”* (Fortin, 1999, p. 37).

No nosso estudo seguimos a identificação de variáveis apresentada por Fortin pois consideramos que é nesta distinção que melhor se enquadra a nossa investigação. Consideraremos, no entanto, apenas três tipos de variáveis. Isto é, a variável dependente, as variáveis independentes e as variáveis atributo, uma vez que não identificámos na nossa investigação variáveis estranhas que possam influenciar ao comportamento das variáveis dependente e independentes.

No presente estudo identificámos, assim, as seguintes variáveis:

Variável Dependente (VD) – motivação que impele um estudante dos PALOP a optar por um determinado Instituto Politécnico em detrimento de outros.

Variável Independente1 (VI1) – Apoios sociais concedidos pelos Institutos Politécnicos

Variável Independente2 (VI2) – Apoios sociais do País de origem

Variável Independente3 (VI3) – Apoios sociais do Governo português

Variável Independente4 (VI4) – Dependência de um emprego

Variável Independente5 (VI5) – Diferenças entre Cursos

Variável Independente6 (VI6) – Qualidade do Instituto

Variável Independente7 (VI7) – Perspectiva de emprego

Variável Independente8 (VI8) – Necessidades do país

Variável Independente9 (VI9) – Conhecimentos pessoais com outros estudantes em Portugal

Variável Independente10 (VI10) – Familiares residentes em Portugal

Variável Independente11 (VI11) – Conhecimento do País/cidade

Como variáveis atributo consideraremos a idade e o sexo do aluno, o país de origem, o Instituto Politécnico onde estuda, o curso que frequenta, o ano de ingresso no Ensino Superior Politécnico português, o ano curricular do curso em que está matriculado, o tipo de residência, o modo de subsistência em Portugal e o escalão de rendimentos. Consideraremos ainda o conhecimento dos apoios disponibilizados pelo Instituto e aqueles de que o estudante é beneficiário.

### 6.3. Construção das definições operacionais

Conforme refere Tuckman, “*a mesma palavra ou frase pode ter diferentes significados, para pessoas distintas*” (Tuckman, 2005, p. 147), importando por isso clarificar os conceitos com os quais o investigador irá operacionalizar o seu estudo. Para tal, e ainda segundo Tuckman, deve descrever as definições operacionais. Estas são “*um enunciado baseado em características observáveis daquilo que se está a definir*” (Tuckman, 2005, p. 147). Neste sentido, apresentamos de seguida as definições operacionais das diferentes variáveis identificadas.

No momento da sua candidatura ao Ensino Superior o estudante deverá indicar qual o par Curso/Escola onde pretende vir a ser colocado e, certamente, esta decisão tem por base uma motivação que o leva a optar por um Curso ou Instituto em detrimento de outro.

Sendo esta motivação o que definimos como Variável Dependente, importa analisar o seu comportamento segundo as suas diferentes dimensões.

Definimos assim três dimensões que podem influenciar a motivação do estudante perante as diferentes alternativas que lhe são colocadas. São elas a dimensão económica, a dimensão carreira e a dimensão integração.

Numa dimensão económica a principal preocupação do estudante é a de assegurar os meios com os quais poderá subsistir e fazer face às suas necessidades, enquanto estudante residente num país estrangeiro. Assim, a sua motivação no momento da escolha da Instituição será em função dos apoios que esta lhe possa conceder (VI1), a possibilidade de obter uma bolsa de estudo em Portugal (VI3) ou no seu país de origem (VI2) e a eventual necessidade de encontrar um emprego compatível com o prosseguimento de estudos (VI4).<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Em cada dimensão (figuras 1, 2 e 3) indicamos com o indicador «Q» o número da questão do Questionário que mede o comportamento de cada uma das variáveis.

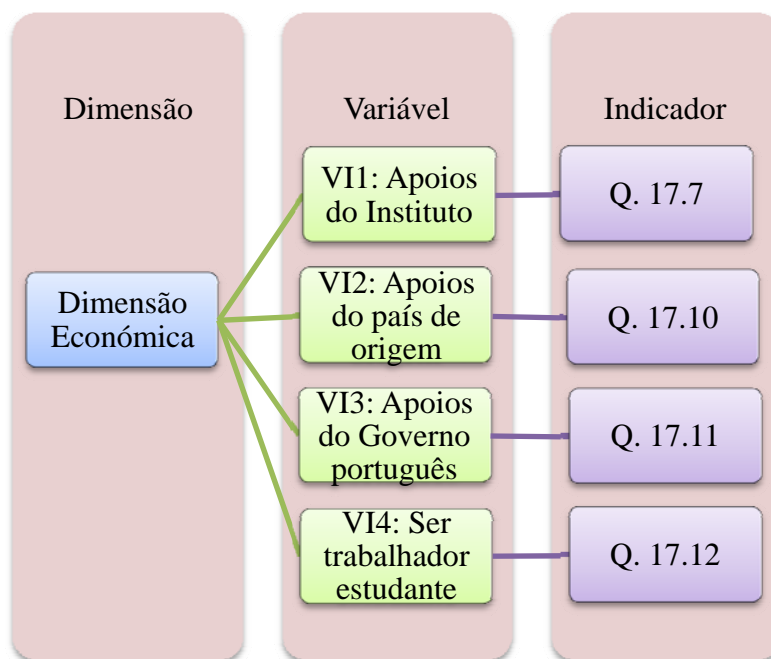


Figura 1 - Dimensão Económica

Segundo a dimensão da carreira, o estudante escolhe a instituição em função das aspirações e perspectivas quanto ao seu futuro profissional. Decide em função da tipologia do curso (VI5), da percepção que tem da qualidade da Instituição de ensino (VI6), das perspectivas de emprego (VI7) e das necessidades formativas detectada no país de origem (VI8).

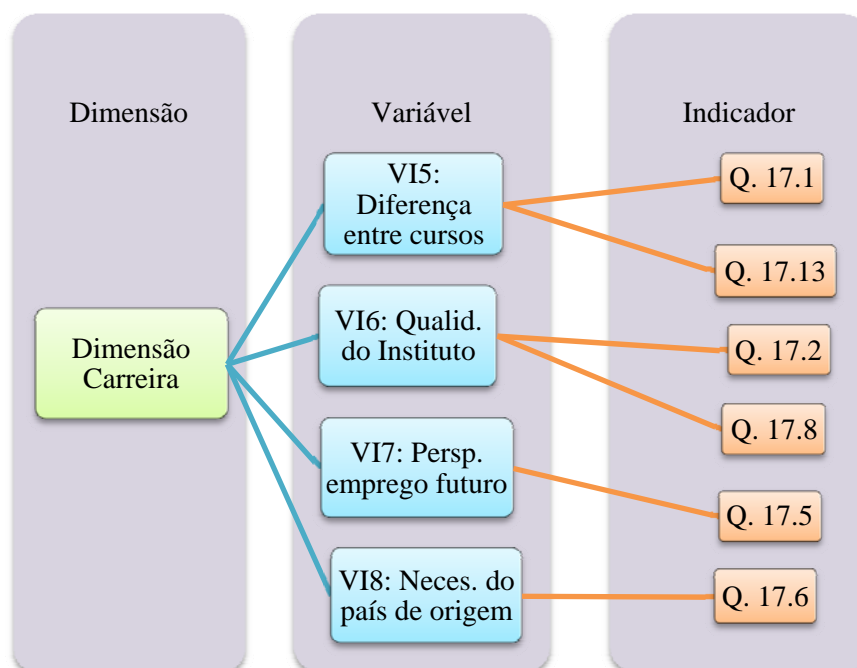


Figura 2 - Dimensão Carreira

No que respeita à dimensão integração, a principal preocupação do estudante prende-se com a sua integração enquanto estudante estrangeiro na Instituição de Ensino que escolher. Assim, decide em função dos apoios que possa colher por parte de amigos (VI9) e familiares (VI10) ali residentes e do conhecimento que tem do local onde vai habitar (VI11).

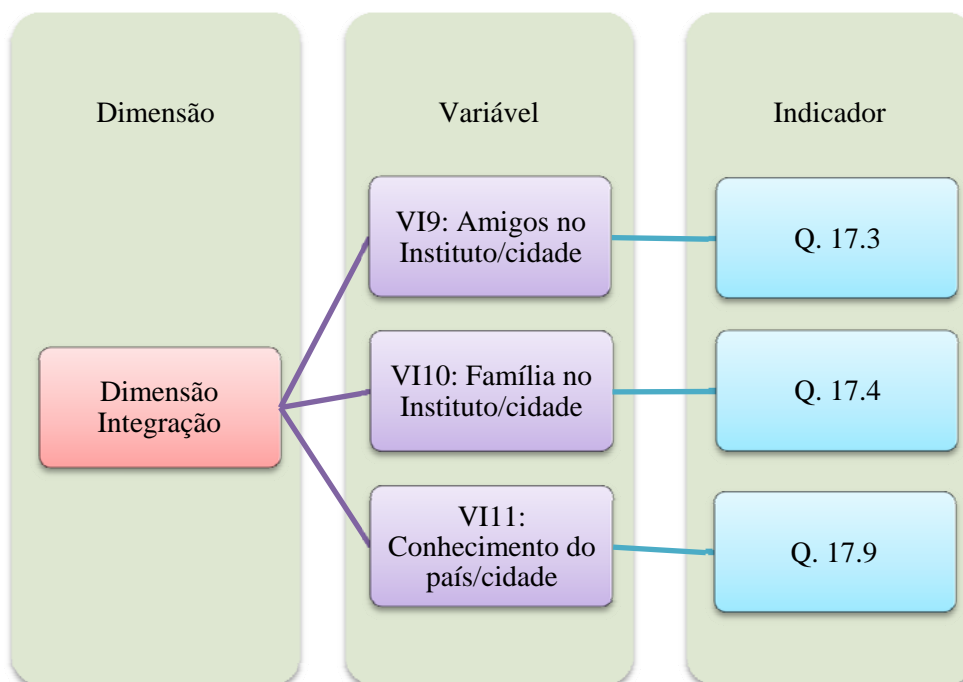


Figura 3 - Dimensão Integração

#### 6.4. O *design* da investigação

No desenvolvimento do método quantitativo, após a definição das variáveis, importa delimitar a população a estudar e definir os métodos de recolha de dados. Numa fase posterior serão identificados os métodos estatísticos que serão utilizados na análise da informação e consequente construção das conclusões.



### 6.4.1. População e Respostas Obtidas

A População que serve de base ao presente estudo abrange os alunos oriundos dos PALOP, matriculados no Ensino Superior Politécnico Português ao abrigo do Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro.

Tivemos como ano de análise o presente ano lectivo, pelo que dirigimos o Questionário a todos os alunos matriculados nos 15 Institutos Politécnicos, no ano lectivo 2009/2010, independentemente do ano curricular que frequentam.

Obtivemos 192 respostas, que correspondem a uma taxa de 13,52 % da população, distribuídas de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 3 - População e respostas aos questionários

Instituto Politécnico de:		População (no ano lectivo 2008/2009)	Nº de respostas obtidas
	Bragança	81	25
	Beja	36	15
	Cávado e Ave	16	9
	Castelo Branco	64	11
	Coimbra	172	37
	Guarda	40	13
	Leiria	148	2
	Lisboa	375	12
	Portalegre	33	9
	Porto	134	7
	Santarém	27	2
	Setúbal	150	4
	Tomar	80	35
	Viana do Castelo	16	2
	Viseu	48	9
	<b>Total</b>	<b>1420</b>	<b>192</b>

Fonte: Elaboração própria

### 6.4.2. Os métodos da recolha de dados

Para a recolha de dados o investigador dispõe de um conjunto de instrumentos que servem para medir as variáveis em estudo e recolher a forma como estas se manifestam nos

indivíduos da população em estudo. “*Os instrumentos de medida podem ser entrevistas, questionários, grelhas de observação, (...)*” (Fortin, 1999, p. 41).

Segundo Quivy (1992), o inquérito por questionário é utilizado quando se pretende analisar um fenómeno social através de informações obtidas, relativas aos indivíduos de uma população. Esta população é ao mesmo tempo constituída por um conjunto significativo de elementos (Quivy, 1992, p. 191).

Para aquele autor a entrevista utiliza-se para avaliar: a) o funcionamento de uma organização, b) o sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados e c) as interpretações que fazem das situações que serão alvo do problema em estudo (Quivy, 1992, p. 195).

No caso em estudo, por um lado, pretendemos conhecer as motivações que impelem um estudante dos PALOP a escolher o local onde irá prosseguir a sua formação superior em Portugal e de que modo o a Política de Cooperação e os apoios concedidos por cada instituição podem influenciar essa escolha. Sendo vasto e disperso o número de estudantes nestas condições, optámos por utilizar como instrumento de recolha de dados, para prosseguimento do nosso estudo, o inquérito por questionário, incluído no apêndice 1.

Por outro lado, tivemos necessidade de conhecer melhor os Serviços de Acção Social de cada Instituição, concretamente os apoios que são concedidos aos alunos dos PALOP ali colocados, bem como quais as preocupações e perspectivas que os Administradores dos SAS têm relativamente a esta matéria. Assim, realizámos, durante o mês de Maio, uma entrevista aos Administradores dos Serviços de Acção Social dos diferentes Institutos Politécnicos Portugueses, cujo guião incluimos no Apêndice 5.

#### 6.4.3. Construção do Questionário

O Questionário que nos serviu como instrumento de recolha de dados é constituído por duas partes. Numa primeira parte, foi criado um conjunto de questões que visam dar resposta às variáveis atributo. A segunda parte destina-se a conhecer o comportamento das variáveis independentes.

O questionário aplicado aos alunos pretende ser um instrumento de recolha de dados que nos possibilita tirar conclusões acerca dos pressupostos inicialmente definidos e que agora recordamos:

Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função dos apoios que lhe são concedidos.

Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função do Curso que pretendem frequentar.

Os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função das relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem.

Se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de acção social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países.

Pensamos pois que as conclusões que pudermos retirar da análise das respostas aos questionários nos permitirão encontrar a resposta à nossa questão de partida. No fundo, como vimos nos pontos anteriores, trata-se de identificar quais são os factores motivadores dos jovens na escolha da Instituição de Ensino Superior. Tentamos igualmente perceber de que forma cada Instituição poderá, no futuro, encontrar alternativas que lhe permitam, dentro das regras legalmente estabelecidas, dar uma resposta social aos alunos dos PALOP, compatível com as suas necessidades reais.

#### 6.4.4. Validade do instrumento da recolha de dados

Numa primeira fase aplicou-se o questionário aos estudantes dos PALOP matriculados no Instituto Politécnico de Portalegre, com o objectivo de verificar a clareza das questões e as possíveis dúvidas de interpretação que pudessem surgir. Durante esta fase foram reformuladas e clarificadas algumas questões, tornando-se definitivo o questionário que apresentamos no Apêndice 1.

Foi solicitada autorização para realizar o teste de validação dos Questionários ao Administrador deste Instituto, conforme Apêndices 2 e 3.

#### 6.4.5. Condições da recolha de dados

Na impossibilidade de aplicar pessoalmente o Questionário a todos os alunos, enviámos este instrumento de recolha de dados para os Serviços Académicos de cada Instituto

Politécnico que, por sua vez, o distribuíram na sua Instituição. O envio dos Questionários foi precedido de um pedido de autorização enviado ao Presidente da Instituição (Apêndice 4) e de um contacto pessoal com os respectivos Administradores.

A aplicação do questionário procedeu-se de forma directa já que foi cada um dos inquiridos que preencheu o seu questionário e não o inquiridor (Quivy, 1992, p. 190).

#### 6.4.6. Identificação e construção dos processos de medida

Segundo Tuckman, “*uma escala de medida é constituída por um conjunto de regras para quantificar ou atribuir classificações numéricas a uma determinada variável*” (Tuckman, 2005, p. 262).

Podemos identificar quatro escalas de medida, embora no presente estudo apenas se utilizem os três primeiros tipos, pois são aqueles que melhor podem aferir o comportamento das variáveis por nós identificadas. Assim, podemos distinguir a escala nominal, a escala ordinal, a escala de intervalos e a escala de razão.

Apresentamos de seguida um quadro resumo onde se explicita que características diferenciam cada um dos tipos.

Quadro 4 - Escalas de medida

Escala	Descrição
<b>Nominal</b>	Permite distribuir os sujeitos, acontecimentos ou objectos por categorias. Consiste em atribuir números sem valor numérico
<b>Ordinal</b>	Os sujeitos, acontecimentos ou objectos, são classificados segundo uma ordem de grandeza. Os números indicam a graduação e não quantidades numéricas absolutas.
<b>De intervalo</b>	Os intervalos entre os números são considerados como iguais.
<b>De razão</b>	Os números da escala representam a quantidade real da característica medida.

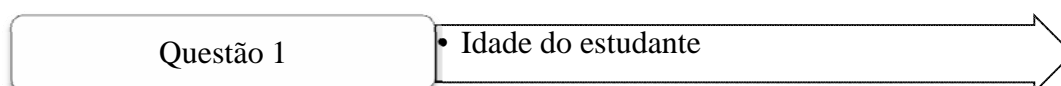
Fonte: adaptado de (Fortin, 1999, p. 223)

Tuckman apresenta uma outra classificação para a escala de intervalo, definindo-a do seguinte modo: “*Uma escala de Likert é uma escala de cinco níveis, em que cada um desses diferentes níveis é considerado de igual amplitude. É, na realidade, designada como sendo «semelhante a uma escala de intervalo»*” (Tuckman, 2005, p. 279.). É uma escala que permite a um sujeito exprimir em que medida está de acordo ou em desacordo com cada um dos enunciados propostos.

No questionário a apresentar aos alunos e com base nas definições apresentadas, identificaram-se para cada variável em estudo os códigos a atribuir bem como as questões a que cada variável está associada.

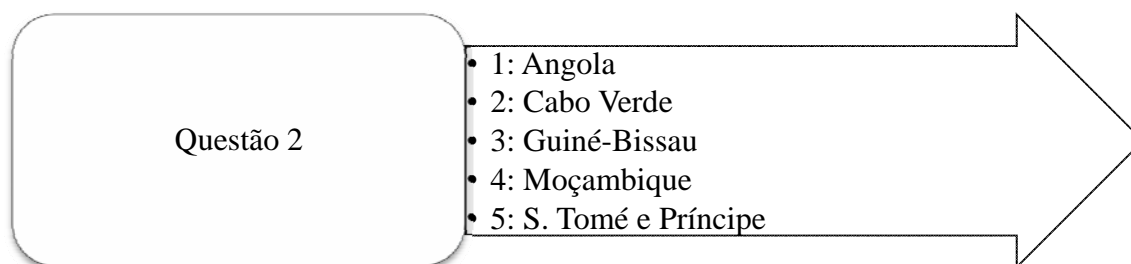
#### 6.4.6.1. Códigos atribuídos às variáveis atributo (parte I do questionário)

➤ Variável: Idade



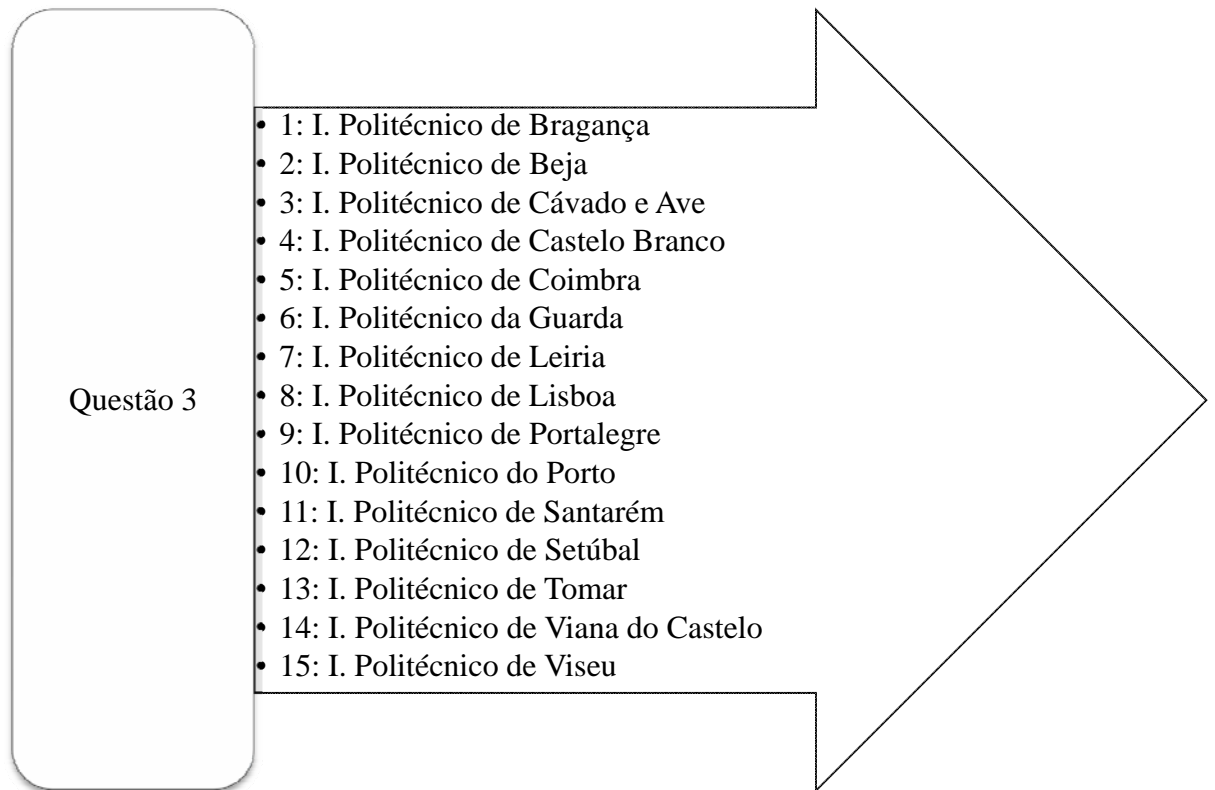
Escala Ordinal

➤ Variável: País de origem



Escala Nominal com 5 categorias

- Variável: Instituto Politécnico que o estudante frequenta



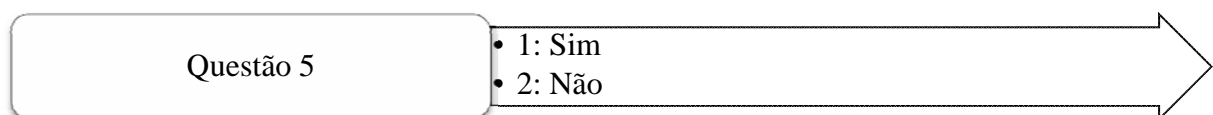
Escala Nominal com 15 categorias

➤ Variável: Curso que o estudante frequenta



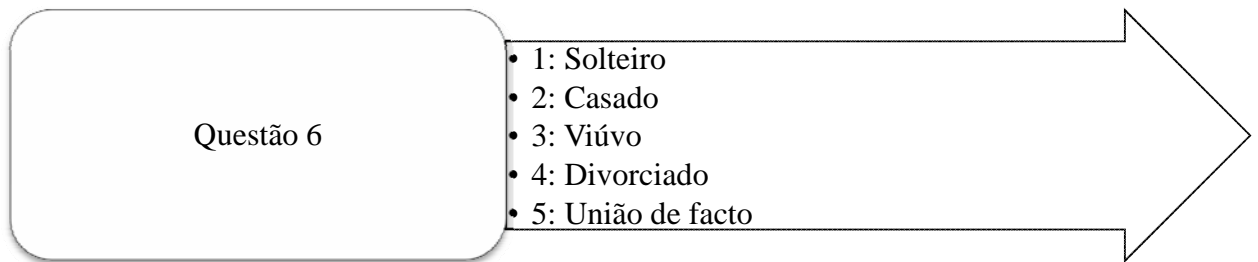
Escala Nominal com 15 categorias

➤ Variável: Sexo



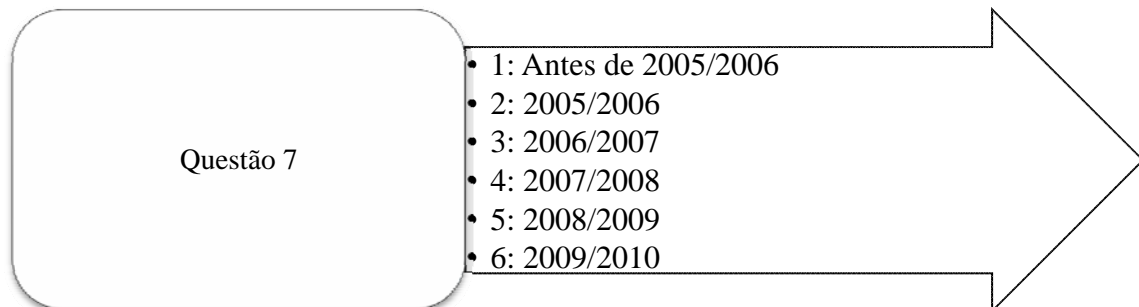
Escala Nominal com duas categorias

➤ Variável: Estado Civil



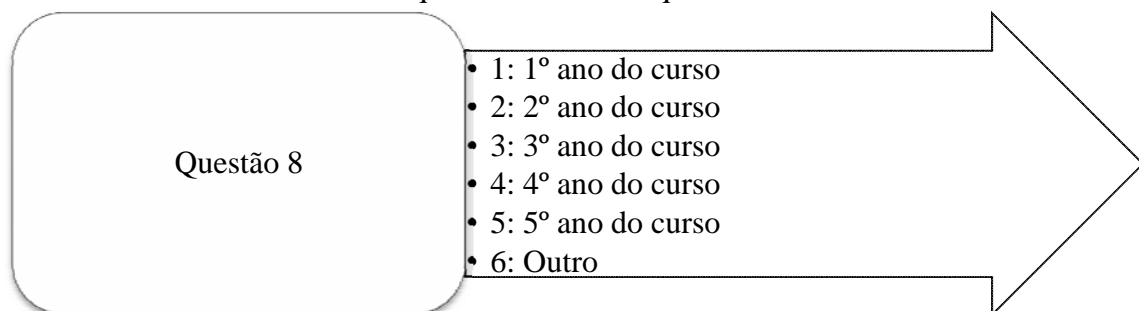
Escala Nominal com cinco categorias

➤ Variável: Ano de Ingresso no Ensino Superior Politécnico



Escala Ordinal com seis categorias

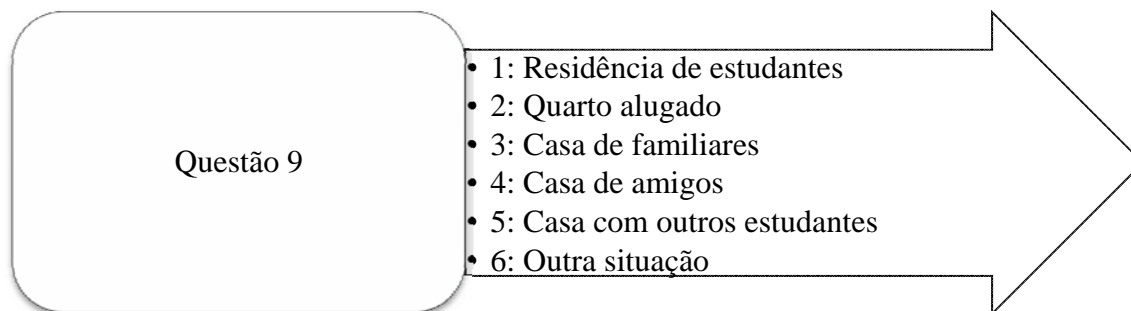
➤ Variável: Ano curricular que o estudante frequenta em 2009/2010



Escala Ordinal com seis categorias

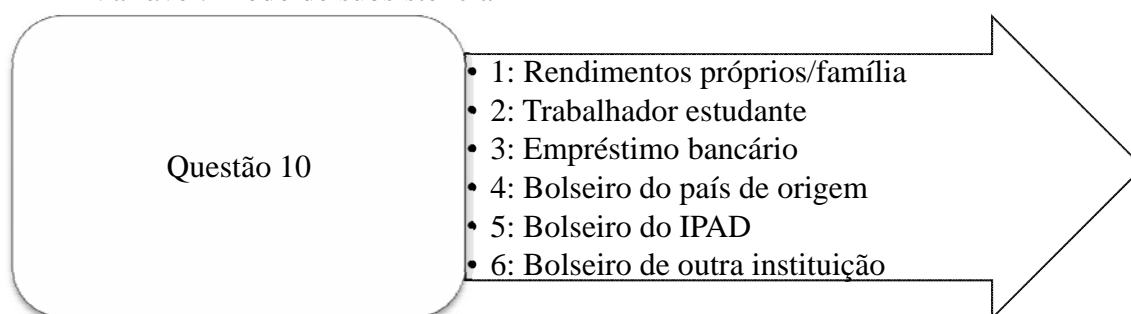


➤ Variável: tipo de habitação



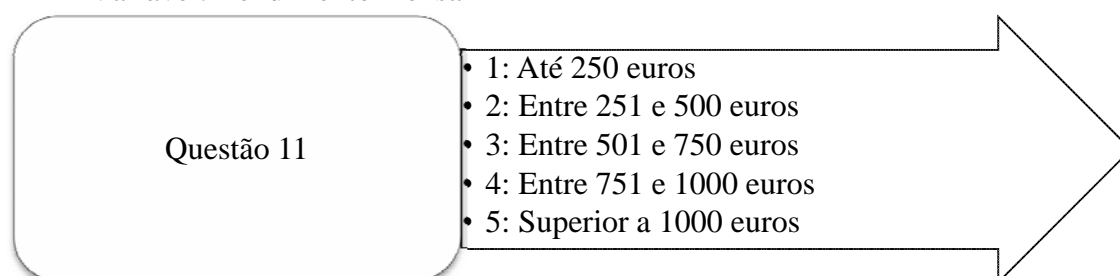
Escala Nominal com seis categorias

➤ Variável: Modo de subsistência



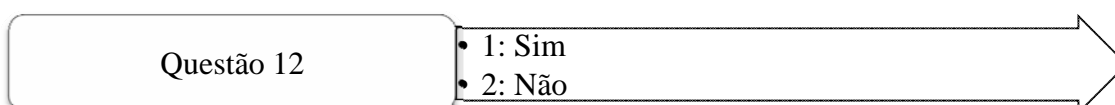
Escala Nominal com seis categorias

➤ Variável: Rendimento mensal



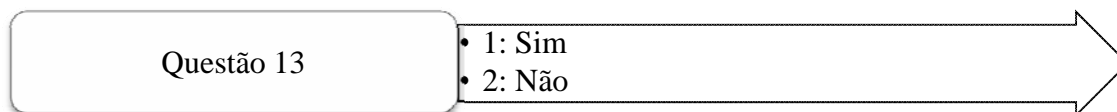
Escala de intervalos com cinco categorias

➤ Variável: Conhecimento dos Serviços de Acção Social



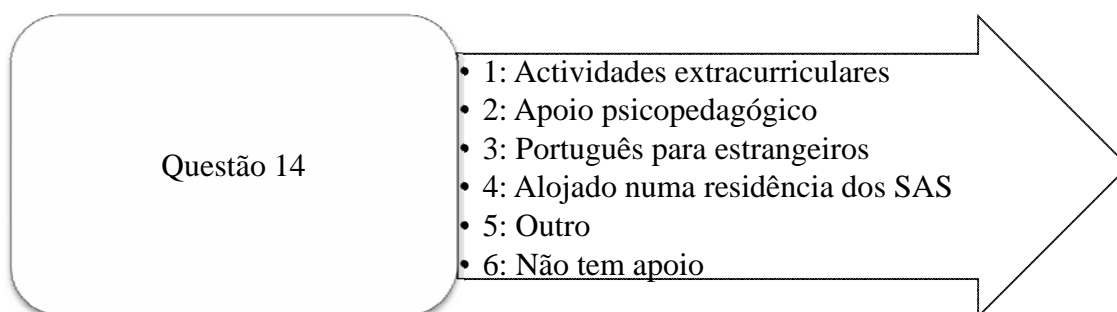
Escala Nominal com duas categorias

➤ Variável: Tem Apoios



Escala Nominal com duas categorias

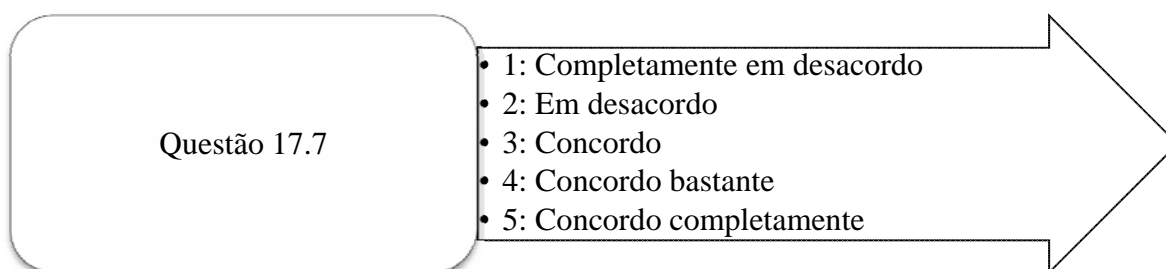
➤ Variável: Apoios de que é beneficiário



Escala Nominal com cinco categorias

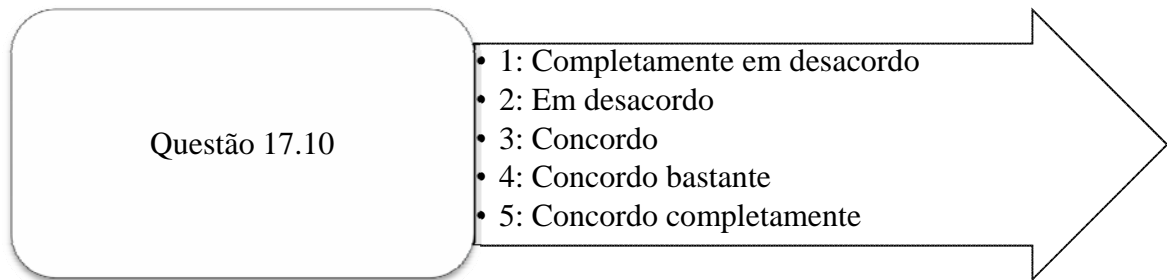
#### 6.4.6.2. Códigos atribuídos às variáveis independentes (parte II do questionário)

➤ Variável: Apoios sociais concedidos pelos Institutos Politécnicos



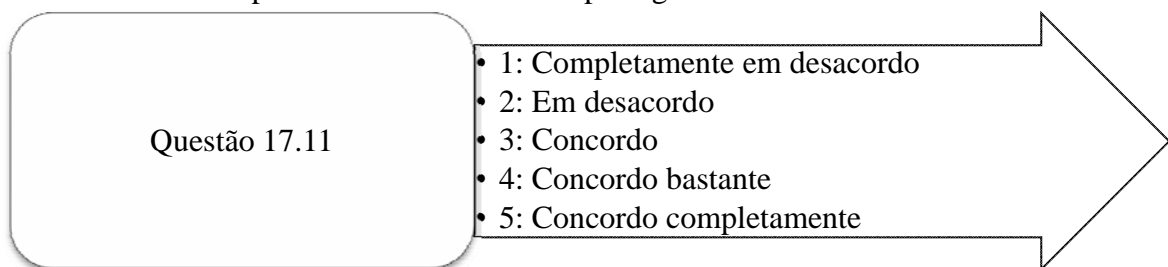
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Apoios sociais do país de origem



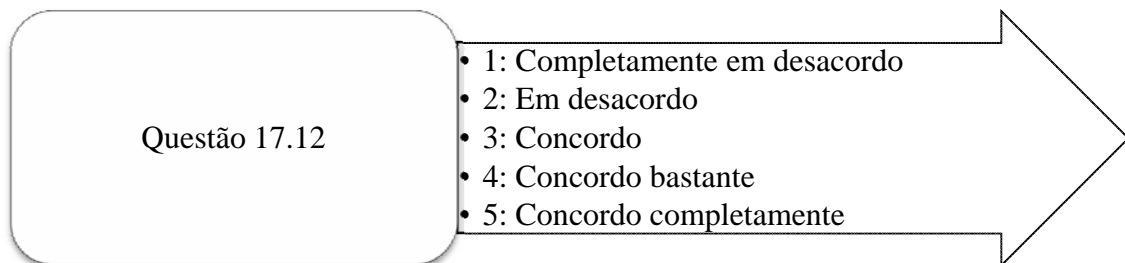
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Apoios sociais do Governo português



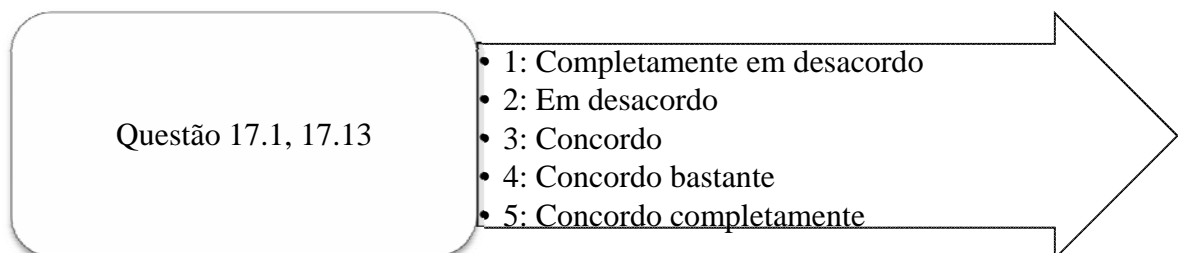
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Dependência de um emprego



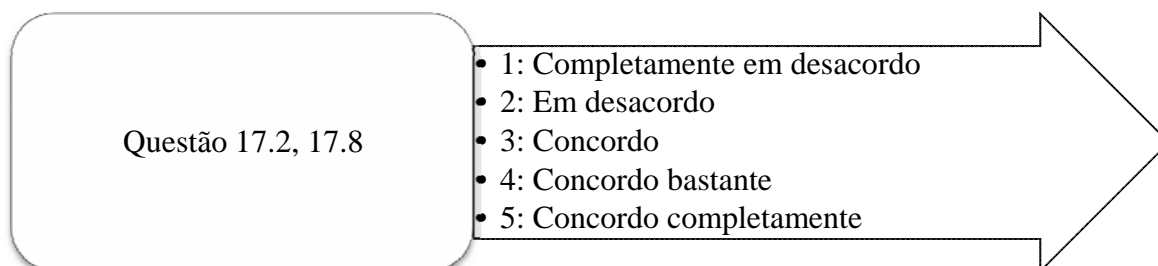
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Diferenças entre Cursos



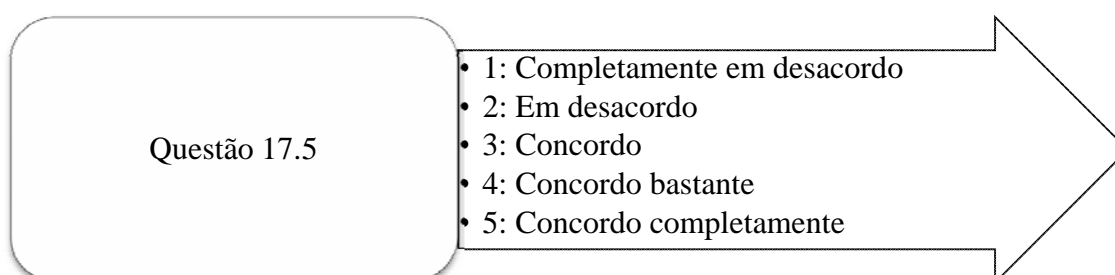
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Qualidade do Instituto



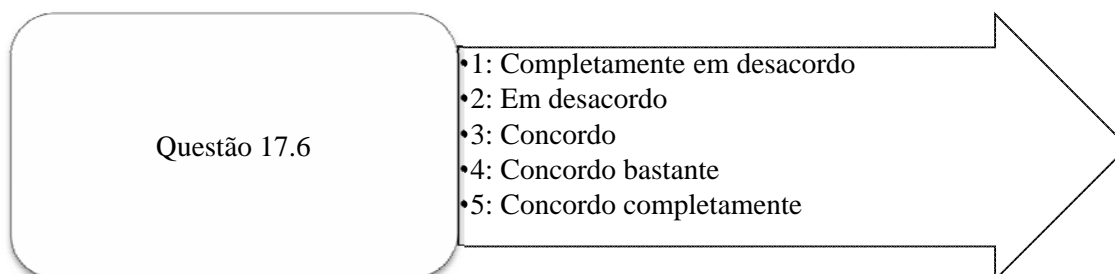
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Perspectiva de emprego



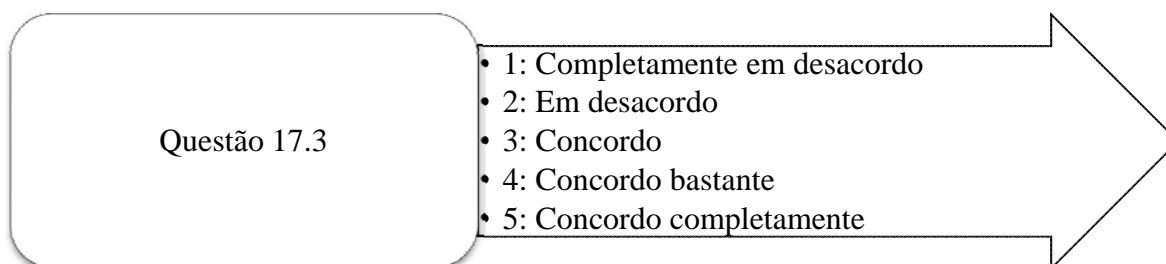
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Necessidades do país



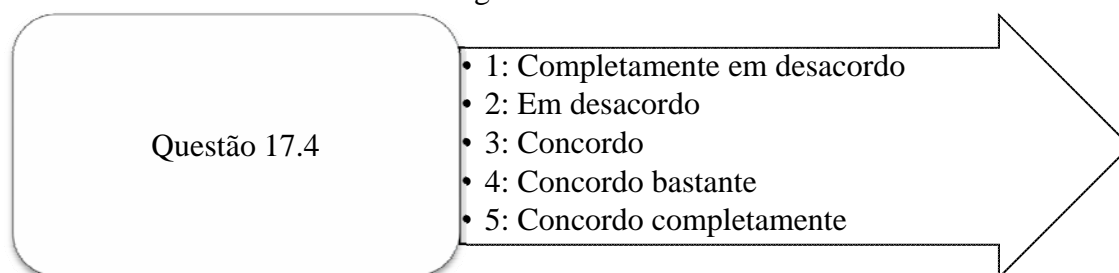
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Conhecimentos com outros estudantes em Portugal



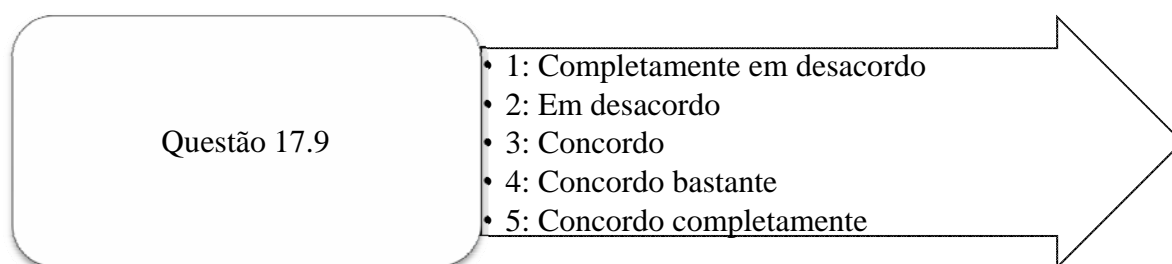
Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Familiares em Portugal



Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

➤ Variável: Conhecimento do País/cidade



Escala de Likert (ou intervalos com cinco categorias)

#### 6.4.7. O método de análise

A análise de dados é “*o conjunto de métodos estatísticos que permitem visualizar, classificar, descrever e interpretar os dados colhidos junto dos sujeitos*” (Fortin, 1999, p. 364).

No presente estudo os dados referentes aos questionários foram tratados com recurso ao programa de tratamento estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), na versão 18.0, cujos *outputs* incluímos no apêndice 6.

Utilizámos diversas técnicas referentes à estatística descritiva, nomeadamente, tabelas de frequências absolutas, relativas e acumuladas, cálculo da média aritmética e moda, bem como a representação gráfica e tabelas cruzadas.

Na análise das entrevistas utilizámos a análise de conteúdo, que segundo Fortin se trata de (...) “*identificar um conjunto de características essenciais à significação ou à definição de um conceito*” (Fortin, 1999, p. 364).

## **Capítulo 7**

### **Análise dos Resultados**

## 7. Análise dos Resultados

O presente capítulo descreve os resultados obtidos através dos dois instrumentos de recolha de dados seleccionados. Iniciamos este ponto do nosso trabalho com a apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas aos Administradores dos Serviços de Acção Social, expondo de seguida as respostas aos Questionários dirigidos aos estudantes dos PALOP.

### 7.1. Alternativas de cooperação entre os Institutos Politécnicos e os PALOP: análise das Entrevistas

Pela avaliação das entrevistas realizadas aos Administradores dos Serviços de Acção Social registamos que, de um modo geral, os Institutos Politécnicos disponibilizam aos seus alunos os apoios sociais previstos no Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de Abril, diploma que estabelece as bases do sistema de acção social no âmbito das instituições de Ensino Superior. Materializam assim a sua acção disponibilizando aos alunos diversos apoios classificados naquele Diploma como apoios directos e apoios indirectos.

#### 1. Apoios directos

No que respeita aos apoios directos, todos os Institutos Politécnicos asseguram a concessão de bolsas de estudo e auxílios de emergência, de acordo com as regras legalmente estabelecidas.

#### 2. Apoios indirectos

##### ❖ Saúde

Estabelecendo Protocolos com as Instituições de saúde da região, ou através da criação de gabinetes com gestão autónoma, os Serviços de Acção Social prestam cuidados de saúde a preços controlados e numa relação de grande proximidade com os estudantes.

Dependendo da dimensão e recursos de cada Politécnico, são disponibilizados aos alunos cuidados de saúde e consultas principalmente nas áreas da clínica geral, planeamento familiar, nutrição, psicologia clínica e apoio psicopedagógico. Esta última especialidade é, na esmagadora maioria dos casos, assumida com recurso a Psicólogos da Instituição.

❖ Actividades desportivas e culturais

A actividade desportiva é também uma preocupação de todos os Institutos.

Nalguns casos este apoio assume uma dimensão importante em termos de modalidades oferecidas aos estudantes, seja com gestão autónoma dos SAS, seja pelo estabelecimento de protocolos com ginásios e associações desportivas da região. Noutros casos, os Serviços de Acção Social limitam a sua acção à manutenção de estruturas ou equipamentos que promovam a prática desportiva e à concessão de apoio financeiro às Associações de Estudantes que se ocupam, estas últimas, do desenvolvimento de diversas acções desportivas e culturais.

❖ Alimentação e alojamento

É preocupação de todos os Politécnicos a disponibilização de serviços de alimentação e alojamento com preços reduzidos, sendo o seu valor máximo estabelecido pelo MCTES.

Assim, através de concessão a entidades externas ou com recurso a gestão própria, os SAS de cada Instituto disponibilizam aos seus estudantes refeições em cantinas e bares, a preços sociais.

Com excepção do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, também o serviço de alojamento em residências é disponibilizado aos estudantes de cada Instituição. Criadas com a finalidade principal de acolher estudantes bolseiros, nalguns Institutos aquelas estruturas acolhem ainda estudantes não bolseiros, desde que a oferta consiga satisfazer as necessidades dos estudantes mais carenciados.

Em suma, não existe uma política diferenciadora em termos de apoios sociais concedidos aos estudantes, estando as diferenças observadas entre os diversos Institutos limitadas à menor ou maior oferta de especialidades médicas ou modalidades desportivas. Estas diferenças resultam da dimensão e recursos de cada Instituição.



Ressalvamos os casos do IP de Leiria e do IP de Coimbra. O primeiro pela disponibilização de serviços de creche a filhos de estudantes e colaboradores do Instituto e o segundo pela prestação de Serviços de Apoio às Saídas Profissionais dos estudantes.

Com excepção da concessão de bolsas de estudo, todos os apoios anteriormente referidos estão acessíveis, nas mesmas condições, aos estudantes oriundos dos PALOP.

No que se refere ao alojamento em residências, o apoio concedido aos estudantes dos PALOP é entendido de forma diferente, nas diversas Instituições.

Presenciamos casos em que os estudantes oriundos daqueles países são acolhidos nas residências dos SAS beneficiando das mesmas condições e preços que os estudantes bolseiros nacionais<sup>25</sup>. Nalguns Institutos, porque a procura de alojamento por parte dos bolseiros portugueses esgota toda a oferta, nem sempre é possível acolher os alunos dos PALOP naquelas estruturas. Porém, quando existem vagas disponíveis, os estudantes dos PALOP têm acesso às residências de estudantes dos SAS, estando, no entanto, sujeitos ao pagamento de alojamento de acordo com a tabela de preços estabelecida para os estudantes não bolseiros<sup>26</sup>.

A generalidade dos Serviços de Acção Social não reservam vagas nas residências de estudantes para alunos oriundos dos PALOP. Existem, no entanto, algumas excepções, nomeadamente nos Institutos Politécnicos de Portalegre, Coimbra e Leiria, em resultado de Protocolos firmados com Instituições daqueles países, ou com a Fundação Calouste Gulbenkian, no caso do Instituto Politécnico de Portalegre.

Registámos, porém, uma preocupação geral, manifestada pelos responsáveis dos SAS dos diversos Institutos, no que se refere às dificuldades financeiras sentidas por aqueles estudantes. Assim, na medida das disponibilidades de cada Instituição, são concedidas algumas vantagens àqueles jovens, nomeadamente o acesso às residências nos períodos de férias escolares. Uma outra vantagem consiste na prioridade, face aos não bolseiros nacionais, no alojamento em residências, ainda que sujeitos ao pagamento previsto para não bolseiros.

Os Institutos Politécnicos de Bragança, Guarda, Leiria e Viseu, estabelecem protocolos de cooperação com Instituições de Ensino Superior e Municípios dos PALOP a vários níveis. Registamos, designadamente, os domínios *“científicos, culturais e técnicos com vista à promoção da investigação, ao reforço das capacidades de intervenção científica, cultural e técnica e à formação de quadros”*, o *“Intercâmbio de docentes, investigadores e alunos”*, a *“participação na orientação de dissertações e em júris de mestrado e*

---

<sup>25</sup> Instituto Politécnico de Coimbra, Leiria, Lisboa e Portalegre.

<sup>26</sup> Instituto Politécnico de Castelo Branco, Guarda, Santarém e Setúbal.

*doutoramento e das provas públicas de cursos de pós-graduações” e a “realização conjunta e colaboração no âmbito de cursos de pós-graduação, acções de formação e seminários”<sup>27</sup>.*

Os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Leiria estabelecem protocolos com diversos Municípios dos PALOP. Ao abrigo destes acordos concedem aos estudantes oriundos daqueles Municípios a reserva de vagas nas residências e a possibilidade de isenção do pagamento da propina em consequência do aproveitamento escolar obtido. É concedida ainda a possibilidade de o estudante ser apoiado financeiramente para pagamento das despesas de alojamento e alimentação.

Pelas entrevistas realizadas, tomámos conhecimento de situações em que, a troco do desenvolvimento de tarefas simples nos Serviços de Acção Social, aquele organismo concede aos estudantes beneficiários algum apoio no alojamento e alimentação, de modo gratuito ou a preços reduzidos. Estas tarefas consistem na venda de senhas de refeição, actividades de recepção e vigilância das instalações ou tarefas administrativas simples. Tratam-se contudo de situações pontuais e executadas apenas em casos extraordinários.

## 7.2. Perfil do aluno dos PALOP no Ensino Superior Politécnico: análise dos questionários

### ❖ Idade

Da análise dos resultados dos Questionários, constatamos que os alunos dos PALOP que frequentam o Ensino Superior Politécnico têm idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, sendo a média de idades de 23 anos.

### ❖ Género e estado civil

Quanto ao género, 57,3% dos elementos são do sexo feminino e 42,7% do sexo masculino, tratando-se, na sua maioria (94,3%), de jovens solteiros.

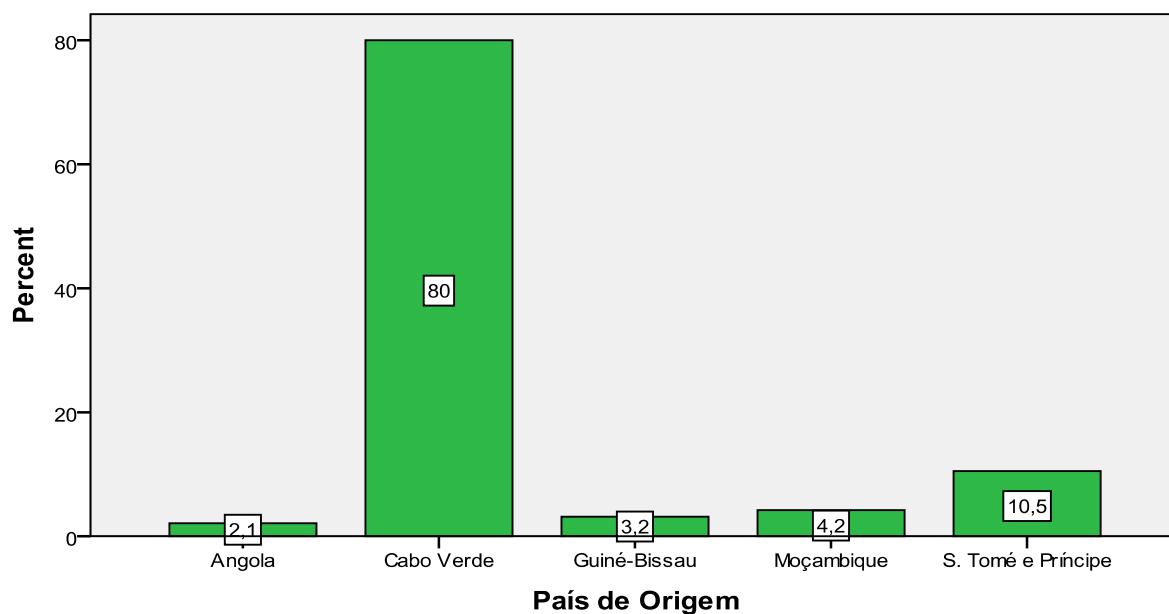
---

<sup>27</sup> Extractos das entrevistas aos Administradores dos Institutos Politécnicos de Bragança, Guarda, e Viseu.

## ❖ País de origem

São maioritariamente oriundos de Cabo Verde, registando aquele país 80 % das respostas obtidas. O segundo país com maior número de respostas é São Tomé e Príncipe, sendo Angola aquele que apresenta menor número de alunos, o que se traduz em 10,5% e 2,1% das respostas, respectivamente.

Gráfico 36 - Distribuição das respostas por país de origem



Fonte: Elaboração própria

## ❖ Ano curricular que frequentam

No ano lectivo 2009/2010, 90,6% dos estudantes estão matriculados no 1º, 2º e 3º anos do curso, sendo mais frequente (74) o número de respostas de alunos que frequentam o 3º ano do Curso.

## ❖ Ano de Ingresso no Ensino Superior

Verificamos que, até ao ano lectivo 2006/2007, 51,3% dos alunos inquiridos ingressaram no Ensino Superior Politécnico português. Comparando com a distribuição por ano curricular, podemos concluir que uma parte significativa destes alunos (56,7%) é composta por estudantes que reprovaram pelo menos um ano. Comparando com a média nacional, estes alunos apresentam uma taxa de sucesso que ronda os 43%, percentagem muito inferior à verificada no global do sistema de ensino superior português<sup>28</sup>.

Quadro 5 - Índice de sucesso escolar no Ensino Superior Português

Tipo de ensino	Índice de Sucesso escolar 2002-2003	Índice de Sucesso escolar 2003-2004	Índice de Sucesso escolar 2004-2005	Índice de Sucesso escolar 2005-2006
<b>ENSINO SUPERIOR PÚBLICO</b>	0,594	0,631	0,648	0,646
Ensino universitário	0,635	0,665	0,671	0,674
Ensino Politécnico	0,540	0,588	0,619	0,609
<b>ENSINO SUPERIOR NÃO PÚBLICO</b>		0,689	0,681	0,712
Ensino universitário		0,651	0,649	0,676
Ensino Politécnico		0,777	0,748	0,780
<b>TOTAL</b>		0,649	0,658	0,667

Fonte: GPEARl (3), p. 11

<sup>28</sup> De acordo com a evolução do indicador de sucesso podemos concluir que actualmente aquele valor se situará próximo dos 70%.

Quadro 6 - Relação entre o ano de ingresso no ensino superior e o ano curricular

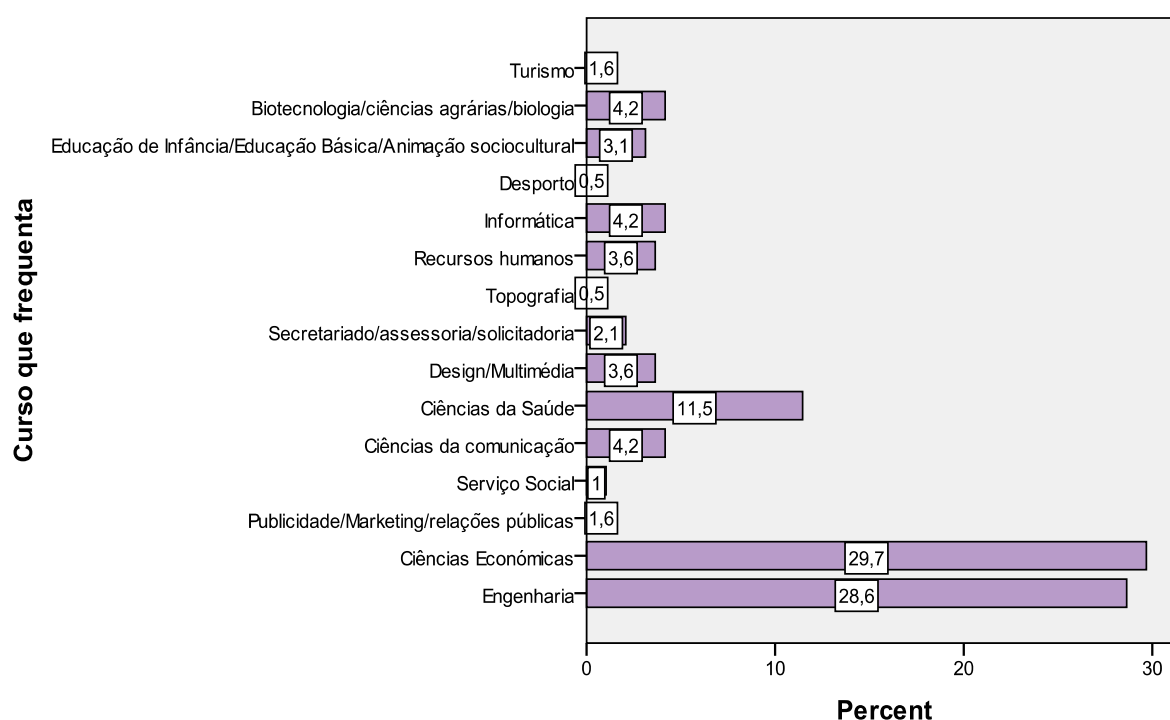
			Ano curricular						Total
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	outro	
Ano de Ingresso no Ensino Superior	antes de 2005/2006	Count	3	6	16	5	1	6	37
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	8,1%	16,2%	43,2%	13,5%	2,7%	16,2%	100,0%
		% within Ano curricular	6,0%	12,2%	22,9%	45,5%	100,0%	100,0%	19,8%
	2005/2006	Count	0	5	20	3	0	0	28
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	,0%	17,9%	71,4%	10,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	,0%	10,2%	28,6%	27,3%	,0%	,0%	15,0%
	2006/2007	Count	2	4	22	3	0	0	31
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	6,5%	12,9%	71,0%	9,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	8,2%	31,4%	27,3%	,0%	,0%	16,6%
	2007/2008	Count	2	6	12	0	0	0	20
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	10,0%	30,0%	60,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	12,2%	17,1%	,0%	,0%	,0%	10,7%
	2008/2009	Count	5	28	0	0	0	0	33
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	15,2%	84,8%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	10,0%	57,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	17,6%
	2009/2010	Count	38	0	0	0	0	0	38
		% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	76,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,3%
Total	Count	50	49	70	11	1	6	187	
	% within Ano de Ingresso no Ensino Superior	26,7%	26,2%	37,4%	5,9%	,5%	3,2%	100,0%	
	% within Ano curricular	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

## ❖ Formação escolhida

Quanto ao tipo de formação escolhida pelos estudantes, verificamos que são os cursos da área das Ciências Económicas, Engenharia e Ciências da Saúde, que detêm a preferência dos estudantes, registando uma percentagem de respostas de 29,7 %, 28,6% e 11,5%, respectivamente. As áreas que acolhem menos estudantes são o Desporto e a Topografia, com apenas 0,5 % das respostas.

Gráfico 37 - Área de formação escolhida pelos estudantes



Fonte: Elaboração própria

## ❖ Instituto Politécnico que frequentam

Dos inquiridos, 19,3% estudam no Instituto Politécnico de Coimbra e 18,2% no Instituto Politécnico de Tomar. Os Institutos onde obtivemos um menor número de respostas foram Leiria, Santarém e Viana do Castelo, com 1,0%.

❖ Residência em Portugal

Verificamos que a generalidade dos alunos não recorre a casa de familiares ou amigos para assegurar a sua residência em Portugal. A solução mais frequente, registando 66 respostas, é a partilha de casa com outros estudantes. 26,2% dos alunos vivem num quarto alugado, enquanto que apenas 25,1% estão alojados numa residência de estudantes.

❖ Rendimento mensal

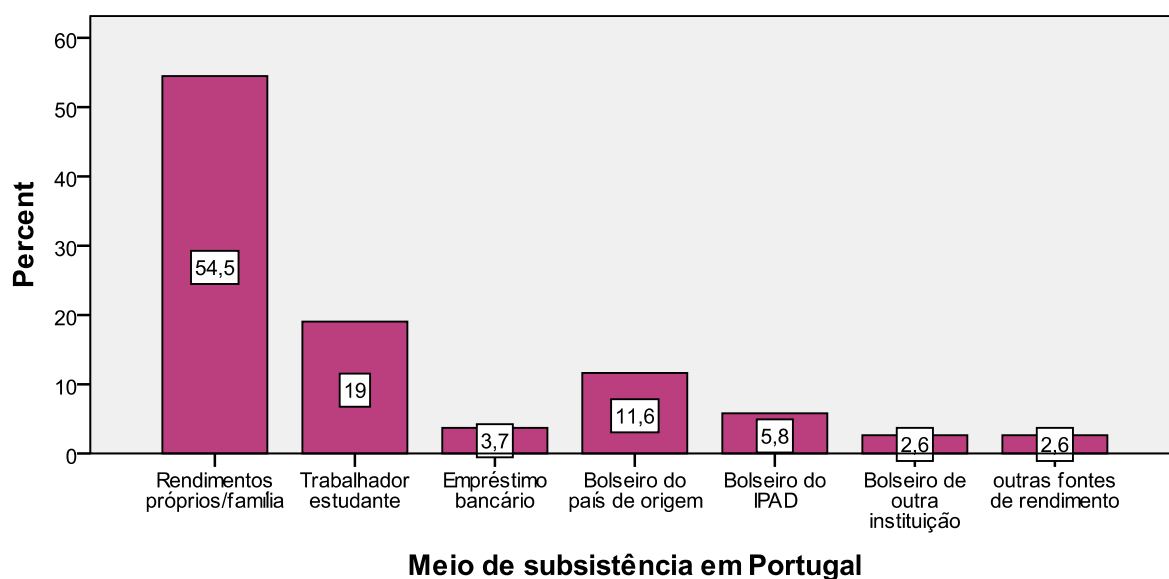
São jovens que vivem em Portugal com algumas carências a nível económico. A maioria dos alunos (94,3%) sobrevive com um rendimento mensal até 500€, sendo que 46% não ultrapassa os 250€

❖ Meio de subsistência em Portugal

Embora o Regime Especial pelo qual os estudantes oriundos dos PALOP ingressam no Ensino Superior Português exija que estes alunos sejam beneficiários de uma bolsa de estudo, verificamos que esta condição nem sempre é observada. Na verdade, mais de 50% dos inquiridos permanece em Portugal com o apoio financeiro da família. 19% dos alunos são trabalhadores estudantes e apenas 20% são bolseiros. A percentagem de bolseiros do IPAD representa 5,8% dos inquiridos.

O reduzido número de alunos beneficiário de bolsa de estudo poderá, em larga medida, ser consequência das reprovações registadas, pois é condição para manutenção da bolsa de estudo que o aluno tenha aproveitamento escolar.

Gráfico 38 - Meio de subsistência em Portugal



Fonte: Elaboração própria

#### ❖ Apoio do Instituto

Dos inquiridos, 70,2% conhecem os Serviços de Acção Social do Politécnico. No entanto, 77,5% afirmam não ter qualquer tipo de apoio.

Embora 25,1% dos alunos oriundos dos PALOP vivam numa residência de estudantes, apenas 12,6% referem esta modalidade de alojamento como um apoio concedido pelos SAS. Trata-se, pois, de uma fragilidade do sistema social de apoio aos alunos, na medida em que os estudantes não identificam a disponibilidade de alojamento em residência como uma ajuda dos SAS, o que revela desconhecimento daquela estrutura e dos eventuais apoios que lhes podem ser concedidos.

Os Politécnicos que registam um maior número de estudantes alojados em residências são o Politécnico da Guarda, o Politécnico de Portalegre e o Politécnico de Beja. A percentagem de alunos dos PALOP alojados em residências é de 61,5%, no IP da Guarda, de 55,6% no IP de Portalegre e de 53,3% no IP de Beja. Constatamos, assim, que os três Institutos onde predomina a modalidade de alojamento em residência se encontram no interior do País.



Em suma, podemos concluir que o perfil mais frequente do aluno oriundo dos PALOP, matriculado no Ensino Superior Politécnico Português, tem em média 23 anos e é de nacionalidade cabo-verdiana. Subsiste em Portugal com um rendimento de 250€, cuja fonte é o próprio agregado familiar. Vive em casa com outros estudantes e frequenta os cursos da área das Ciências Económicas. Conhece os Serviços de Acção Social do Instituto, mas não tem apoio daquela estrutura.

### 7.3. Variáveis do processo de decisão do estudante relativamente à escolha do IP

Para além da definição do perfil do aluno oriundo dos PALOP que estuda no Ensino Superior Politécnico português, a análise dos Questionários permite-nos conhecer quais as variáveis envolvidas no processo de decisão do Instituto em que estes alunos pretendem estudar.

Assim, apresentamos de seguida o estudo dos Questionário segundo duas perspectivas, definidas na metodologia. Descrevemos num primeiro ponto a análise dos quatro pressupostos da investigação e num segundo ponto, a confirmação dos resultados através da verificação das três dimensões agregadoras das variáveis independentes.

#### 7.3.1. Análise dos pressupostos

Orientámos a nossa investigação segundo quatro linhas distintas, baseadas nos quatro pressupostos que definimos como possíveis explicações para a questão à qual procuramos dar resposta – Em que medida as diversas formas de concretizar a Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP, materializadas pelos diferentes Institutos Politécnico Portugueses, influenciam os estudantes na escolha da instituição em que pretendente estudar?

Assim, no presente ponto iremos ocupar-nos da análise das respostas aos questionários tendo como objectivo a confirmação ou rejeição dos pressupostos definidos:

Primeiro pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função dos apoios que lhe são concedidos.

Segundo pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função do Curso que pretendem frequentar.

Terceiro pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função das relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem.

Quarto pressuposto: se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de acção social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países.

Para conhecer as variáveis que estão envolvidas no processo de decisão do estudante relativamente à Instituição de Ensino Superior em que pretende estudar, apresentámos aos inquiridos um conjunto de afirmações que, em nosso entender, poderiam constituir uma resposta à questão: «Porque veio estudar para este Instituto?»

Para cada afirmação o estudante deveria assinalar qual o grau de concordância com a resposta apresentada, segundo uma escala com cinco níveis, que se situava entre a opção «completamente em desacordo» até à opção «concordo completamente».

Apresentamos de seguida (Quadro7) o resumo das respostas obtidas, assinalando para cada proposição a opção que registou um maior número de respostas e a correspondente percentagem.

Quadro 7 - Resumo das respostas à questão 17 do questionário

Vim estudar para este Instituto porque...	Completamente em desacordo	Em desacordo	Concordo	Concordo bastante	Concordo completamente
Tem o curso que desejo			38,20%		
Me proporciona uma formação de qualidade			51,90%		
Tenho amigos no Instituto e/ou na cidade			34,60%		
Tenho família no Instituto e/ou na cidade	61,00%				
Com este curso tenho melhores perspectivas de emprego			47,30%		
No meu país precisam de pessoas com esta qualificação					42,90%
Aqui dão mais apoio aos estudantes estrangeiros		43,10%			
Os meus amigos me deram boas informações			38,80%		
Já conhecia a cidade	63,30%				
Só consegui bolsa de estudo no meu país para este curso	65,00%				
Só consegui bolsa de estudo no IPAD para este curso	77,70%				
Nesta cidade é mais fácil encontrar um emprego que me permita continuar a estudar	54,00%				
No meu país não há este curso	34,80%				

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que as opções que obtêm uma maior percentagem de respostas concordantes são aquelas que se relacionam com a tipologia do curso, qualidade da formação e perspectivas de emprego no futuro. As opções que registam um menor grau de concordância, por parte dos inquiridos, têm a ver com a possibilidade de obtenção de uma bolsa de estudo. Registamos ainda que 43,1% dos alunos afirmam que não foi a possibilidade de obtenção de apoios sociais no Instituto que os fez optar pela Instituição em que se encontram.

Passemos, pois à análise dos quatro pressupostos da investigação.

1. Primeiro pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função dos apoios que lhe são concedidos.

Pela análise das respostas aos questionários verificamos que dos estudantes inquiridos 83,8% afirmam não ter qualquer apoio do Instituto Politécnico.

Apesar de maioritariamente (72,8%) não estarem satisfeitos com os apoios que lhes são concedidos, somente 17,8% revelam, por essa razão, intenção de mudar de Instituto.

Ainda que 91,4% dos inquiridos afirme que dá importância ao apoio concedido pelo Instituto para a sua integração, apenas 16% apontam como razão para escolher a Instituição portuguesa onde pretendem estudar os apoios sociais de que possam ali beneficiar.

Pese embora 26,3% dos inquiridos apontarem como indispensável para a sua integração o apoio social do Instituto, podemos concluir que *não é esse apoio a razão fundamental que os faz optar por uma Instituição de Ensino Superior em detrimento de outra.*

2. Segundo pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função do Curso que pretendem frequentar.

Apurámos na análise dos questionários que, dos inquiridos, 98,4% atribuem importância ao gosto pelo curso que frequentam como condição necessária para a sua integração no Ensino Superior.

Relegam para um plano inferior a opção pelo curso tomada em função possibilidade de obtenção de uma bolsa de estudo. Na verdade, registámos apenas 16,1% das respostas que fazem variar a escolha do curso em função da bolsa de estudo do país de origem e 4,6% em função da bolsa de estudo do IPAD.

As respostas obtidas revelam, numa percentagem muito significativa (95,8%) que os estudantes escolhem o curso em função das necessidades do seu país de origem. 42,8% dos inquiridos afirmam que escolhem este Instituto porque não existe a formação pretendida no seu país, e 85,8% escolhem o Instituto porque tem o curso que pretendem.

Do total de respostas válidas, 93% dos estudantes consideram que a formação escolhida lhes proporcionará melhores perspectivas de emprego.

Assim podemos concluir que *o curso e a perspectiva futura de emprego são factores com grande importância no momento de decidir em que Instituição de Ensino Superior em que o aluno dos PALOP pretende estudar.*

3. Terceiro pressuposto: os estudantes dos PALOP escolhem o Instituto Politécnico em que querem estudar em função das relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem.

As respostas os questionários mostram que 63,8% dos inquiridos escolhem o Instituto porque têm amigos na Instituição ou na cidades e 16,5% porque ali têm família.

Embora 77,9% dos inquiridos atribuam importância ao gosto por Portugal como condição para sua integração, 83,5% declaram que a razão para escolha do Instituto que frequentam não foi o conhecimento da cidade.

As informações positivas obtidas acerca do Instituto pesaram na escolha do Instituto em 51,6% das situações (apêndice 6, p. XXVIII).

Face aos dados obtidos nas respostas às questões 17.3, 17.4 e 17.9 podemos concluir que *as relações de proximidade entre Portugal e o seu país de origem dos jovens oriundos dos PALOP têm algum peso no momento da decisão por uma ou outra Instituição de Ensino Superior, embora não seja esse o factor determinante.*

4. Quarto pressuposto: se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de acção social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países.

São muito reduzidas as percentagens de alunos que fazem depender a sua frequência em determinado Instituto Politécnico dos apoios sociais que ali são concedidos. Por um lado, registamos que apenas 28% dos inquiridos revelam intenção em mudar de Instituto, na

perspectiva de encontrar noutra Instituição melhores apoios. Por outro lado, apenas 15,6% apontam como escolha do Instituto o facto de ali concederem mais apoios aos estudantes estrangeiros.

Da análise feita às entrevistas aos Administradores dos diversos Serviços de Acção Social dos Institutos Politécnicos concluímos que não existe uma Política diferenciadora entre aquelas Instituições.

Assim, estas constatações não nos permitem tirar conclusões acerca do quarto pressuposto. Isto é, não podemos confirmar a veracidade da preposição «Se os Institutos Politécnicos desenvolverem medidas de Acção Social direccionadas aos estudantes dos PALOP conseguirão captar mais alunos oriundos daqueles países», pois consideramos que os dados de que dispomos não nos permitem concluir num ou noutro sentido.

Será pois um assunto que poderá ser alvo de estudos posteriores, desde que seja possível identificar situações diferenciadoras de Apoios Sociais entre os diversos Institutos Politécnicos.

### 7.3.2. Análise das dimensões

De modo a confirmar as conclusões anteriormente expostas, apresentamos de seguida a avaliação do comportamento da variável dependente – a motivação na escolha da Instituição de Ensino Superior – segundo as três dimensões definidas no ponto 6.3. Pretendemos, pois, analisar de que modo a motivação do estudante em escolher determinada Instituição de Ensino superior varia em função das variáveis independentes agrupadas segundo a Dimensão Económica (DE), a Dimensão Carreira (DC) e a Dimensão Integração (DI).

A análise será realizada em cada dimensão calculando a média das médias obtidas em cada variável independente. Apresentaremos igualmente a distribuição de frequências de cada dimensão, sendo esta o resultado do somatório de todas as respostas das variáveis independentes que a compõem.

#### 1. Dimensão económica

Segundo a dimensão económica, a principal preocupação do estudante, enquanto residente num país estrangeiro, quando tem que decidir qual a Instituição de Ensino Superior

em que pretende estudar é a de assegurar os meios com os quais poderá subsistir e fazer face às suas necessidades. Assim, consideraremos nesta dimensão as variáveis VI1, VI2, VI3 e VI4 que representam, respectivamente, os apoios sociais do Instituto, a possibilidade de obtenção de uma bolsa de estudo no seu país, a possibilidade de obtenção de uma bolsa de estudo em Portugal e a possibilidade de encontrar naquele local um emprego que lhe permita continuar os seus estudos.

O comportamento destas variáveis está expresso nas respostas às questões 17.7, 17.10, 17.11 e 17.12 (apêndice 6, pp. XXVIII – XXX), cujo somatório se reflecte no Quadro 8.

Quadro 8 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão económica

		Frequência	%	% acumulada
Respostas válidas	Completamente em desacordo	432	56,3	56,3
	Em desacordo	194	25,3	81,6
	Concordo	67	8,7	90,3
	Concordo Bastante	11	1,4	91,7
	Concordo completamente	28	3,6	95,4
	Não responde	36	4,7	100,1
Total		768		

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que 81,6% das respostas são discordantes, sendo muito significativa (56,3%) a percentagem de alunos que discorda completamente daquelas opções. Conferimos igualmente que a média da dimensão se situa no nível 1 da escala definida, que corresponde à opção «Completamente em desacordo».

Assim, confirmamos que, claramente, *não é a dimensão económica que impele os alunos a escolher uma Instituição de Ensino Superior em detrimento de outra.*

Quadro 9 - Cálculo da média da dimensão económica

Questão	Variável	Média da variável	Média da dimensão
17.7	Apoios sociais concedidos pela Instituição de Ensino Superior	2	
17.10	Apoios sociais concedidos pelo país de origem	1	
17.11	Apoios sociais concedidos pelo Governo português	1	
17.12	Possibilidade de ser trabalhador estudante	1	
Dimensão Económica			1,25

Fonte: Elaboração própria

## 2. Dimensão Carreira

Definimos como variáveis que constituem a dimensão da carreira as diferentes tipologias dos cursos (VI5), a percepção da qualidade do Instituto (VI6), a perspectiva de emprego futuro (VI7) e as necessidades de formação do seu país de origem (VI8). Segundo esta dimensão o estudante escolhe a Instituição em função das aspirações e perspectivas quanto ao seu futuro profissional. O comportamento das variáveis está reflectido nas respostas às questões 17.1 e 17.13 para a variável VI5, questões 17.2 e 17.8 para a variável VI6, questão 17.5 para a variável VI7 e 17.6 para a variável VI8 (apêndice 6, pp XXV – XXXI), cujo somatório apresentamos no Quadro 10.

Quadro 10 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão carreira

		Frequência	%	% acumulada
Respostas válidas	Completamente em desacordo	108	9,4	9,4
	Em desacordo	150	13,0	22,4
	Concordo	427	37,1	59,5
	Concordo Bastante	180	15,6	75,1
	Concordo completamente	267	23,2	98,3
	Não responde	20	1,7	100,0
	Total	1152	24,9	

Fonte: Elaboração própria



Da análise do somatório das respostas às questões correspondentes à dimensão carreira verificamos que 22% dos inquiridos se mostra discordante com as opções apresentadas. A média daquela dimensão situa-se no nível 3 da escala de avaliação, correspondendo à opção «Concordo». Registamos ainda que em 75,9% dos casos, os alunos apresentam respostas concordantes com as opções apresentadas, pelo que concluímos que *é esta a motivação que impele os estudantes a optar por um determinada Instituição de Ensino Superior*.

Para os alunos, *a preocupação com o seu futuro profissional sobrepõe-se aos factores de ordem económica*. Assim, os alunos decidem em função da tipologia do curso, a qualidade da Instituição e as perspectivas de obtenção de um emprego na sua área de formação.

Quadro 11 - Cálculo da média da dimensão carreira

Questão	Variável	Média da variável	Média da dimensão
17.1	Diferenças entre cursos	3	
17.13		2	
17.2	Qualidade do Instituto	3	
17.8		3	
17.5	Perspectiva de emprego futuro	3	
17.6	Necessidades formativas do país de origem	4	
Dimensão Carreira			3

Fonte: Elaboração própria

### 3. Dimensão Integração

Para a dimensão integração seleccionámos as variáveis VI9, VI10 e VI11 que representam, preocupações relativas aos apoios que podem colher em prol da sua integração em Portugal, através dos amigos, da família e do conhecimento do país ou cidade para onde se deslocam. Medimos o comportamento destas variáveis pelas respostas às questões 17.3, 17.4 e 17.9 (apêndice 6, pp. XXVI e XXIX) cujo somatório apresentamos no quadro seguinte:

Quadro 12 - Somatório dos resultados das variáveis da dimensão integração

		Frequência	%	% acumulada
Respostas válidas	Completamente em desacordo	261	45,3	45,3
	Em desacordo	120	20,8	66,1
	Concordo	107	18,6	84,7
	Concordo Bastante	36	6,3	91,0
	Concordo completamente	39	6,8	97,7
	Não responde	13	2,3	100,0
	Total	576		

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que esta dimensão ocupa um lugar intermédio, relativamente às anteriores, no que concerne ao peso que detém na motivação decisora da escolha da Instituição de Ensino Superior. 66,1% das respostas mostram-se discordantes o que, ainda assim, é uma percentagem inferior relativamente à dimensão económica.

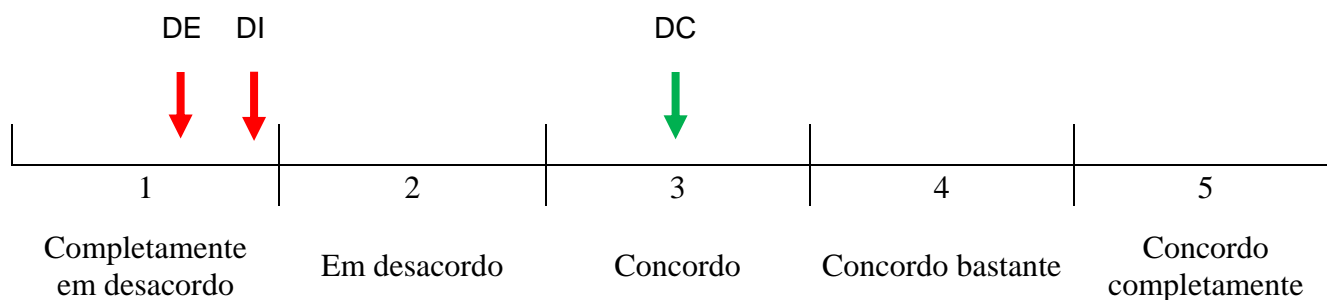
Esta posição intermédia confirma-se pelo cálculo da média. Apesar desta medida se manter no nível 1, correspondendo à opção «Completamente em desacordo», apresenta no entanto um valor ligeiramente superior à dimensão económica e mais próximo da opção «Em desacordo».

Quadro 13 - Cálculo da média da dimensão integração

Questão	Variável	Média da variável	Média da dimensão
17.3	Tem amigos no Instituto e/ou cidade	3	
17.4	Tem família no Instituto e/ou cidade	1	
17.9	Já conhecia a cidade	1	
Dimensão Integração			1,67

Fonte: Elaboração própria

Em resumo, *podemos concluir que a dimensão que tem maior importância para a decisão do estudante, relativamente à Instituição que pretende frequentar é a dimensão carreira*. Em último lugar coloca-se a dimensão económica, ocupando a dimensão integração uma posição intermédia na escala de concordância previamente definida.



#### 7.4. Integração dos estudantes dos PALOP em Portugal e no Ensino Superior

Constatámos no decurso do nosso estudo que os alunos dos PALOP elegem Portugal como país que lhe há-de proporcionar uma formação superior porque acreditam na qualidade do nosso Sistema de Ensino. Deixam o seu país em busca de um grau académico e de uma sólida aquisição de competências. Almejam aceder a uma profissão que lhes garanta um futuro promissor e cujo acesso, no seu país, será facilitado por via desta qualificação.

Vêm, no entanto, muitas vezes em condições de incerteza e sujeitam-se a situações de grande fragilidade o que, por vezes, acaba por pôr em causa o sucesso e a concretização dos seus objectivos. Enfrentam obstáculos a vários níveis que se prendem com dificuldades de integração reflectidas na diferença de culturas, hábitos e língua.

Também a diferença entre os sistemas de ensino português e o do seu país os leva a sentir dificuldades de adaptação, por vezes difíceis de superar, e que os conduzem ao insucesso escolar.

A ausência da família e dos amigos, aliada a grandes dificuldades de ordem financeira, leva a que estes alunos se vejam obrigados a recorrer a formas de subsistência alternativas, como procurar um emprego ou a recorrer a empréstimos bancários, já que as

bolsas de estudo de que são titulares registam grandes atrasos no pagamento, não chegando muitas vezes a ser suficientes para as suas necessidades.

Por todas estas razões, os estudantes oriundos dos PALOP necessitam e desejam um apoio de diversa pessoas e estruturas que os ajudem a superar aquelas contrariedades, como apresentamos no Quadro 14, onde se regista, para cada opção, a situação que obteve mais respostas.

Quadro 14 - Resumo das respostas à questão 16 do questionário

Factores que influenciam a integração	Indispensável	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
O apoio dos colegas		37,90%			
O gosto pelo curso		44,70%			
Ter uma bolsa de estudo		39,70%			
O gosto por Portugal			45,70%		
O Apoio social do Instituto		38,60%			
O apoio financeiro da família	55,30%				
O apoio de outras pessoas			56,90%		
A motivação para a integração	44,20%				

Fonte: elaboração própria

Perante uma lista de factores que podem influenciar a sua integração em Portugal e no Instituto Politécnico, 55,3% dos inquiridos apontam o apoio financeiro da família como indispensável, sendo este o factor que regista um maior número de respostas naquele nível.

A motivação é classificada como indispensável em 44% das situações e o apoio dos amigos é visto como muito importante em 37,9% dos casos.

Relativamente ao apoio social do Instituto 26,9% dos inquiridos consideram-no importante, 38,6 % muito importante, sendo que 26,3% o considera indispensável.

Em suma, registamos que 91,4% dos inquiridos atribuem importância ao apoio da Instituição que os acolhe.

Embora não consigamos estabelecer uma ligação entre os Apoios Sociais concedidos pelos SAS de cada Instituto e a preferência dos estudantes por essa Instituição, consideramos que as dificuldades sentidas pelos alunos, atrás referidas, obrigam a uma resposta concreta por

parte dos responsáveis do país que os recebe e em particular da Instituição de Ensino Superior que os acolhe.

Pela análise dos questionários, registamos que a esmagadora maioria dos estudantes oriundos dos PALOP desenvolve expectativas quanto ao apoio que Portugal lhe possa conceder no prosseguimento dos seus Estudos Superiores, designadamente através dos Serviços de Acção Social do Instituto que frequentam. Recorde-se que 91,3% daqueles alunos dão importância ao apoio social do Instituto e 64,7% consideram-no muito importante ou indispensável. Apenas 26,9% dos inquiridos estão satisfeitos com o apoio do Instituto.

Observamos no ponto 7.2. que, na generalidade, se tratam de estudantes com graves carências económicas e por isso necessitados de um apoio Institucional mais próximo e urgente.

Por força do diploma legal que os coloca no Ensino Superior português, é expectável que estes estudantes sejam já detentores de uma bolsa de estudo, estando por isso vedada a atribuição daquele apoio por intermédio da Acção Social no Ensino Superior. No entanto, verificamos que uma percentagem elevadíssima dos inquiridos actualmente não é bolseira. Sobrevive em Portugal com o apoio da família e nalguns casos com recurso a verbas auferidas enquanto trabalhador estudante.

A ausência de bolsa de estudo justifica-se, nalgumas situações, pela perda do seu direito resultante da falta de aproveitamento escolar. Noutras situações, relatadas por alguns dos inquiridos, as bolsas de estudo obtidas no país de origem muitas vezes não chegam a ser pagas, ou quando o são registam vários meses de atraso no seu pagamento.

Estamos, pois, perante uma situação de grande fragilidade vivida por estes estudantes. Registámos que é muito reduzida a percentagem de alunos dos PALOP, matriculados no Ensino Superior português com família em Portugal<sup>29</sup>. Estes jovens estão, por isso, desprovidos de qualquer tipo de suporte e apoio familiar que lhes permita enfrentar as dificuldades materiais e humanas decorrentes da frequência de um curso superior. Estas dificuldades são agravadas por se tratar de estudantes afastados do seu país de origem.

O apoio que recebem da família em termos financeiros nem sempre é suficiente e por vezes tarda em chegar. São estudantes que permanecem em Portugal durante todo o tempo em que decorre a sua formação sem possibilidade de visitarem o seu país e a sua família, pelas dificuldades económicas já referidas.

---

<sup>29</sup> Apêndice 6 – p. XXVI.

Indiscutivelmente, são alunos que precisam de apoio e, por isso as Instituições que os acolhem devem promover acções para melhorar as condições físicas e humanas da sua permanência em Portugal.

## **Capítulo 8**

### **Sugestões para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP**

## 8. Sugestões para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP

Nos Acordos de Cooperação celebrados entre Portugal e os PALOP analisados no ponto 1.3.6., prevê-se a inclusão daqueles estudantes no Ensino Superior Português, sendo expressamente mencionado o exercício da titularidade dos mesmos direitos e obrigações. Neste sentido, apoiadas pelas intenções repetidamente manifestadas na Política de Cooperação portuguesa de apoio aos PALOP devem as Instituições de Ensino Superior promover acções que possam concretizar aquelas intenções junto dos alunos que recebem e procuram o nosso país para prosseguirem os seus estudos superiores.

Entendemos que cada Instituição, pelos seus próprios meios, deverá encontrar estas soluções, numa relação de grande proximidade com os seus alunos e as comunidades das quais são originários.

Aliás, é também esta uma intenção manifestada pelas orientações da Política de Cooperação portuguesa, no sentido de promover o desenvolvimento de novas parcerias e participação em acções de cooperação. A Política de Cooperação não pode ser exclusivamente impulsionada pelo Estado, devendo ser desenvolvida também pelos novos Agentes de Cooperação, incluindo-se neste grupo as ONG, as Empresas, Associações e de um modo particular, em matéria de Ensino, as Instituições de Ensino Superior.

Assim, apresentamos no presente capítulo algumas acções a desenvolver pelos Serviços de Acção Social como resposta a esta intenção da Política de Cooperação portuguesa. Numa primeira parte expomos as sugestões recolhidas juntas dos Administradores dos SAS. Seguidamente descrevemos os nossos contributos, decorrentes da investigação e da reflexão que realizámos.

### 8.1. Sugestões de Apoio Social dos Administradores dos Serviços de Acção Social dos Institutos Politécnicos

Pelas entrevistas aos Administradores dos Serviços de Acção Social dos Institutos Politécnicos podemos concluir que estes responsáveis, sabedores dos problemas que aqueles alunos têm de enfrentar, estão igualmente conscientes do papel que os serviços que dirigem



devem ter na resolução destes constrangimentos. Neste sentido, alguns dos responsáveis apresentam algumas intenções de colaboração e propostas de medidas que passamos a descrever.

Encontramos sugestões diversas. Nalgumas situações trata-se de acções que envolvem apenas recursos internos, como seja “*a criação de um sistema de Bolsas específico através de receitas próprias*”<sup>30</sup>. Noutros casos ambicionam-se apoios mais alargados, envolvendo outras estruturas da região, designadamente o estabelecimento de “*protocolos com os Municípios da área das escolas para colaborarem no arrendamento alternativo às residências de estudantes*”<sup>31</sup>.

No entanto, a proposta mais frequente é no sentido de se apoiar os estudantes no serviço de alojamento e alimentação. Recolhemos propostas no sentido de se conceder àqueles estudantes alojamento em residências nas mesmas condições admitidas aos bolseiros nacionais, dando-lhes prioridade na atribuição de vagas e cobrando o preço social estabelecido por lei.

Como forma de pagamento deste serviço e da alimentação em refeitórios dos SAS sugere-se a prestação de pequenos serviços ao Instituto ou noutras Instituições públicas ou privadas da região, como contrapartida daqueles benefícios. Neste contexto, é igualmente sugerido que se dê preferência aos alunos dos PALOP na distribuição de actividades remuneradas dentro das Instituições.

De um modo geral, aspira-se que seja prestado aos estudantes um acompanhamento, visando a sua integração na comunidade académica e comunidade local.

Partilhada pela generalidade dos colegas, resumimos a opinião da Administradora dos SAS de Viseu, que refere:

*“ (...) quer pela ligação histórica que temos a estes países, quer pela língua que partilhamos, o nosso país deveria ter uma atenção muito particular para com o seu desenvolvimento, designadamente através do apoio aos seus estudantes para frequentarem os nossos cursos (...). A única ressalva que faço é que esse apoio só deveria ser dado a estudantes que, comprovadamente, frequentassem cursos de que os países estivessem carenciados. Não faria qualquer sentido apoiar cursos que não contribuíssem para desenvolver os respectivos países não oferecendo,*

---

<sup>30</sup> Extracto da entrevista ao Administrador do Instituto Politécnico da Guarda.

<sup>31</sup> Extracto da entrevista ao Administrador do Instituto Politécnico de Leiria.

*consequentemente, empregabilidade aos diplomados. Só os estudantes frequentadores de cursos que gerassem retorno deveriam ser financiados”<sup>32</sup>.*

## 8.2. Contributos para uma Política de Acção Social dirigida aos estudantes dos PALOP

Apesar das preocupações manifestadas e das acções desenvolvidas ou propostas pelos Administradores dos SAS, parece-nos, porém, que essas acções, para além de serem de carácter pontual, surgem de algum modo isoladas e não conseguem atingir as reais necessidades dos estudantes. *Podemos concluir, pois, que não existe uma Política de Apoio Social dirigidas aos estudantes dos PALOP que procuram as nossas Instituições de Ensino Superior.*

Sugerimos, assim, que as Instituições de Ensino Superior deverão encontrar novas formas de actuação e criar mecanismos de Apoio Social que possam suprir ou minorar as dificuldades vividas pelos estudantes dos PALOP em Portugal.

Independentemente da legislação que vigora e que condiciona algumas acções, assim como dos orçamentos disponíveis e continuamente deficitários para fazer face às necessidades das Instituições, cabe aos Serviços de Acção Social de cada Instituto, no uso das suas autonomias, encontrar uma Política de Acção Social mais abrangente e que inclua aqueles alunos, por duas ordens de razão.

Uma primeira razão refere-se às resoluções firmadas pela Política de Cooperação portuguesa estabelecida entre Portugal e os PALOP, nomeadamente na colaboração devida pelas Instituições no cumprimento das intenções expressas nos Acordos de Cooperação.

Uma segunda razão, eventualmente menos altruísta, reside na necessidade sentida pelas Instituições em angariar novos alunos. De facto, pensamos que uma Política de Acção Social diferenciadora e alargada aos estudantes dos PALOP pode estabelecer-se como um elemento diferenciador na captação daqueles alunos, constituindo por isso uma oportunidade de exploração de novos mercados.

Em todo o caso, importa neste trabalho apresentar um conjunto de sugestões de melhoria da Política de Acção Social no Ensino Superior.

---

<sup>32</sup> Extracto da entrevista à Administradora do Instituto Politécnico de Viseu.

As propostas aqui expostas resultam do trabalho de pesquisa e reflexão efectuados, aproveitando igualmente algumas iniciativas já enunciadas pelos Administradores dos SAS, ainda que sujeitas a algumas adaptações, como passamos a descrever.

## 1. Informação e divulgação dos Serviços

Consideramos que as Instituições devem investir na divulgação dos Serviços Sociais prestados, junto dos jovens que serão os seus potenciais alunos, ainda antes de estes efectivarem a sua candidatura ao Ensino Superior. Esta informação é crucial pois permitirá criar nos estudantes sentimentos de maior segurança, reduzindo as incertezas e receios resultantes do desconhecimento do local que os irá receber, antes mesmo de deixarem o seu país.

A divulgação do Instituto será melhorada se envolver também aspectos relacionados com a cidade e a região, podendo inclusivamente ser desenvolvida em parceria com os Municípios onde os Institutos estão instalados.

Estas acções devem ser repetidas aquando da recepção dos alunos, desta feita numa relação mais próxima com os novos estudantes.

## 2. Acolhimento e Integração

Um aspecto muito importante a ter em conta é o acolhimento. Estes jovens não têm, muitas vezes, como vimos anteriormente, relações pessoais, familiares ou de amizade, no Instituto e na cidade. Com frequência chegam sós à cidade e não têm quem os receba.

Devem pois os Institutos estabelecer elementos de ligação e recepção a estes estudantes, socorrendo-se de alunos mais velhos oriundos dos PALOP, designadamente através da *criação da figura do mentor*, que servirá como o ponto de apoio dos jovens alunos. Sendo personalizada por estudantes mais antigos, garante-se que os efeitos da sua actuação serão mais profícuos, pois estes estudantes já viveram as mesmas experiências e sentiram as mesmas dificuldades.

Esta solução não dispensa, porém, a intervenção institucional dos responsáveis dos SAS. Será pois conveniente a fundação de uma estrutura formal de apoio, designadamente a criação de um Gabinete de Apoio ao Estudante Estrangeiro.

Pretende-se que este Gabinete disponibilize aos alunos diversos serviços que apoiem o aluno em todas as fases da sua estadia em Portugal desde o acolhimento, integração na escola e comunidade e por todo o período em que decorre a sua formação.

Terá como funções especialmente as que a seguir descrevemos:

- Articulação com organizações públicas ou privadas que possam influir na vivência dos estudantes dos PALOP em Portugal, quer se trate de estruturas nacionais ou sedeadas nos países dos quais os alunos são oriundos. Referimo-nos concretamente às seguintes Instituições:
  - ❖ MCTES e estrutura congénere no país de origem dos alunos;
  - ❖ IPAD, Instituto Camões, Fundação Calouste Gulbenkian e outras que desenvolvam acções de Cooperação com os PALOP no âmbito da formação, cultura e Ensino Superior;
  - ❖ Embaixadas e Consulados de cada país.
- Serviço de atendimento, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento para outras estruturas do Instituto ou organismos externos, consoante a natureza do problema apresentado pelo aluno.
  - Informação e divulgação dos serviços disponibilizados pelos SAS.
  - Constituição de uma bolsa das ofertas de emprego disponíveis na região, cujas vagas sejam compatíveis com a condição de estudante trabalhador estrangeiro.
  - Constituição de uma bolsa de alojamento disponível, alternativo às residências, com preços conciliáveis com os rendimentos dos estudantes.
  - Organização de actividades culturais e de lazer, autonomamente ou em articulação com as Associações de Estudantes e estruturas desportivas e culturais da região, visando a integração dos jovens e o seu conhecimento e envolvimento com os hábitos e costumes da região.
  - Ligação às comunidades de estudantes dos PALOP de outros Institutos e Universidades, desenvolvendo actividades de intercâmbio e convívio entre alunos.
  - Desenvolver parcerias com entidades da região com vista à criação de um sistema de bolsa de estudo ou prémios para recompensar o mérito de estudantes estrangeiros.
  - Intermediação e participação no estabelecimento de Protocolos entre os Municípios da região e os Municípios dos quais os alunos são oriundos.

### 3. Apoio na alimentação, alojamento e outras necessidades de ordem material

Materializadas pelo Gabinete de Apoio ao Estudante Estrangeiro ou por qualquer outra estrutura que o Instituto considere mais conveniente, propõe-se que se desenvolvam outras actividades cujo objectivo essencial seja fazer face às insuficiências económicas em que vivem estes estudantes<sup>33</sup>, designadamente:

- Criar um banco de roupas, livros, material de reprografia e pedagógico para uso dos alunos.

- Conceder aos estudantes dos PALOP as mesmas condições de alojamento que se estabelecem para os alunos bolseiros nacionais, seja na prioridade das vagas seja no preço exigido.

- Estabelecer programas que permitam aos estudantes desenvolverem tarefas simples, em benefício do Instituto ou de outras estruturas, públicas ou privadas, com as quais se tenham estabelecido parcerias. O desenvolvimento destas tarefas será compensado com a isenção ou redução no pagamento dos serviços de alojamento e refeição nas estruturas dos SAS. Concretamente, sugerimos<sup>34</sup>:

- ❖ Apoio aos refeitórios – Disponibilidade para abrir e encerrar os refeitórios dos SAS, nos períodos em que não seja possível articular o horário de refeições com os horários dos colaboradores da Instituição. Esta situação verifica-se normalmente em períodos de férias escolares ou quando, em situações pontuais, são realizados serviços extraordinários nos fins-de-semana.

- ❖ Gestão de senhas de refeição – venda de senhas e respectiva recolha na linha *self*, nos refeitórios dos SAS.

- ❖ Apoio ao serviço de bares e refeitórios, nas tarefas de limpeza, cozinha e atendimento.

- ❖ Vigilância de instalações desportivas e utilização de equipamento.

- ❖ Recepção e atendimento de telefones nas residências.

- ❖ Actividades simples desenvolvidas nas estruturas de apoio dos SAS e das Escolas nomeadamente, reprografia, bibliotecas e Centros de Recursos.

---

<sup>33</sup> Para avaliação da situação de carência do aluno deverá constituir-se um processo semelhante ao que se estabelece para atribuição de bolsa de estudo aos estudantes nacionais.

<sup>34</sup> As actividades sugeridas podem igualmente ser desenvolvidas noutras Instituições com as quais o Instituto tenha estabelecido Protocolos de colaboração.

#### 4. Apoio ao percurso académico dos estudantes

Relativamente ao prosseguimento de estudos, uma vez nesta matéria os alunos estrangeiros sentem dificuldades acrescidas que poderão, inclusivamente, pôr em causa o direito às bolsas de estudo de que são titulares, compete aos Institutos desenvolver acções que contribuam para neutralizar aquelas fragilidades, nomeadamente:

- Criar cursos de português para estrangeiros;
- Proporcionar aulas de apoio para recuperação de conteúdos não apreendidos no ensino secundário dos seus países.

É nossa convicção de que a maioria das acções enunciadas não implica um acréscimo de custos. Trata-se sim, de reorganizar serviços e rentabilizar recursos com vista ao cumprimento das intenções de cooperação proclamadas e espelhadas nos diversos documentos a que tivemos acesso na presente investigação.

## **Conclusão**

## Conclusão

A relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da nossa Política Externa. O desenvolvimento desses países e a sua boa integração no mundo globalizado devem, pois, constituir prioridades da Política de Cooperação nacional porquanto as consequências positivas para a qualidade de vida das populações desses países constituirão, ao mesmo tempo, estruturas favoráveis para o estabelecimento de intercâmbios culturais e económicos.

A Política de Cooperação portuguesa, embora sempre actuante, com particular destaque para os PALOP, tem-se caracterizado por feitos isolados, decorrentes da acção de vários organismos públicos e privados, fracassando, porém na actuação dos mecanismos de coordenação e avaliação de resultados. Esta tem sido, aliás, uma fragilidade referida em todas as propostas de reestruturação apresentadas pelos diversos agentes governativos, ao longo dos últimos anos.

Uma preocupação sempre presente na Política de Cooperação desenvolvida com os PALOP prende-se com o contributo português na formação, educação e cultura das comunidades e na expansão da língua portuguesa naqueles países.

Foi pois este o objecto principal da nossa investigação. Isto é, pretendemos averiguar de que modo os Acordos de Cooperação firmados com os PALOP na área de educação e formação se reflectem em acções concretas por parte dos agentes responsáveis.

Assim, investigámos especificamente como as Instituições de Ensino Superior Politécnico actuam, enquanto agentes de cooperação, perante os alunos oriundos dos PALOP e de que forma a Política de Acção Social diferenciadora motiva aqueles estudantes na escolha da Instituição de ensino que querem frequentar.

Para além da pesquisa documental que nos permitiu conhecer as linhas orientadoras da Política de Cooperação portuguesa e sua evolução recente, revelou-se igualmente de grande importância as entrevistas realizadas aos responsáveis do núcleo de Bolsas do IPAD, GPEARI do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Administradores dos Serviços de Acção Social. Esta tarefa permitiu-nos compreender mais profundamente o Política de Acção Social dirigida ao Ensino Superior, os mecanismos de apoio aos estudantes dos PALOP, a evolução de candidatos ao longo dos últimos anos, bem como a sua distribuição por país de origem e Institutos Politécnicos que frequentam.



A realização do Questionário aos estudantes dos PALOP matriculados em todos os Institutos Politécnicos permitiu-nos conhecer a população alvo e encontrar as respostas à questão de partida que formulámos inicialmente e que a seguir resumimos.

Os estudantes escolhem a Instituição em que pretendem estudar em função da sua qualidade, com base nas suas preferências quanto ao curso e perspectivas profissionais futuras.

Como segundo factor de motivação registámos a presença no Instituto ou na cidade de familiares e amigos, sendo a questão financeira e o Apoio Social da Instituição o factor que menos influencia o estudante na escolha da Instituição.

Os alunos que procuram os Institutos Politécnicos, na sua maioria, vivem em Portugal com o apoio financeiro da família. Sobrevivem com rendimentos reduzidos que muitas vezes não são suficientes para fazer face às suas necessidades.

De acordo com o Regime Especial de Acesso que lhes permitiu o ingresso no Ensino Superior, os alunos oriundos dos PALOP que estudam no Ensino Superior Português deverão ser obrigatoriamente bolseiros.

Verificámos, no entanto, na nossa investigação, que tal requisito não é confirmado em muitas das situações inquiridas. Embora a perda de aproveitamento escolar, que implica a privação da bolsa, seja um motivo que justifica alguns dos casos, em investigações futuras devem procurar-se as razões que determinam esta situação.

Para além das carências de ordem financeira verificamos que estes alunos enfrentam igualmente fragilidades a outros níveis, designadamente dificuldades de adaptação à língua e cultura do país bem como dificuldades em obter bons resultados ao nível académico, todas estas decorrentes do facto de serem jovens estudantes num país estrangeiro.

É particularmente nestes aspectos que se espera uma actuação das Instituições, aspiração igualmente manifestado pelos jovens inquiridos.

Verificámos, ainda, na nossa investigação que apesar de os alunos afirmarem conhecer os Serviços Acção Social do Instituto não identificam alguns das tarefas que estes disponibilizam. Este é, pois, um aspecto a ter em atenção pelos responsáveis dos SAS, dando a conhecer aos estudantes as oportunidades de colaboração que lhes podem oferecer.

Os Administradores dos Serviços de Acção Social conhecem o problema e manifestam a sua preocupação e intenção em colaborar na sua resolução. Porém, não identificámos, no nosso estudo, uma política de Acção Social diferenciadora entre as

Instituições, razão que justifica não ser este o parâmetro que mais influencia os jovens na escolha do Instituto.

É nossa convicção que a diferença de apoio em termos sociais poderá ser, futuramente, uma razão que impele os jovens a diferenciar positivamente as Instituições que elegem para estudar. Esta conclusão carece, no entanto, de novos estudos e poderá ser comprovada em investigações futuras.

É pois da maior premência que os agentes de cooperação reconheçam que esta é uma forma concreta de cooperar, manter os laços históricos de amizade com os PALOP e, através dos seus jovens, expandir a língua e cultura portuguesa para os seus países de origem.

Entendemos que as formas de cooperação que possam vir a ser desenvolvidas, para além constituírem a materialização dos Acordos de Cooperação estabelecidos entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, representam, de algum modo, a retribuição concedida a estes alunos, que reconhecendo a qualidade do nosso Ensino Superior querem começar aqui a construir o seu futuro profissional.

## **Bibliografia**

## Bibliografia

Almeida, Maria Manuela Ferreira de (2005). *Adaptação e integração dos estudantes vindos dos PALOP nas escolas do IPP: estudo de comportamento*. Instituto Politécnico de Portalegre. Portalegre.

Araújo, Paula Alexandra Leal Abrantes (2006). A capacitação para o desenvolvimento das ONGD portuguesas. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de mestre, orientada por Jorge Pedreira, Lisboa.

Camacho, António George Gonçalves (1997). Princípios orientadores da formação de formadores, ao nível do 1º Ciclo – A cooperação Portugal/PALOP. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Teresa Ambrósio, Lisboa.

Cardoso, Maria Manuela Lemos e Castro (2005). Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento. Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tese apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para obtenção do grau de doutor, orientada por Rogério Roque Amaro, Lisboa.

Carvalho, Anabela (1994). *Cooperação Portugal-PALOP no domínio da Comunicação Social*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Ceita, Bilaine Carvalho (2009). Recursos humanos São-tomenses: importância e contributo no processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para obtenção do Grau de mestre, orientada por Maria Manuela Cardoso, Lisboa.

Cerdeira, Maria Luísa Machado (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos*. Tese de Doutoramento. Edições Almedina. Coimbra.

Coelho, Vasco André Ferreira Dinis Seco (2004). *Cooperação descentralizada e participativa entre Portugal e Moçambique: o exemplo do Município da Mantola*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de mestre, orientada por Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, Lisboa.

Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (2006). *Breve caracterização do Ensino Superior em Portugal. Visão dos Institutos Politécnicos*. Autor. Lisboa.

Correia, Ângelo António Neves (2008). *Análise sectorial da educação e desenvolvimento em Cabo Verde. Que intervenção?* Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de mestre orientada por Hermano Carmo, Lisboa.

Costa, Carla Guapo (2009). *The Role of Public Policies in Building a Global Partnership for Development: Some Reflexions*. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2009). *Balanço da operacionalização do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”*. MNE / IPAD / Direcção de Serviços de Planeamento: Autor. Lisboa.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010). *Contribuição de Portugal para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de 2009*. MNE / IPAD: Autor. Lisboa.

Ferreira, Isabel Maria da Fonseca (2004). *África e a Política da União Europeia de Cooperação para o Desenvolvimento*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre, orientada por Manuel Ennes Ferreira e Carlos Pimenta, Porto.

Ferronha, António Luís (2001). *Cooperação com os PALOP nas áreas da Educação e da Formação Profissional*. In Moreira, Adriano (Coord.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação* (pp. 123-144). Almedina. Coimbra.

Figueiredo, Maria Matos (2005). Estudantes dos PALOP da Universidade de Évora: do levantamento das dificuldades e necessidades à procura de soluções. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de mestre, Évora.

Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O processo de Investigação: Da concepção à realização*. Trad. de Nídia Salgueiro. Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda. Loures. (Original publicado em 1996, Décarier Éditeur Inc.).

Giner, Salvador (1996). Sociedade Civil. In *Filosofia política II. Teoria del Estado*. Enciclopédia Iberoamericana de Filosofia. (Vol. 10, pp. 117-144) Editorial Trotta, S.A.

Gomes, Carla Maria (2009). Desenvolvimento limpo: uma nova cooperação entre Portugal e os PALOP. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre orientada por Carlos Sangreman Proença e co-orientada por Manuel Collares Pereira, Aveiro.

Januário, José (2007). Análise do potencial de retorno dos quadros qualificados angolanos em Portugal: os ex – bolseiros pós – independência. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de mestre, orientada por João Alfredo dos Reis Peixoto, Lisboa.

Mesquita, Ana Guedes (2005). A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento. In *Colecção Documentos de Trabalho, nº 67*, pp. 1-18. Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal. Dez anos de Política de Cooperação*. MNE: Autor. Lisboa.

Moreira, Adriano (org.) (2001): *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação*. Almedina. Coimbra.

Oliveira, Cátia Sofia Gomes de (2009). Relatório de Estágio na Câmara Municipal de Aveiro – Sector de Geminações e Relações Internacionais. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Jorge Manuel Martins Ribeiro, Porto.

Pacheco, Natércia Alves (1996). Tempos de «sozinhez» em Pasárgada – Estratégias identitárias de estudantes dos PALOP em Portugal. Tese apresentada à faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor, orientada por Agostinho Ribeiro, Porto.

Palma, Elisabete Cortes (2004). Diplomacia, projecção cultural e APD. *Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: Janusonline*.

Pessoa, Inês Costa (2004). Estudantes do Espaço lusófono nas universidades portuguesas. *Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: Janusonline*.

Pessoa, Inês Costa & Palma, Elisabete Cortes (2004a). Cooperação inter-universitária (I). *Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: Janusonline*.

Pires, Heldemerina Samutela (1993). Análise do insucesso escolar dos estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva transcultural. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, Coimbra.

Pires, Heldemerina Samutela (2000). Estudantes dos Palop no ensino superior português. Do acesso à progressão. In *Psicologia*, Vol. XIV, nº2, pp. 149-157.

Pires, Heldemerina Samutela (2001). Desenvolvimento e adaptação académica em estudantes universitários dos PALOP. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor, Évora.

Quivy, Raymond, & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trad. de João Minhoto Marques. Gradiva. Lisboa, 1ª edição. (Original publicado em 1988, Bordas, Paris).

Sangreman, Carlos, & Carvalho, Fernando (2007). Os Clusters e a reforma da Administração Pública na Cooperação Internacional Portuguesa para o Desenvolvimento. In *Colecção Documentos de Trabalho, n.º 73, pp. 1-38*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Simão, Veiga & Costa, Almeida (2000). *O Ensino Politécnico Português. Descrição evolutiva e prospectiva deste sub-sistema de Ensino Superior*. Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Lisboa.

Sousa, Ivo Carneiro de (2001). A Cooperação no espaço CPLP: Universidades e Investigação Científica. In Moreira, Adriano (Coord.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação*. (pp. 145-176). Almedina. Coimbra.

Teixeira, Antero M. & Vaz, António Luzio & Osório, Armando & Carvalho, João & Gonçalves, Manuel P. (2003). *A Acção Social no Ensino Superior*. Associação de Gestores das Universidades Portuguesas.

Tuckman, Bruce W (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Trad. de António Rodrigues Lopes. Fundação Calouste Gulbenkian. 3ª edição. Lisboa. (Original publicado em 1994, Harcourt Brace College Publishers, New York).

Venâncio, J. C. & SILVA, Fátima (2001). A Cooperação portuguesa segundo alguns organismos envolvidos. In Moreira, Adriano (Coord.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação*. (pp. 191-212). Almedina. Coimbra.



### Legislação consultada

Decreto nº 692/75, de 12 de Dezembro. Diário da República nº 286, I Série.

Decreto nº 75/76 de 27 de Janeiro. Diário da República nº 22, I Série.

Decreto nº 76/76 de 27 de Janeiro. Diário da República nº 22, I Série.

Decreto nº 78/76 de 27 de Janeiro. Diário da República nº 22, I Série.

Decreto nº 23/77 de 2 de Março. Diário da República nº 51, I Série.

Decreto nº 50/77 de 12 de Abril. Diário da República nº 85, I Série.

Decreto nº 154/78 de 15 de Dezembro. Diário da República nº 287, I Série.

Decreto nº 38/78, de 18 de Abril. Diário da República nº 90, I Série.

Decreto nº 44/79 de 31 de Maio. Diário da República nº 125, I Série.

Decreto nº 144 – A/79, de 28 de Dezembro. Diário da República nº 298, I Série.

Decreto nº 146/79, de 28 de Dezembro. Diário da República nº 298, I Série.

Decreto nº 143 B -/80 de 26 de Dezembro. Diário da República nº 297, I Série.

Decreto do Governo nº 47/84, de 8 de Agosto. Diário da República nº 183, I Série.

Decreto nº 37/90, de 5 de Setembro. Diário da República nº 205, I Série.

Decreto nº 6/91, de 21 de Janeiro. Diário da República nº 17, I Série – A.

Decreto nº 29/91, de 19 de Abril. Diário da República nº 91, I Série – A.

Decreto nº 18/92 de 2 de Março. Diário da República nº 60, I Série – B.

Decreto nº 52/97 de 30 de Setembro. Diário da República nº 226, I Série – A.

Decreto nº 54/97 de 2 de Outubro. Diário da República nº 228, I Série – A.

Decreto nº 31/2004, de 26 de Outubro. Diário da República nº 252, I Série – A.

Decreto-Lei nº 110/76 de 7 de Fevereiro. Diário da República nº 32, I Série.

Decreto-Lei nº 129/93, de 22 de Abril. Diário da República nº 94, I Série.

Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro. Diário da República nº 231, I Série.

Decreto-Lei nº 120/07 de 27 de Abril. Diário da República nº 82, I Série.

Decreto-Lei nº 204/2009, de 31 de Agosto. Diário da República 168, I Série.

Decreto-Lei n 70//2010, de 16 de Junho. Diário da República 115, I Série.

Despacho conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, de 18 de Maio de 1995. Diário da República nº 115, II Série.

Despacho nº 10324-D/97, de 31 de Outubro do Secretário de Estado do Ensino Superior. Diário da República nº 253 – II Série.

Despacho nº 183/2007, de 6 de Março. Diário da República nº 46, II Série.

Despacho nº 21371/2009, de 11 de Setembro de 2009, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Diário da República nº 185, II Série.

Lei nº 6/79 de 9 de Fevereiro. Diário da República nº 42, I Série.

Lei 113/97, de 16 de Setembro. Diário da República nº 214, I Série.

Lei nº 66/98, de 14 de Outubro. Diário da República nº 237, I Série.

Lei nº 37/2003, de 22 de Agosto. Diário da República nº 193, I Série.

Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro. Diário da República 168, I Série.

Portaria nº 854-B/99 de 4 de Outubro. Diário da República nº 232, I Série.

Programa do XVIII Governo Constitucional – 2009/2013.

Resolução do Conselho de Ministros nº 43/99 de 18 de Maio. Diário da República nº 115, I Série – B.

Resolução do Conselho de Ministros nº 196/05 de 22 de Dezembro. Diário da República nº 244, I Série – B.

Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2009, de 1 de Julho. Diário da República nº 132, I Série.

### Sites da internet consultados

GPEARI (1) / MCTES, Inquérito Estatístico aos Alunos Diplomados e Matriculados no Ensino Superior (DIMAS), in <http://www.gpearl.mctes.pt>. Consultado em Março de 2010.

GPEARI (3) / MCTES, Índice de sucesso escolar no ensino superior (Cursos de formação inicial), in <http://www.gpearl.mctes.pt>. Consultado em Julho de 2010.

PORDATA. <http://www.pordata.pt>  
Consultado em 4 de Março de 2010.

[http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=133&Itemid=164](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=133&Itemid=164)  
Consultado em 24 de Março de 2010.

<http://www.instituto-camoes.pt/acordos/index.html>  
Consultado em 14 de Abril de 2010.

<http://www.janusonline.pt/index1.html>  
Consultado em Maio de 2010.

<http://www.plataformaongd.pt/site.aspx?info=ongd>  
Consultado em Maio de 2010.

[http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4766#acordoacp](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4766#acordoacp)  
Consultado em Maio de 2010.

### Entrevistas realizadas

Dra. Célia Pires em Abril de 2010: Direcção de Serviços de Planeamento Financeiro do GPEARI. Referências citadas como GPEARI (2)

Dra. Anabela Toscano em Abril de 2010: Núcleo de Bolsas do IPAD. Referências citadas como IPAD (1).

Administradores dos diferentes Institutos Politécnicos em Maio de 2010.

## **Apêndices**

## Índice

Apêndice 1 – Inquérito por questionário .....	III
Apêndice 2 – Pedido de validação de questionários .....	IX
Apêndice 3 – Resposta ao pedido de validação dos questionários.....	X
Apêndice 4 – Pedido de aplicação dos questionários aos alunos dos Institutos Politécnicos .....	XI
Apêndice 5 – Guião de entrevista realizada aos Administradores dos Serviços de Acção Social .....	XII
Apêndice 6 – Análise de resultados .....	XIII
1. Idade – Questão 1 .....	XIII
2. Género – Questão 5 .....	XIII
3. Estado civil – Questão 6.....	XIV
4. País de origem – Questão 2 .....	XIV
5. Ano de Ingresso no Ensino Superior – Questão 7.....	XV
6. Ano Curricular que o aluno frequenta – Questão 8.....	XV
7. Ano de Ingresso no Ensino Superior * Ano curricular .....	XVI
8. Curso que o aluno frequenta – Questão 4.....	XVIII
9. Instituto Politécnico onde estuda – Questão 3.....	XIX
10. Residência em Portugal – Questão 9.....	XX
11. Rendimento mensal – Questão 11 .....	XX
12. Meio de subsistência em Portugal – Questão 10.....	XXI
13. Conhecimento dos Serviços de Acção Social – Questão 12 .....	XXI
14. Tipo de apoio – Questão 14.....	XXII
15. I Politécnico onde estuda * Residência em Portugal.....	XXIII
16. O Instituto tem o curso que pretende – Questão 17.1.....	XXVI
17. O Instituto proporciona uma formação de qualidade – Questão 17.2 .....	XXVI

18.	Tem amigos no Instituto/cidade – Questão 17.3 .....	XXVII
19.	Tem família no Instituto/cidade – Questão 17.4 .....	XXVII
20.	Com este curso tem melhores perspectivas de emprego – Questão 17.5 .....	XXVIII
21.	Necessidades do país de origem – Questão 17.6.....	XXVIII
22.	Neste Instituto dão mais apoio aos estudantes estrangeiros – Questão 17.7 .....	XXIX
23.	Os amigos deram boas informações sobre o Instituto – Questão 17.8 .....	XXIX
24.	Já conhecia a cidade – Questão 17.9 .....	XXX
25.	Só conseguiu bolsa no país de origem para este curso – Questão 17.10.....	XXX
26.	Só conseguiu bolsa do IPAD para este curso – Questão 17.11 .....	XXXI
27.	Nesta cidade tem melhores perspectivas de ser trabalhador estudante – Questão 17.12 ...	XXXI
28.	Inexistência deste tipo de formação no país de origem – Questão 17.13 .....	XXXII
29.	Tem apoio do Instituto – Questão 13 .....	XXXII
30.	Satisfação com os apoios do Instituto – Questão 15.5 .....	XXXIII
31.	Intenção em mudar de Instituto – Questão 15.4.....	XXXIII
32.	Importância do apoio social do Instituto para Integração do aluno – Questão 16.5.....	XXXIV
33.	Importância do gosto pelo curso para Integração do aluno – Questão 16.2.....	XXXIV
34.	Importância do gosto por Portugal para Integração do aluno – Questão 16.4.....	XXXV
35.	Importância do apoio dos colegas para a Integração do aluno – Questão 16.1 .....	XXXV
36.	Importância do gosto pelo curso para a Integração do aluno – Questão 16.2 .....	XXXVI
37.	Importância da bolsa de estudo para a Integração do aluno – Questão 16.3.....	XXXVI
38.	Importância do gosto por Portugal para Integração do aluno – Questão 16.4.....	XXXVII
39.	Importância do Apoio do Instituto para Integração do aluno – Questão 16.5.....	XXXVII
40.	Importância do apoio financeiro da família para a Integração do aluno – Questão 16.6.....	XXXVIII
41.	Importância do apoio de outras pessoas para a Integração do aluno – Questão 16.7.....	XXXVIII
42.	Importância da motivação para Integração do aluno – Questão 16.8.....	XXXIX



## Apêndice 1 – Inquérito por questionário

### **Questionário**

O presente questionário é dirigido aos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, colocados no Ensino Superior Politécnico ao Abrigo dos Regimes Especiais estabelecidos no Decreto-Lei nº 393-A/99 de 2 de Outubro.

Insere-se numa Dissertação do Mestrado em Ciência Política, Ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, cujo tema se desenvolve em torno da Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP nomeadamente no que respeita às questões dos apoios de Acção Social no Ensino Superior.

As respostas a este questionário são anónimas e os dados recolhidos serão utilizados apenas para fins estatísticos.

Agradecemos desde já a sua colaboração pois sem ela não poderemos dar continuidade ao nosso estudo.

Portalegre/ Maio/2010

Isabel Mourato

## PARTE I

A. Complete as seguintes informações:

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. País de Origem: \_\_\_\_\_
3. Estuda no Instituto Politécnico de: \_\_\_\_\_
4. Frequenta o Curso: \_\_\_\_\_

B. Assinale com um (X) a opção correcta:

5. Estudante do sexo:

5. 1.) Masculino ☐

5.2.) Feminino ☐

6. Estado Civil:

6.1 ) Solteiro ☐

6.2) Casado ☐

6.3) Viúvo ☐

6.4) Divorciado ☐

6.5) União de Facto ☐

7. Ingressou no Ensino Superior Politécnico Português no ano lectivo:

7.1.) Antes de 2005/2006

☐

7.2.) 2005/2006

☐

7.3.) 2006/2007

☐

7.4.) 2007/2008

☐

7.5.) 2008/2009

☐

7.6.) 2009/2010

☐

8. No ano lectivo 2009/2010 frequenta o:

- 8.1.) 1º Ano do Curso ☐    8.2.) 2º Ano do Curso ☐    8.3.) 3º Ano do Curso ☐  
8.4.) 4º Ano do Curso ☐    8.5.) 5º Ano do Curso ☐    8.6) Outro ☐

9. Em Portugal vive:

- 9.1.) Numa residência de estudantes ☐    9.2.) Num quarto alugado ☐  
9.3.) Em casa de familiares ☐    9.4.) Em casa de amigos ☐  
9.5.) Casa/apartamento com outros estudantes ☐    9.6.) Outra situação ☐

10. O seu meio de subsistência em Portugal é: **(se necessário assinale mais do que uma hipótese)**

- 10.1.) Apoio da família ☐  
10.2.) É trabalhador estudante/rendimento próprio ☐  
10.3.) Tem um empréstimo bancário ☐  
10.4.) É bolseiro do país de origem ☐  
10.5.) É bolseiro do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) ☐  
10.6.) É bolseiro de outra instituição (indique qual) \_\_\_\_\_ ☐  
10.7.) Tem outras fontes de rendimento  
10.7.1 Sim ☐    10.7.2 Não ☐  
Se **Sim** indique qual: \_\_\_\_\_

11.) Indique em que escalão se enquadra o seu rendimento mensal:

- 11.1) Até 250€ ☐    11.2) Entre 251€e 500€ ☐  
11.3) Entre 501€e 750€ ☐    11.4) Entre 751€e 1000€ ☐  
11.5) Superior a 1000€ ☐

12. Conhece os Serviços de Acção Social do Politécnico?

- 12.1.) Sim ☐    12.2.) Não ☐

13. Tem algum apoio do Instituto Politécnico, da sua Escola ou dos Serviços de Acção Social?

13.1) Sim ☐

13.2.) Não ☐

14. Se respondeu (Sim) na questão anterior assinale o tipo de apoio a que se refere. Se respondeu (Não) passe à questão 15. (se **necessário assinale mais do que uma hipótese**)

14.1) Está integrado em actividades extracurriculares (grupos de teatro, música, desporto...) ☐

14.2.) Frequenta o apoio Psicopedagógico ☐

14.3.) Frequenta aulas de português para estrangeiros ☐

14.4.) Está alojado numa residência dos Serviços de Acção Social ☐

14.5.) Outro apoio (indique qual) \_\_\_\_\_ ☐

**PARTE II:** Para cada questão escolha **uma** opção colocando um (X) na quadrícula respectiva, segundo o grau de concordância com cada uma das hipóteses:


15 Relativamente à afirmação ...		Completamente em desacordo	Em desacordo	Concordo	Concordo Bastante	Concordo completamente
15.1	... estou satisfeito com o meu curso					
15.2	... tenho amigos noutros Institutos que têm mais apoios					
15.3	... estou satisfeito com a qualidade do Instituto					
15.4	... estou a pensar mudar para outro Instituto porque lá tenho mais apoios					
15.5	... estou satisfeito com os apoios sociais do Instituto					

16 Para a minha integração ...		Indispensável	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
16.1	... o apoio dos colegas é					
16.2	... o gosto pelo curso é					
16.3	... ter uma bolsa de estudo é					
16.4	... o gosto por Portugal é					
16.5	... o apoio social do Instituto é					
16.6	... o apoio financeiro da minha família é					
16.7	... o apoio de outras pessoas é					
16.8	... a motivação para me integrar é					

17 <b>Vim estudar para este Instituto porque:</b>		Completamente em desacordo	Em desacordo	Concordo	Concordo Bastante	Concordo completamente
17.1	Tem o Curso que desejo					
17.2	Me proporciona uma formação de qualidade					
17.3	Tenho amigos no Instituto e/ou na cidade					
17.4	Tenho família no Instituto e/ou na cidade					
17.5	Com este curso tenho melhores perspectivas de emprego					
17.6	No meu país precisam de pessoas com esta qualificação					
17.7	Aqui dão mais apoio aos estudantes estrangeiros					
17.8	Os meus amigos me deram boas informações					
17.9	Já conhecia a cidade					
17.10	Só consegui bolsa de estudo no meu país para este curso					
17.11	Só consegui bolsa de estudo no IPAD para este curso					
17.12	Nesta cidade é mais fácil encontrar um emprego que me permita continuar a estudar					
17.13	No meu país não há este curso					

Muito obrigada pela sua colaboração!

## Apêndice 2 – Pedido de validação de questionários

 **Isabel Mourato** para José [mostrar detalhes](#) 26 abr (3 dias atrás) Responder

Exmo. Sr. Administrador do Instituto Politécnico de Portalegre

Sou aluna do Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação, ministrado pela Universidade Lusófona.

Neste momento encontro-me a desenvolver a Dissertação subordinada ao Tema "A Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP, no âmbito do Ensino Superior Politécnico".

Para prosseguir esta investigação tive necessidade de criar um questionário que será aplicado aos alunos PALOP colocados no Ensino Superior Politécnico, ao abrigo dos regimes especiais previstos no Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro.

Antes porém de aplicar o questionário aos estudantes dos restantes Politécnicos é necessário realizar um pré-teste ao próprio questionário, para que se possa aferir a correcta formulação das questões e o grau de percepção das mesmas por parte dos estudantes.

Assim, solicito autorização de V. Exa para, junto dos Serviços Académicos deste Instituto, obter o contacto dos estudantes que se encontram nas condições inerentes ao estudo que pretendo realizar, para que como referido, possa validar o questionário de suporte à investigação.

Todas as informações obtidas serão tratadas anonimamente e serão utilizadas para fins exclusivamente estatísticos.

Antecipadamente grata pela colaboração,


Os melhores cumprimentos,


Isabel Mourato

### Apêndice 3 – Resposta ao pedido de validação dos questionários

#### Dissertação de Mestrado

Entrada | X

 **Isabel Mourato** Exmo. Sr. Administrador do Instituto Politécnico de Po 26 abr (3 dias atrás)

 **José Gomes para Graça, mim** [mostrar detalhes](#) 26 abr (3 dias atrás) [Responder](#)

Atenta a motivação de fundamentação que suporta o presente requerimento e, sobretudo, o facto de a informação peticionada se destinar a investigação no espectro do IPP no âmbito da parceria desenvolvida com a U.Lusófona, a par das demais situações similares já autorizadas, defere-se o requerido.



Aos serviços académicos para promoção da informação e apoio necessário à requerente

Portalegre, 26/4/2010

**José Gomes**  
Administrador IPPortalegre  
[jgomes@ipportalegre.pt](mailto:jgomes@ipportalegre.pt)



#### Apêndice 4 – Pedido de aplicação dos questionários aos alunos dos Institutos Politécnicos

	Para...	
	Cc...	
Conta ▾	Assunto:	FW: Dissertação de Mestrado
	Anexado:	 <a href="#">inquerito aos alunos v final 27Abril.pdf (80 KB)</a>

Exmo. Sr. Presidente

Sou aluna do Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação, ministrado pela Universidade Lusófona e no presente ano lectivo encontro-me a desenvolver a Dissertação respeitante ao 2º ano do Curso, subordinada ao Tema "A Política de Cooperação entre Portugal e os PALOP, no âmbito do Ensino Superior Politécnico". Para prosseguir esta investigação tive necessidade de criar um questionário para aplicar aos alunos PALOP, colocados no Ensino Superior Politécnico ao abrigo dos regimes especiais previstos no Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de Outubro. É neste sentido que me dirijo a V. Exa., solicitando autorização para que o referido questionário seja aplicado aos estudantes dessa Instituição, uma vez que o mesmo é essencial para dar continuidade à minha investigação. Importa referir que todas as informações obtidas serão tratadas anonimamente e serão utilizadas para fins exclusivamente estatísticos.

Antecipadamente grata pela atenção,

Com os melhores cumprimentos,

Isabel Mourato

## Apêndice 5 – Guião de entrevista realizada aos Administradores dos Serviços de Acção Social

### Entrevista a realizar aos Administradores dos Serviços de Acção Social

1. Quais os serviços disponibilizados pelos SAS aos estudantes do Politécnico, em geral?
2. Quais os serviços disponibilizados pelos SAS aos estudantes do Politécnico oriundos dos PALOP?
3. Os Serviços de Acção Social recebem alunos PALOP nas residências de estudantes?
4. Quais os preços praticados para estes alunos?
5. Tem vagas nas residências reservadas para os alunos oriundos dos PALOP?
6. Existe algum protocolo estabelecido entre o Politécnico e alguma estrutura dos PALOP (Câmaras Municipais, Escolas, Universidades...)?
7. Quais os termos gerais em que se estabelece esse Protocolo?
8. Considera que o Politécnico, nomeadamente através dos Serviços de Acção Social, deveria desenvolver acções de cooperação específicas para apoiar os estudantes dos PALOP?
9. Que tipo de acções acharia importante desenvolver para apoiar esses alunos?

## Apêndice 6 – Análise de resultados

### 1. Idade – Questão 1

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		23,02
Minimum		18
Maximum		40

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 18	13	6,8	6,8	6,8
19	25	13,0	13,0	19,8
20	18	9,4	9,4	29,2
21	15	7,8	7,8	37,0
22	23	12,0	12,0	49,0
23	26	13,5	13,5	62,5
24	21	10,9	10,9	73,4
25	14	7,3	7,3	80,7
26	11	5,7	5,7	86,5
27	6	3,1	3,1	89,6
28	4	2,1	2,1	91,7
29	5	2,6	2,6	94,3
31	2	1,0	1,0	95,3
32	4	2,1	2,1	97,4
34	1	,5	,5	97,9
36	3	1,6	1,6	99,5
40	1	,5	,5	100,0
Total	192	100,0	100,0	

### 2. Género – Questão 5

N	Valid	192
	Missing	0

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	82	42,7	42,7	42,7
	Feminino	110	57,3	57,3	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

### 3. Estado civil – Questão 6

N	Valid	192
	Missing	0

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro	181	94,3	94,3	94,3
	Casado	6	3,1	3,1	97,4
	União de facto	5	2,6	2,6	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

### 4. País de origem – Questão 2

N	Valid	190
	Missing	2

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Angola	4	2,1	2,1	2,1
	Cabo Verde	152	79,2	80,0	82,1
	Guiné-Bissau	6	3,1	3,2	85,3
	Moçambique	8	4,2	4,2	89,5
	S. Tomé e Príncipe	20	10,4	10,5	100,0
	Total	190	99,0	100,0	
Missing	Não responde	2	1,0		
Total		192	100,0		

5. Ano de Ingresso no Ensino Superior – Questão 7

N	Valid	187
	Missing	5

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	antes de 2005/2006	37	19,3	19,8	19,8
	2005/2006	28	14,6	15,0	34,8
	2006/2007	31	16,1	16,6	51,3
	2007/2008	20	10,4	10,7	62,0
	2008/2009	33	17,2	17,6	79,7
	2009/2010	38	19,8	20,3	100,0
	Total	187	97,4	100,0	
Missing	Não responde	5	2,6		
Total		192	100,0		

6. Ano Curricular que o aluno frequenta – Questão 8

N	Valid	192
	Missing	0

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º Ano	51	26,6	26,6	26,6
	2º Ano	49	25,5	25,5	52,1
	3º Ano	74	38,5	38,5	90,6
	4º Ano	11	5,7	5,7	96,4
	5º Ano	1	,5	,5	96,9
	outro	6	3,1	3,1	100,0
Total		192	100,0	100,0	

7. Ano de Ingresso no Ensino Superior \* Ano curricular <sup>1</sup>

			Ano curricular						Total
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	outro	
Ano de Ingresso no Ensino Superior	antes de 2005/2006	Count	3	6	16	5	1	6	37
		% within Ano de Ingresso no E S	8,1%	16,2%	43,2%	13,5%	2,7%	16,2%	100,0%
		% within Ano curricular	6,0%	12,2%	22,9%	45,5%	100,0%	100,0%	19,8%
	2005/2006	Count	0	5	20	3	0	0	28
		% within Ano de Ingresso no E S	,0%	17,9%	71,4%	10,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	,0%	10,2%	28,6%	27,3%	,0%	,0%	15,0%
	2006/2007	Count	2	4	22	3	0	0	31
		% within Ano de Ingresso no E S	6,5%	12,9%	71,0%	9,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	8,2%	31,4%	27,3%	,0%	,0%	16,6%
	2007/2008	Count	2	6	12	0	0	0	20
		% within Ano de Ingresso no E S	10,0%	30,0%	60,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	12,2%	17,1%	,0%	,0%	,0%	10,7%
	2008/2009	Count	5	28	0	0	0	0	33
		% within Ano de Ingresso no E S	15,2%	84,8%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	10,0%	57,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	17,6%
	2009/2010	Count	38	0	0	0	0	0	38
		% within Ano de Ingresso no E S	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	76,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,3%
Total	Count	50	49	70	11	1	6	187	
	% within Ano de Ingresso no E S	26,7%	26,2%	37,4%	5,9%	,5%	3,2%	100,0%	

<sup>1</sup> Missing =5

7. Ano de Ingresso no Ensino Superior \* Ano curricular <sup>1</sup>

			Ano curricular						Total
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	outro	
Ano de Ingresso no Ensino Superior	antes de 2005/2006	Count	3	6	16	5	1	6	37
		% within Ano de Ingresso no E S	8,1%	16,2%	43,2%	13,5%	2,7%	16,2%	100,0%
		% within Ano curricular	6,0%	12,2%	22,9%	45,5%	100,0%	100,0%	19,8%
	2005/2006	Count	0	5	20	3	0	0	28
		% within Ano de Ingresso no E S	,0%	17,9%	71,4%	10,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	,0%	10,2%	28,6%	27,3%	,0%	,0%	15,0%
	2006/2007	Count	2	4	22	3	0	0	31
		% within Ano de Ingresso no E S	6,5%	12,9%	71,0%	9,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	8,2%	31,4%	27,3%	,0%	,0%	16,6%
	2007/2008	Count	2	6	12	0	0	0	20
		% within Ano de Ingresso no E S	10,0%	30,0%	60,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	4,0%	12,2%	17,1%	,0%	,0%	,0%	10,7%
	2008/2009	Count	5	28	0	0	0	0	33
		% within Ano de Ingresso no E S	15,2%	84,8%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	10,0%	57,1%	,0%	,0%	,0%	,0%	17,6%
	2009/2010	Count	38	0	0	0	0	0	38
		% within Ano de Ingresso no E S	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Ano curricular	76,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,3%
Total	Count	50	49	70	11	1	6	187	
	% within Ano de Ingresso no E S	26,7%	26,2%	37,4%	5,9%	,5%	3,2%	100,0%	
	% within Ano curricular	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

8. Curso que o aluno frequenta – Questão 4

N	Valid	192
	Missing	0

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Engenharia	55	28,6	28,6	28,6
Ciências Económicas	57	29,7	29,7	58,3
Publicidade/Marketing/Relações públicas	3	1,6	1,6	59,9
Serviço Social	2	1,0	1,0	60,9
Ciências da comunicação	8	4,2	4,2	65,1
Ciências da Saúde	22	11,5	11,5	76,6
Design/Multimédia	7	3,6	3,6	80,2
Secretariado/Assessoria/Solicitadoria	4	2,1	2,1	82,3
Topografia	1	,5	,5	82,8
Recursos humanos	7	3,6	3,6	86,5
Informática	8	4,2	4,2	90,6
Desporto	1	,5	,5	91,1
Educação de Infância/Educação Básica/Animação sociocultural	6	3,1	3,1	94,3
Biotecnologia/Ciências agrárias/Biologia	8	4,2	4,2	98,4
Turismo	3	1,6	1,6	100,0
Total	192	100,0	100,0	



9. Instituto Politécnico onde estuda – Questão 3

N	Valid	192
	Missing	0

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid IP Bragança	25	13,0	13,0	13,0
IP Beja	15	7,8	7,8	20,8
IP Cávado e Ave	9	4,7	4,7	25,5
IP Castelo Branco	11	5,7	5,7	31,3
IP Coimbra	37	19,3	19,3	50,5
IP Guarda	13	6,8	6,8	57,3
IP Leiria	2	1,0	1,0	58,3
IP Lisboa	12	6,3	6,3	64,6
IP Portalegre	9	4,7	4,7	69,3
IP Porto	7	3,6	3,6	72,9
IP Santarém	2	1,0	1,0	74,0
IP Setúbal	4	2,1	2,1	76,0
IP Tomar	35	18,2	18,2	94,3
IP Viana do Castelo	2	1,0	1,0	95,3
IP Viseu	9	4,7	4,7	100,0
Total	192	100,0	100,0	

## 10. Residência em Portugal – Questão 9

N	Valid	191
	Missing	1

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Residência de Estudantes	48	25,0	25,1	25,1
	Quarto alugado	50	26,0	26,2	51,3
	Casa de familiares	11	5,7	5,8	57,1
	Casa de amigos	2	1,0	1,0	58,1
	Casa com outros estudantes	66	34,4	34,6	92,7
	Outra situação	14	7,3	7,3	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

## 11. Rendimento mensal – Questão 11

N	Valid	176
	Missing	16

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	até 250€	81	42,2	46,0	46,0
	entre 251€ e 500€	85	44,3	48,3	94,3
	entre 501€ e 750€	7	3,6	4,0	98,3
	entre 751€ e 1000€	1	,5	,6	98,9
	superior a 1000€	2	1,0	1,1	100,0
	Total	176	91,7	100,0	
Missing	Não responde	16	8,3		
Total		192	100,0		

## 12. Meio de subsistência em Portugal – Questão 10

N	Valid	189
	Missing	3

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Rendimentos próprios/família	103	53,6	54,5	54,5
	Trabalhador estudante	36	18,8	19,0	73,5
	Empréstimo bancário	7	3,6	3,7	77,2
	Bolseiro do país de origem	22	11,5	11,6	88,9
	Bolseiro do IPAD	11	5,7	5,8	94,7
	Bolseiro de outra instituição	5	2,6	2,6	97,4
	Outras fontes de rendimento	5	2,6	2,6	100,0
	Total	189	98,4	100,0	
Missing	Não responde	3	1,6		
Total		192	100,0		

## 13. Conhecimento dos Serviços de Acção Social – Questão 12

N	Valid	191
	Missing	1

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	134	69,8	70,2	70,2
	Não	57	29,7	29,8	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

14. Tipo de apoio – Questão 14

N	Valid	191
	Missing	1

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Actividades extracurriculares	2	1,0	1,0	1,0
	Apoio Psicopedagógico	3	1,6	1,6	2,6
	Aulas de Português para estrangeiros	1	,5	,5	3,1
	Alojamento numa residência dos SAS	24	12,5	12,6	15,7
	Outro	13	6,8	6,8	22,5
	Não tem apoio	148	77,1	77,5	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

15. I Politécnico onde estuda \* Residência em Portugal <sup>2</sup>

			Residência em Portugal						Total
			Residência de Estudantes	Quarto alugado	Casa de familiares	Casa de amigos	Casa com estudantes	Outra situação	
I Politécnico onde estuda	IP Bragança	Count % within IP onde estuda	0 ,0%	10 40,0%	1 4,0%	0 ,0%	13 52,0%	1 4,0%	25 100,0%
	IP Beja	Count % within IP onde estuda	8 53,3%	4 26,7%	1 6,7%	0 ,0%	1 6,7%	1 6,7%	15 100,0%
	IP Cávado e Ave	Count % within IP onde estuda	0 ,0%	2 22,2%	0 ,0%	0 ,0%	6 66,7%	1 11,1%	9 100,0%
	IP Castelo Branco	Count % within IP onde estuda	1 9,1%	4 36,4%	0 ,0%	0 ,0%	6 54,5%	0 ,0%	11 100,0%
	IP Coimbra	Count % within IP onde estuda	6 16,7%	14 38,9%	0 ,0%	1 2,8%	14 38,9%	1 2,8%	36 100,0%
	IP Guarda	Count	8	3	0	0	1	1	13

<sup>2</sup> Missing=1

% within IP onde estuda	61,5%	23,1%	,0%	,0%	7,7%	7,7%	100,0%
-------------------------	-------	-------	-----	-----	------	------	--------

IP Leiria	Count	0	2	0	0	0	0	2
	% within IP onde estuda	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
IP Lisboa	Count	0	1	5	0	1	5	12
	% within IP onde estuda	,0%	8,3%	41,7%	,0%	8,3%	41,7%	100,0%
IP Portalegre	Count	5	0	1	0	2	1	9
	% within IP onde estuda	55,6%	,0%	11,1%	,0%	22,2%	11,1%	100,0%
IP Porto	Count	0	1	1	0	5	0	7
	% within IP onde estuda	,0%	14,3%	14,3%	,0%	71,4%	,0%	100,0%
IP Santarém	Count	1	0	0	0	0	1	2
	% within IP onde estuda	50,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	100,0%
IP Setúbal	Count	2	0	1	0	0	1	4
	% within IP onde estuda	50,0%	,0%	25,0%	,0%	,0%	25,0%	100,0%

IP Tomar	Count	15	4	1	0	15	0	35
	% within IP onde estuda	42,9%	11,4%	2,9%	,0%	42,9%	,0%	100,0%
IP Viana do Castelo	Count	1	0	0	0	1	0	2
	% within IP onde estuda	50,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	100,0%
IP Viseu	Count	1	5	0	1	1	1	9
	% within IP onde estuda	11,1%	55,6%	,0%	11,1%	11,1%	11,1%	100,0%
Total	Count	48	50	11	2	66	14	191
	% within IP onde estuda	25,1%	26,2%	5,8%	1,0%	34,6%	7,3%	100,0%

16. O Instituto tem o curso que pretende – Questão 17.1

N	Valid	191
	Missing	1
Median		3,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	5	2,6	2,6	2,6
	Em desacordo	22	11,5	11,5	14,1
	Concordo	73	38,0	38,2	52,4
	Concordo Bastante	38	19,8	19,9	72,3
	Concordo completamente	53	27,6	27,7	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

17. O Instituto proporciona uma formação de qualidade – Questão 17.2

N	Valid	189
	Missing	3
Median		3,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	1	,5	,5	,5
	Em desacordo	11	5,7	5,8	6,3
	Concordo	98	51,0	51,9	58,2
	Concordo Bastante	44	22,9	23,3	81,5
	Concordo completamente	35	18,2	18,5	100,0
	Total	189	98,4	100,0	
Missing	Não responde	3	1,6		
Total		192	100,0		



18. Tem amigos no Instituto/cidade – Questão 17.3

N	Valid	188
	Missing	4
Median		3,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	28	14,6	14,9	14,9
	Em desacordo	40	20,8	21,3	36,2
	Concordo	65	33,9	34,6	70,7
	Concordo Bastante	29	15,1	15,4	86,2
	Concordo completamente	26	13,5	13,8	100,0
	Total	188	97,9	100,0	
Missing	Não responde	4	2,1		
Total		192	100,0		

19. Tem família no Instituto/cidade – Questão 17.4

N	Valid	187
	Missing	5
Median		1,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	114	59,4	61,0	61,0
	Em desacordo	42	21,9	22,5	83,4
	Concordo	21	10,9	11,2	94,7
	Concordo Bastante	4	2,1	2,1	96,8
	Concordo completamente	6	3,1	3,2	100,0
	Total	187	97,4	100,0	
Missing	Não responde	5	2,6		
Total		192	100,0		

20. Com este curso tem melhores perspectivas de emprego – Questão 17.5

N	Valid	186
	Missing	6
Median		3,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	4	2,1	2,2	2,2
	Em desacordo	9	4,7	4,8	7,0
	Concordo	88	45,8	47,3	54,3
	Concordo Bastante	45	23,4	24,2	78,5
	Concordo completamente	40	20,8	21,5	100,0
	Total	186	96,9	100,0	
Missing	Não responde	6	3,1		
Total		192	100,0		

21. Necessidades do país de origem – Questão 17.6

N	Valid	191
	Missing	1
Median		4,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	4	2,1	2,1	2,1
	Em desacordo	4	2,1	2,1	4,2
	Concordo	72	37,5	37,7	41,9
	Concordo Bastante	29	15,1	15,2	57,1
	Concordo completamente	82	42,7	42,9	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

22. Neste Instituto dão mais apoio aos estudantes estrangeiros – Questão 17.7

N	Valid	188
	Missing	4
Median		2,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	77	40,1	41,0	41,0
	Em desacordo	81	42,2	43,1	84,0
	Concordo	24	12,5	12,8	96,8
	Concordo Bastante	1	,5	,5	97,3
	Concordo completamente	5	2,6	2,7	100,0
	Total	188	97,9	100,0	
Missing	Não responde	4	2,1		
Total		192	100,0		

23. Os amigos deram boas informações sobre o Instituto – Questão 17.8

N	Valid	188
	Missing	4
Median		3,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	29	15,1	15,4	15,4
	Em desacordo	62	32,3	33,0	48,4
	Concordo	73	38,0	38,8	87,2
	Concordo Bastante	15	7,8	8,0	95,2
	Concordo completamente	9	4,7	4,8	100,0
	Total	188	97,9	100,0	
Missing	Não responde	4	2,1		
Total		192	100,0		

24. Já conhecia a cidade – Questão 17.9

N	Valid	188
	Missing	4
Median		1,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	119	62,0	63,3	63,3
	Em desacordo	38	19,8	20,2	83,5
	Concordo	21	10,9	11,2	94,7
	Concordo Bastante	3	1,6	1,6	96,3
	Concordo completamente	7	3,6	3,7	100,0
	Total	188	97,9	100,0	
Missing	Não responde	4	2,1		
Total		192	100,0		

25. Só consegui bolsa no país de origem para este curso – Questão 17.10

N	Valid	180
	Missing	12
Median		1,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	117	60,9	65,0	65,0
	Em desacordo	34	17,7	18,9	83,9
	Concordo	11	5,7	6,1	90,0
	Concordo Bastante	4	2,1	2,2	92,2
	Concordo completamente	14	7,3	7,8	100,0
	Total	180	93,8	100,0	
Missing	Não responde	12	6,3		
Total		192	100,0		

26. Só conseguiu bolsa do IPAD para este curso – Questão 17.11

N	Valid	175
	Missing	17
Median		1,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	136	70,8	77,7	77,7
	Em desacordo	31	16,1	17,7	95,4
	Concordo	2	1,0	1,1	96,6
	Concordo Bastante	1	,5	,6	97,1
	Concordo completamente	5	2,6	2,9	100,0
	Total	175	91,1	100,0	
Missing	Não responde	17	8,9		
Total		192	100,0		

27. Nesta cidade tem melhores perspectivas de ser trabalhador estudante – Questão 17.12

N	Valid	189
	Missing	3
Median		1,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	102	53,1	54,0	54,0
	Em desacordo	48	25,0	25,4	79,4
	Concordo	30	15,6	15,9	95,2
	Concordo Bastante	5	2,6	2,6	97,9
	Concordo completamente	4	2,1	2,1	100,0
	Total	189	98,4	100,0	
Missing	Não responde	3	1,6		
Total		192	100,0		

28. Inexistência deste tipo de formação no país de origem – Questão 17.13

N	Valid	187
	Missing	5
Median		2,00

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	65	33,9	34,8	34,8
	Em desacordo	42	21,9	22,5	57,2
	Concordo	23	12,0	12,3	69,5
	Concordo Bastante	9	4,7	4,8	74,3
	Concordo completamente	48	25,0	25,7	100,0
	Total	187	97,4	100,0	
Missing	Não responde	5	2,6		
Total		192	100,0		

29. Tem apoio do Instituto – Questão 13

N	Valid	191
	Missing	1

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	31	16,1	16,2	16,2
	Não	160	83,3	83,8	100,0
	Total	191	99,5	100,0	
Missing	Não responde	1	,5		
Total		192	100,0		

30. Satisfação com os apoios do Instituto – Questão 15.5

N	Valid	180
	Missing	12
Mean		1,99

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	59	30,7	32,8	32,8
	Em desacordo	72	37,5	40,0	72,8
	Concordo	42	21,9	23,3	96,1
	Concordo Bastante	5	2,6	2,8	98,9
	Concordo completamente	2	1,0	1,1	100,0
	Total	180	93,8	100,0	
Missing	Não responde	12	6,3		
Total		192	100,0		

31. Intenção em mudar de Instituto – Questão 15.4

N	Valid	185
	Missing	7

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Completamente em desacordo	70	36,5	37,8	37,8
	Em desacordo	82	42,7	44,3	82,2
	Concordo	19	9,9	10,3	92,4
	Concordo Bastante	3	1,6	1,6	94,1
	Concordo completamente	11	5,7	5,9	100,0
	Total	185	96,4	100,0	
Missing	Não responde	7	3,6		
Total		192	100,0		

32. Importância do apoio social do Instituto para Integração do aluno – Questão 16.5

N	Valid	186
	Missing	6
Mean		2,21

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	49	25,5	26,3	26,3
	Muito importante	71	37,0	38,2	64,5
	Importante	50	26,0	26,9	91,4
	Pouco importante	10	5,2	5,4	96,8
	Nada importante	6	3,1	3,2	100,0
	Total	186	96,9	100,0	
Missing	Não responde	6	3,1		
Total		192	100,0		

33. Importância do gosto pelo curso para Integração do aluno – Questão 16.2

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		1,83

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	71	37,0	37,0	37,0
	Muito importante	85	44,3	44,3	81,3
	Importante	33	17,2	17,2	98,4
	Pouco importante	3	1,6	1,6	100,0
	Total	192	100,0	100,0	



34. Importância do gosto por Portugal para Integração do aluno – Questão 16.4

N	Valid	190
	Missing	2
Mean		2,84

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	20	10,4	10,5	10,5
	Muito importante	41	21,4	21,6	32,1
	Importante	87	45,3	45,8	77,9
	Pouco importante	34	17,7	17,9	95,8
	Nada importante	8	4,2	4,2	100,0
	Total	190	99,0	100,0	
Missing	Não responde	2	1,0		
Total		192	100,0		

35. Importância do apoio dos colegas para a Integração do aluno – Questão 16.1

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		2,14

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	54	28,1	28,1	28,1
	Muito importante	73	38,0	38,0	66,1
	Importante	52	27,1	27,1	93,2
	Pouco importante	10	5,2	5,2	98,4
	Nada importante	3	1,6	1,6	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

36. Importância do gosto pelo curso para a Integração do aluno – Questão 16.2

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		1,83

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Indispensável	71	37,0	37,0	37,0
Muito importante	85	44,3	44,3	81,3
Importante	33	17,2	17,2	98,4
Pouco importante	3	1,6	1,6	100,0
Total	192	100,0	100,0	

37. Importância da bolsa de estudo para a Integração do aluno – Questão 16.3

N	Valid	191
	Missing	1
Mean		1,93

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Indispensável	73	38,0	38,2	38,2
Muito importante	75	39,1	39,3	77,5
Importante	32	16,7	16,8	94,2
Pouco importante	6	3,1	3,1	97,4
Nada importante	5	2,6	2,6	100,0
Total	191	99,5	100,0	
Missing Não responde	1	,5		
Total	192	100,0		

38. Importância do gosto por Portugal para Integração do aluno – Questão 16.4

N	Valid	190
	Missing	2
Mean		2,84

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	20	10,4	10,5	10,5
	Muito importante	41	21,4	21,6	32,1
	Importante	87	45,3	45,8	77,9
	Pouco importante	34	17,7	17,9	95,8
	Nada importante	8	4,2	4,2	100,0
	Total	190	99,0	100,0	
Missing	Não responde	2	1,0		
Total		192	100,0		

39. Importância do Apoio do Instituto para Integração do aluno – Questão 16.5

N	Valid	186
	Missing	6
Mean		2,21

		Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indispensável	49	25,5	26,3	26,3
	Muito importante	71	37,0	38,2	64,5
	Importante	50	26,0	26,9	91,4
	Pouco importante	10	5,2	5,4	96,8
	Nada importante	6	3,1	3,2	100,0
	Total	186	96,9	100,0	
Missing	Não responde	6	3,1		
Total		192	100,0		

40. Importância do apoio financeiro da família para a Integração do aluno – Questão 16.6

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		1,71

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Indispensável	107	55,7	55,7	55,7
Muito importante	50	26,0	26,0	81,8
Importante	23	12,0	12,0	93,8
Pouco importante	8	4,2	4,2	97,9
Nada importante	4	2,1	2,1	100,0
Total	192	100,0	100,0	

41. Importância do apoio de outras pessoas para a Integração do aluno – Questão 16.7

N	Valid	190
	Missing	2
Mean		2,71

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Indispensável	22	11,5	11,6	11,6
Muito importante	39	20,3	20,5	32,1
Importante	108	56,3	56,8	88,9
Pouco importante	14	7,3	7,4	96,3
Nada importante	7	3,6	3,7	100,0
Total	190	99,0	100,0	
Missing Não responde	2	1,0		
Total	192	100,0		

42. Importância da motivação para Integração do aluno – Questão 16.8

N	Valid	192
	Missing	0
Mean		1,76

	Freq	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Indispensável	84	43,8	43,8	43,8
Muito importante	72	37,5	37,5	81,3
Importante	34	17,7	17,7	99,0
Pouco importante	2	1,0	1,0	100,0
Total	192	100,0	100,0	

## **Anexos**

## Índice

Tabela 1: Alunos inscritos no ensino superior público português.....	III
Tabela 2: Alunos inscritos no ensino superior público português por tipo de ensino .....	III
Tabela 3: Número de bolseiros no ensino superior público português .....	III
Tabela 4: Despesas com Bolseiros do Ensino Superior Público .....	IV
Tabela 5: Total de Alunos nacionais dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Português.....	IV
Tabela 6: Alunos nacionais de Angola inscritos no Ensino Superior Público português.....	IV
Tabela 7: Alunos nacionais de Cabo Verde inscritos no Ensino Superior Público português .....	V
Tabela 8: Alunos nacionais de Guiné-Bissau inscritos no Ensino Público português .....	V
Tabela 9: Alunos nacionais de Moçambique inscritos no Ensino Superior Público português ....	V
Tabela 10: Alunos nacionais de S. Tomé e Príncipe inscritos no Ensino Superior Público português .....	VI
Tabela 11: Alunos PALOP matriculados no IP de Beja .....	VI
Tabela 12: Alunos PALOP matriculados no IP de Cávado e Ave .....	VI
Tabela 13: Alunos PALOP matriculados no IP de Bragança.....	VII
Tabela 14: Alunos PALOP matriculados no IP de Castelo Branco .....	VII
Tabela 15: Alunos PALOP matriculados no IP de Coimbra.....	VIII
Tabela 16: Alunos PALOP matriculados no IP da Guarda .....	VIII
Tabela 17: Alunos PALOP matriculados no IP de Leiria .....	IX
Tabela 18: Alunos PALOP matriculados no IP de Lisboa.....	IX
Tabela 19: Alunos PALOP matriculados no IP de Portalegre .....	X
Tabela 20: Alunos PALOP matriculados no IP do Porto .....	X
Tabela 21: Alunos PALOP matriculados no IP do Santarém .....	X
Tabela 22: Alunos PALOP matriculados no IP do Setúbal.....	XI

Tabela 23: Alunos PALOP matriculados no IP de Viana do Castelo .....	XI
Tabela 24: Alunos PALOP matriculados no IP de Viseu .....	XII
Tabela 25: Alunos PALOP matriculados no IP de Tomar .....	XII
Tabela 26: Total de alunos PALOP no Ensino Superior Politécnico .....	XIII
Tabela 27: Total de alunos PALOP no Ensino Superior Universitário.....	XIII
Tabela 28: Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação em Portugal .....	XIII
Tabela 29: N° total de bolsas do IPAD utilizadas pelos estudantes PALOP em Portugal .....	XIV
Tabela 30: Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação no terreno .....	XIV
Tabela 31: N° de bolsas utilizadas para formação no terreno - Angola e Moçambique.....	XIV
Tabela 32: N° de bolsas utilizadas para formação no terreno - Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe .....	XV
Tabela 33: Verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano e por país de origem.....	XV
Tabela 34: Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP de 2007 a 2009 (euros) .....	XVI
Tabela 35: Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano (euros) .....	XVI



Tabela 1: Alunos inscritos no ensino superior público português

	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Ensino Superior Público	238 857	255 008	273 530	284 789	290 532	288 309	282 273	275 521	275 321	284 333

Fonte: GPEARI (1)

Tabela 2: Alunos inscritos no ensino superior público português por tipo de ensino

	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Universitário	158 850	164 722	171 735	176 303	178 000	176 827	173 897	171 575	169 449	175 998
Politécnico	80 007	90 286	101 795	108 486	112 532	111 482	108 376	103 946	105 872	108 335

Fonte: GPEARI (1)

Tabela 3: Número de bolseiros no ensino superior público português

Anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de alunos	43.159	44.994	46.846	46.463	44.442	49.109	52.609	56.743	58.010	61.361

Fonte: PORDATA, Março/2010

Tabela 4: Despesas com Bolseiros do Ensino Superior Público

Anos	Despesa	Anos	Despesa
1999	44.318.228,00 €	2004	65.145.740,90 €
2000	56.649.454,80 €	2005	68.023.430,70 €
2001	59.354.859,80 €	2006	67.788.505,00 €
2002	58.123.547,00 €	2007	93.065.755,00 €
2003	54.317.933,00 €	2008	99.526.252,00 €

Fonte: PORDATA, Março/2010

Tabela 5: Total de Alunos nacionais dos PALOP inscritos no Ensino Superior Público Português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Total	3325	3664	4371	4545	5121	5980	5987	6282	6004	4557

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 6: Alunos nacionais de Angola inscritos no Ensino Superior Público português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Ensino Politécnico	253	577	384	406	369	338	299	294	304	297
Ensino Universitário	1257	1299	1727	1657	1920	2583	2549	2980	2973	1762
Total	1510	1876	2111	2063	2289	2921	2848	3274	3277	2059

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 7: Alunos nacionais de Cabo Verde inscritos no Ensino Superior Público português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Ensino Politécnico	216	301	509	694	875	1005	1045	1084	1013	944
Ensino Universitário	1112	1423	1521	1668	1854	1933	2025	2132	1823	1678
Total	1328	1724	2030	2362	2729	2938	3070	3216	2836	2622

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 8: Alunos nacionais de Guiné-Bissau inscritos no Ensino Público português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Ensino Politécnico	55	44	42	55	61	44	50	70	58	86
Ensino Universitário	313	238	201	266	256	207	206	192	180	203
Total	368	282	243	321	317	251	256	262	238	289

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 9: Alunos nacionais de Moçambique inscritos no Ensino Superior Público português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Ensino Politécnico	105	149	153	137	137	126	105	97	86	95
Ensino Universitário	438	486	678	678	803	979	933	711	722	587
Total	543	635	831	815	940	1105	1038	808	808	682

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 10: Alunos nacionais de S. Tomé e Príncipe inscritos no Ensino Superior Público português

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Ensino Politécnico	40	50	61	90	114	137	139	144	154	161
Ensino Universitário	205	218	244	276	288	278	274	267	306	327
Total	245	268	305	366	402	415	413	411	460	488

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 11: Alunos PALOP matriculados no IP de Beja

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
IP de Beja	Angola	8	2	7	9	12	11	4	3	3	7
	Cabo Verde	1	2	4	10	15	26	27	30	28	26
	Guiné-Bissau	1	2	2	3	2	6	0	0	0	1
	Moçambique	3	2	3	3	5	5	0	0	0	1
	São Tomé e Príncipe	4	4	3	3	4	5	4	5	12	1

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 12: Alunos PALOP matriculados no IP de Cávado e Ave

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
IP do Cávado e do Ave	Angola	9	0	0	0	0	1	0	0	2	3
	Cabo Verde	0	0	1	3	4	8	9	11	11	12
	Guiné-Bissau	1	0	0	2	3	0	0	0	0	1
	Moçambique	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 13: Alunos PALOP matriculados no IP de Bragança

<b>IP de Bragança</b>	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
	Angola	0	1	2	5	3	6	2	4	5	11
	Cabo Verde	1	5	12	23	35	42	35	50	58	60
	Guiné-Bissau	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
	Moçambique	4	4	5	3	3	3	2	1	1	3
	São Tomé e Príncipe	0	1	0	0	0	0	1	1	1	7

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 14: Alunos PALOP matriculados no IP de Castelo Branco

<b>IP de Castelo Branco</b>	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
	Angola	8	3	2	6	5	5	8	4	5	3
	Cabo Verde	2	3	11	34	42	49	59	45	47	52
	Guiné-Bissau	1	1	1	1	2	4	5	4	2	2
	Moçambique	7	3	1	1	0	4	3	3	1	1
	São Tomé e Príncipe	1	2	1	1	0	1	2	2	2	6

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 15: Alunos PALOP matriculados no IP de Coimbra

I P de Coimbra	País	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
	Angola	7	41	18	27	26	21	20	21	27	24
	Cabo Verde	18	25	29	53	66	68	89	97	100	98
	Guiné-Bissau	6	8	12	15	11	5	16	15	11	15
	Moçambique	5	25	9	10	11	10	11	11	12	12
	São Tomé e Príncipe	7	7	8	10	8	16	17	15	20	23

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 16: Alunos PALOP matriculados no IP da Guarda

I P da Guarda	País	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
	Angola	2	1	3	4	6	4	7	5	6	3
	Cabo Verde	5	6	10	22	31	34	43	50	50	34
	Guiné-Bissau	1	0	1	1	2	1	1	2	2	2
	Moçambique	1	1	3	3	4	3	3	2	1	0
	São Tomé e Príncipe	4	2	2	3	4	5	5	5	3	1

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 17: Alunos PALOP matriculados no IP de Leiria

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
IP de Leiria	Angola	10	17	25	23	17	12	10	11	10	14
	Cabo Verde	11	21	49	70	85	105	118	124	132	121
	Guiné-Bissau	2	0	0	0	3	3	3	5	5	3
	Moçambique	6	8	15	16	11	9	4	5	4	7
	São Tomé e Príncipe	1	5	5	9	10	11	11	5	4	3

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 18: Alunos PALOP matriculados no IP de Lisboa

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
IP de Lisboa	Angola	84	348	121	137	127	137	120	114	93	95
	Cabo Verde	80	88	127	116	147	182	136	128	125	163
	Guiné-Bissau	10	11	1	10	5	3	2	10	8	28
	Moçambique	28	44	35	39	33	30	28	26	25	23
	São Tomé e Príncipe	4	8	12	20	31	39	39	49	59	66

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 19: Alunos PALOP matriculados no IP de Portalegre

<b>IP de Portalegre</b>	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
	Angola	2	5	8	5	8	6	2	4	4	5
	Cabo Verde	6	9	12	22	29	35	31	31	34	24
	Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Moçambique	0	3	3	0	2	2	0	0	0	0
	São Tomé e Príncipe	3	1	2	3	3	3	3	3	4	2

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 20: Alunos PALOP matriculados no IP do Porto

<b>IP do Porto</b>	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
	Angola	22	39	54	30	30	27	23	19	20	20
	Cabo Verde	11	15	61	74	96	105	107	108	94	97
	Guiné-Bissau	9	6	7	3	8	4	5	5	6	4
	Moçambique	9	21	22	11	9	9	7	6	8	5
	São Tomé e Príncipe	1	2	1	2	5	7	8	8	8	8

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 21: Alunos PALOP matriculados no IP do Santarém

<b>IP de Santarém</b>	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
	Angola	13	18	12	16	14	17	9	7	9	6
	Cabo Verde	4	12	17	29	34	33	37	35	31	17
	Guiné-Bissau	2	5	7	3	2	2	2	4	1	0
	Moçambique	4	4	4	2	3	3	3	1	1	2
	São Tomé e Príncipe	1	2	0	0	0	0	0	0	1	2

Fonte: GPEARI (2)



Tabela 22: Alunos PALOP matriculados no IP do Setúbal

IP de Setúbal	País	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
	Angola	14	33	21	31	25	27	40	41	47	49
	Cabo Verde	7	13	28	41	48	58	52	82	72	67
	Guiné-Bissau	3	3	2	2	4	1	1	3	4	13
	Moçambique	10	12	7	13	14	12	11	13	12	11
	São Tomé e Príncipe	4	4	10	22	23	21	18	18	15	10

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 23: Alunos PALOP matriculados no IP de Viana do Castelo

IP de Viana do Castelo	País	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
	Angola	17	6	21	4	9	2	1	3	4	1
	Cabo Verde	5	6	12	17	20	21	27	19	18	15
	Guiné-Bissau	1	0	1	0	1	0	0	2	2	0
	Moçambique	6	0	12	0	8	0	0	0	0	0
	São Tomé e Príncipe	0	0	1	2	4	3	1	1	0	0

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 24: Alunos PALOP matriculados no IP de Viseu

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
<b>IP de Viseu</b>	Angola	5	6	11	6	1	2	1	1	1	10
	Cabo Verde	7	19	17	16	33	24	23	39	30	30
	Guiné-Bissau	0	1	0	0	0	0	0	1	3	0
	Moçambique	3	5	6	3	1	1	1	1	1	2
	São Tomé e Príncipe	0	1	0	1	1	2	3	3	4	6

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 25: Alunos PALOP matriculados no IP de Tomar

	<b>País</b>	<b>1999-2000</b>	<b>2000-2001</b>	<b>2001-2002</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2003-2004</b>	<b>2004-2005</b>	<b>2005-2006</b>	<b>2006-2007</b>	<b>2007-2008</b>	<b>2008-2009</b>
<b>IP de Tomar</b>	Angola	8	7	4	5	7	9	6	8	8	6
	Cabo Verde	4	9	19	38	57	86	127	121	101	70
	Guiné-Bissau	2	3	1	1	0	1	2	1	1	2
	Moçambique	2	1	0	0	2	3	2	4	3	2
	São Tomé e Príncipe	2	1	0	0	0	0	1	1	1	0

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 26: Total de alunos PALOP no Ensino Superior Politécnico

	<b>Ensino Politécnico</b>
Angola	3521
Cabo Verde	7686
Guiné-Bissau	565
Moçambique	1190
São Tomé e Príncipe	1090
<b>Total</b>	<b>14052</b>

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 27: Total de alunos PALOP no Ensino Superior  
Universitário

	<b>Ensino Universitário</b>
Angola	20707
Cabo Verde	17169
Guiné-Bissau	2262
Moçambique	7015
São Tomé e Príncipe	2683
<b>Total</b>	<b>49836</b>

Fonte: GPEARI (2)

Tabela 28: Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação em Portugal

<b>País</b>	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	<b>TOTAL</b>
Angola	26	20	17	17	22	22	32	29	27	24	236
Cabo Verde	25	25	30	30	31	31	26	28	27	24	277
Guiné-Bissau	29	21	20	20	17	17	20	22	21	14	201
Moçambique	30	32	20	20	23	23	42	36	27	24	277
São Tomé e Príncipe	19	10	10	10	11	11	16	15	16	14	132
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>108</b>	<b>97</b>	<b>97</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>136</b>	<b>130</b>	<b>118</b>	<b>100</b>	<b>1.123</b>

Fonte: IPAD (1)

Tabela 29: N° total de bolsas do IPAD utilizadas pelos estudantes PALOP em Portugal

<b>País</b>	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	<b>TOTAL</b>
Angola	241	165	147	133	81	49	46	54	44	51	1.011
Cabo Verde	213	170	165	146	154	150	113	107	97	88	1.403
Guiné-Bissau	240	175	155	127	105	90	87	72	74	53	1.178
Moçambique	180	175	155	133	131	89	82	84	92	79	1.200
São Tomé e Príncipe	109	100	95	69	55	45	57	54	49	48	681
<b>TOTAL</b>	<b>983</b>	<b>785</b>	<b>717</b>	<b>608</b>	<b>526</b>	<b>423</b>	<b>385</b>	<b>371</b>	<b>356</b>	<b>319</b>	<b>5.473</b>

Fonte: IPAD (1)

Tabela 30: Contingente de bolsas oferecidas pelo IPAD aos estudantes PALOP para formação no terreno

<b>País</b>	1999/ 00	2000/ 01	2001/ 02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/ 07	2007/ 08	2008/09	<b>TOTAL</b>
Angola	0	0	0	0	20	30	30	40	40	40	200
Cabo Verde	0	0	0	10	20	20	20	20	20	20	130
Guiné-Bissau	41	35	35	49	50	37	75	75	60	60	517
Moçambique	0	0	10	10	10	2	15	15	20	40	122
São Tomé e Príncipe	0	0	0	60	60	60	60	60	60	60	420
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>35</b>	<b>45</b>	<b>129</b>	<b>160</b>	<b>149</b>	<b>200</b>	<b>210</b>	<b>200</b>	<b>220</b>	<b>1.389</b>

Fonte: IPAD (1)

Tabela 31: N° de bolsas utilizadas para formação no terreno - Angola e Moçambique

	<b>N° de bolseiros</b>		
	2007	2008	2009
Angola	22	17	17
Moçambique	10	22	22

Fonte: IPAD (1)

Tabela 32: N° de bolsas utilizadas para formação no terreno - Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe

	N° de bolseiros		
	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Cabo Verde	13	9	0
Guiné-Bissau	0	10	10
S. Tomé e Príncipe	0	5	14

Fonte: IPAD (1)

Tabela 33: Verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano e por país de origem

	2007	2008	2009	Total
Angola	670.000,00 €	590.000,00 €	555.000,00 €	1.815.000,00 €
Cabo Verde	975.000,00 €	800.000,00 €	847.000,00 €	2.622.000,00 €
Guiné-Bissau	670.000,00 €	610.000,00 €	500.000,00 €	1.780.000,00 €
Moçambique	810.000,00 €	865.000,00 €	755.000,00 €	2.430.000,00 €
São Tomé e Príncipe	435.000,00 €	500.000,00 €	545.000,00 €	1.480.000,00 €
Total	3.560.000,00 €	3.365.000,00 €	3.202.000,00 €	

Fonte: IPAD (1)

Tabela 34: Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP de 2007 a 2009 (euros)

	Total
Angola	1.815.000,00 €
Cabo Verde	2.622.000,00 €
Guiné-Bissau	1.780.000,00 €
Moçambique	2.430.000,00 €
São Tomé e Príncipe	1.480.000,00 €
Total	

Fonte: IPAD (1)

Tabela 35: Total de verbas de bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes PALOP por ano (euros)

	2007	2008	2009
Total	3.560.000,00 €	3.365.000,00 €	3.202.000,00 €

Fonte: IPAD (1)